

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS JUDAICOS E ÁRABES

**A DIÁSPORA PALESTINA NO BRASIL – A FEPAL:
TRAJETÓRIAS, REIVINDICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS
(2000-2012)**
(VERSÃO CORRIGIDA)

LUCIANA GARCIA DE OLIVEIRA

SÃO PAULO – SP

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS JUDAICOS E ÁRABES

**A DIÁSPORA PALESTINA NO BRASIL – A FEPAL:
TRAJETÓRIAS, REIVINDICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS
(2000-2012)**

LUCIANA GARCIA DE OLIVEIRA

Dissertação de mestrado apresentada no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e Árabes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre sob a orientação da professora Doutora Marta Francisca Topel.

(Versão corrigida)

SÃO PAULO – SP

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48d Oliveira, Luciana Garcia de **A diáspora palestina no Brasil – A FEPAL: Trajetórias, reivindicações e desdobramentos (2000- 2012)** / Luciana Garcia de Oliveira; orientadora Marta Francisca Topel. - São Paulo, 2017. 182 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de concentração: Estudos Judaicos e Árabes.

1. diáspora palestina. 2. questão Palestina. 3. militância. 4. São Paulo. I. Topel, Marta Francisca, orient. II. Título.

LUCIANA GARCIA DE OLIVEIRA

**A DIÁSPORA PALESTINA NO BRASIL – A FEPAL:
TRAJETÓRIAS, REIVINDICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS
(2000-2012)**

Local de aprovação: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Data de aprovação: 03\08\2017

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. MARTA FRANCISCA TOPEL

INSTITUIÇÃO: FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROF. DR. PAULO DANIEL ELIAS FARAH

INSTITUIÇÃO: FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROFA. DRA. SAMIRA ADEL OSMAN

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

DEDICATÓRIA

Ao meu avô,
pelo amor e amizade eternas.

Ao Lúcio Asfora e a todos os amigos palestinos,
que vieram da Palestina sob condições trágicas rumo a um exílio distante. Para todos eles que foram obrigados a deixar suas casas com a esperança de voltar e que, com o passar do tempo, aprenderam à amar a nova pátria sem nunca esquecer da terra natal.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de um trabalho coletivo realizado em conjunto com pessoas amigas, que conheci desde 2010 quando fui convidada a integrar o *GT Árabe* dirigido por Claude Fahj Hajjar e Lejeune Mirham. Foi através deste grupo de estudos que tive a oportunidade de conhecer a Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL) por intermédio de seus representantes Emir Mourad, Marie Christine Bonduki, Abdel Latif Hasan e Jamile Abdel Latif.

O *GT Árabe* também me proporcionou acesso à informações precisas sobre o conflito Israel-Palestina que, normalmente, não são divulgadas pelos meios de comunicação do Brasil. O conhecimento apurado da questão da Palestina, de certo modo, me aproximou da comunidade palestina do Brasil. À todos os integrantes do *GT Árabe* e da FEPAL, os meus mais sinceros agradecimentos!

Agradeço à todos os colaboradores da comunidade palestina de São Paulo que me concederam entrevistas e/ou colaboraram ao compartilhar arquivos pessoais, artigos e fotos sobre eventos do passado. Os meus agradecimentos ao embaixador da Palestina no Brasil, Dr. Ibrahim Al-Zeben, e aos demais colaboradores: Fawzi El-Mashi, Hanna Yousef Emile Safieh, Ali El-Khatib, Cecília Baeza, Fábio Bacila Sahd, Fátima Yasbeck Asfora, Samara Bonduki Sayegh, Mary Hawileh Sawabine, Nour Abdallah, Nathaniel Braia, Salvador Khuryieh, Taisir Fattash, Isam Ahmad Issa e Amal Nasrallah.

Eu também agradeço às oportunidades acadêmicas oferecidas pelo grupo de pesquisadores do Centro de Estudos Hannah Arendt, à Laura Degaspere Monte Mascaro, ao Thiago Dias da Silva e a professora coordenadora do centro, Claudia Perrone-Moisés por permitirem compor a equipe de tradutores da coletânea *Escritos Judaicos* de Hannah Arendt, lançada no ano passado, 2016. Além da oportunidade valiosa de traduzir Hannah Arendt, o trabalho de tradução de textos sobre temáticas relacionadas ao conflito Israel-

Palestina enriqueceu a minha experiência sobre a questão da Palestina, através do olhar experiente de uma refugiada judia do nazismo. Muito obrigada!

Nesse sentido, eu não poderia deixar de agradecer a coragem da minha orientadora, a professora Dra. Marta F. Topel, por aceitar orientar, pela primeira vez, uma pesquisa sobre a diáspora palestina no Brasil. Certamente, esse trabalho não teria a mesma consistência caso não houvesse essa “troca de experiências”, em conduzir uma pesquisa sobre a diáspora palestina dentro do Programa de Estudos Judaicos e Árabes do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo. Foi através dessa experiência que tive a oportunidade de conhecer novos autores, livros e, principalmente, repensar certas convicções e descobrir que elas não são absolutas. Aprendi, acima de tudo, a ouvir os outros, suas opiniões divergentes e entender e me posicionar no lugar do outro para uma melhor compreensão da complexidade do conflito Israel-Palestina. A pesquisa orientada pela professora Marta F. Topel me tornou uma pesquisadora mais equidistante e sensível com as diversas vítimas da tragédia em Israel e na Palestina. Muito obrigada pela confiança! Após este mestrado, eu me tornei uma pessoa melhor!

Essa pesquisa foi conduzida com o apoio da Agência CAPES. Durante o período de 2 anos em que fui bolsista CAPES, pude me dedicar as pesquisas teóricas e ao trabalho de campo de maneira exclusiva, com a devida atenção que o assunto merecia. O apoio da bolsa CAPES concedeu suporte necessário para apresentar trabalho em um encontro fora do Estado de São Paulo, no Colóquio Internacional *Justiça, Democracia e Emoções Políticas em Perspectivas Transnacional* que aconteceu na cidade de Recife – PE, no mês de abril de 2015. A atenção exclusiva ao mestrado também permitiu que publicasse artigos em alguns periódicos do Brasil e do exterior como na revista *Angelus Novus*, periódico da pós-graduação em História Econômica e História Social da Universidade de São Paulo (setembro de 2016); nos *reportes del CEMOAN – Centro de Estudios de Medio Oriente y África del Norte de la Escuela de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de la Costa Rica* (julho de 2015) e na revista *Al-Majdal* do *BADIL – Resource Center for Palestinian Residency and Refugee Rights* (janeiro de 2017). Sem o apoio da Agência CAPES a pesquisa sobre os palestinos em São Paulo não teria a atenção e a repercussão merecidas!

Por fim, não poderia deixar de agradecer à minha família pelo apoio e paciência

com os poucos momentos em que estava disponível. E aos meus amigos e colegas de profissão, Ramez Maalouf, Rodrigo Medina Zagni, Matheus Cardoso da Silva, Maria Carolina Bissoto, Rosangela Falzoni, Mauro Kurban, Liliana Farah, Khaled Fayez Mahassen, Babel Hajjar, Saumar Hajjar, Fuad Achcar, Anaõa Rajab, Selma Mohamed, Moara Crivelente e Michel Saccab pela força e incentivo nesse longo caminho. Muito obrigada à todos!

“Ocuparam minha pátria
Expulsaram o meu povo
Anularam minha identidade
E me chamaram de terrorista
(...)
Assassinaram minhas alegrias
Sequestraram minhas esperanças
Algemaram meu sonhos
Quando recusei todas as barbáries
Eles ... mataram um terrorista”
Mahmoud Darwish, *Confissão de um terrorista*

SUMÁRIO

Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Epígrafe	viii
Resumo	xi
Abstract	xii
Introdução:.....	01
Capítulo 1 - A imigração árabe no Brasil.....	08
1.2 A diáspora palestina.....	24
1.3 A <i>Nakba</i> e a memória coletiva palestina.....	29
Capítulo 2 - A FEPAL e a Associação Cultural <i>Sanaúd</i> – Histórias de militância dos palestinos em São Paulo (1980 – 1993)	41
2.1 Shalom, Salam, Paz	63
2.2 Militantes antigos VS novas ideias	74
2.3 A FEPAL e o <i>Hamas</i>	101
Capítulo 3 - Terra Natal e diáspora brasileira	114
3.1 A identidade e as divisões da comunidade palestina no mundo árabe	117
3.2 A OLP – unidade e divisões	121
3.3. O Brasil como espelho	126
Capítulo 4 - A FEPAL e o governo Lula – proximidade e visibilidade (2003-2010)	130
4.1. A aproximação do Brasil no mundo árabe.....	132
4.2 Lula, o “homem da paz”	140
4.3. As mudanças no governo Dilma Rousseff (2011-2012).....	153

CONCLUSÃO.....	160
REFERÊNCIAS	170
ANEXO	178

RESUMO

Este trabalho pretende investigar a diáspora palestina no Brasil, através do olhar dos integrantes\simpatizantes da Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL). A entidade, fundada em novembro de 1980, uniu e politizou a comunidade palestina do Brasil, no mesmo momento em que o Brasil acompanhava o esgotamento do regime militar. A presença de manifestações políticas pelas *Diretas Já!* foi a oportunidade encontrada pelos imigrantes palestinos e descendentes de difundirem a causa palestina para o público brasileiro. Mais adiante, o aumento da violência contra os refugiados palestinos no Líbano na década de 1980 foi fundamental para a formação de uma segunda entidade, a Associação Cultural *Sanaúd*, em 1982, criada pelos jovens da comunidade síria, libanesa e palestina a fim de se manifestarem pela causa palestina em muitos eventos promovidos em São Paulo. A efervescência política em apoio à questão da Palestina durou até meados da década de 1990, o desânimo gerado pelos Acordos de Paz de Oslo interrompeu a militância política palestina até a sua retomada em 2000, quando estourou a segunda *Intifada*. Foi nessa ocasião em que foram formadas novas organizações nacionalistas: o *Shalom, Salam, Paz* (2000), uma associação entre a comunidade judaica e palestina; o *GT Árabe* (2010) e o comitê “Estado da Palestina Já!” (2011). Foi através da observação participante nas reuniões do *GT Árabe* e do comitê “Estado da Palestina Já!” e através das entrevistas realizadas com 13 colaboradores que foi possível compreender as relações entre a FEPAL e o *Hamas*; o aumento da oposição às diretrizes da FEPAL em São Paulo e sobre as impressões da política externa entre o Brasil e a Palestina durante o governo Lula (2003-2010) e o início do governo Dilma Rousseff (2011-2012). O recorte para esta pesquisa começa desde o ano 2000, início da segunda *Intifada* e vai até a votação pelo reconhecimento do Estado da Palestina na Assembleia da ONU, em 2012. No mesmo ano que acontecia o Fórum Social Mundial Palestina Livre, na cidade de Porto Alegre-RS.

Palavras chaves: diáspora palestina, questão Palestina, militância, São Paulo.

ABSTRACT

This work intends to investigate the Palestinian diaspora in Brazil, through the eyes of the members\ sympathizers of the Palestinian Arab Federation of Brazil (FEPAL). The entity, founded in November 1980, united and politicized the Palestinian community of Brazil, at the same time that Brazil was following the exhaustion of the military regime. The presence of political demonstrations for the *Diretas Já!* was the opportunity found by Palestinian immigrants and descendants to spread the Palestinian cause to the Brazilian public. Further, the increase of the violence against Palestinian refugees in Lebanon in the 1980s was the key to the formation of a second entity, the *Sanaúd* Cultural Association, in 1982, created by the youngers from the Syrian, Lebanese and Palestinian communities to demonstrate the Palestinian cause in many events promoted in São Paulo. The political effervescence in support of the Palestine question lasted until the mid-1990s, the dismay generated by the Oslo Peace Accords interrupted the Palestinian political militancy until its resumption in 2000, when the second *Intifada* broke out. It was at this time that new nationalist organizations were formed: *Shalom, Salam, Paz* (2000), an association between the Jewish and Palestinian community; the *GT Árabe* (2010) and the committee "Estado da Palestina Já!" (2011). It was through participant observation at the meetings of the *GT Árabe* and at the committee "Estado da Palestina Já!" and through the interviews with 13 collaborators that it was possible to understand the relations between FEPAL and *Hamas*; the increasing opposition to the directives of FEPAL in São Paulo and on the impressions of the foreign policy between Brazil and Palestine during the Lula government (2003-2010) and at the beginning of the Dilma Rousseff government (2011-2012). The clipping for this research starts from the year 2000, at the beginning of the second *Intifada* and goes until the vote for the recognition of the State of Palestine in the Assembly of the UN, in 2012. In the same year that the Free Palestine World Social Forum took place, in the city of Porto Alegre-RS.

Key words: Palestinian diaspora, Palestine question, militancy, São Paulo.

INTRODUÇÃO

**A DIÁSPORA PALESTINA NO BRASIL – A FEPAL: TRAJETÓRIAS,
REIVINDICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS (2000-2012)**

INTRODUÇÃO

“Talvez não haja uma fórmula simples para trazer a verdade à tona nesses casos, e devo acrescentar que, em meu próprio caso, tenho a mais forte crença de que a suficiência histórica e moral da causa palestina acabará por sobreviver e vencer qualquer tentativa de deturpá-la. É claro que, no fim das contas, é a luta de um povo e não apenas de escritores que falam desse povo, que determina sua história. No entanto, a escrita conta para alguma coisa, sim, e é por isso que algumas questões devem ser levantadas.”

Edward Said

Poucos povos no mundo possuem um significado tão múltiplo e indigesto quanto o povo palestino, que luta há anos pela autodeterminação, isto é: por um espaço soberano em um espaço físico delimitado. Esta situação é captada com agudeza por Edward Said quando afirma, “somos hóspedes tolerados em certos países de nosso exílio” (SAID, 2012, p. 141).

A longa distância entre o Brasil e o Oriente Médio propiciou uma experiência específica/singular à diáspora palestina do Brasil. De uma maneira geral, os imigrantes palestinos chegaram ao Brasil em diferentes momentos, muitos emigraram antes da fundação do Estado de Israel, durante a vigência do Império Turco Otomano, e outros chegaram em virtude de uma experiência de deslocamento durante o conflito Israel-Palestina. Ainda, no Brasil muitos palestinos possuem passaportes de alguns Estados árabes, da Jordânia, do Líbano, da Síria e do Iraque, onde já viviam na condição de exilados; alguns inclusive nasceram no exílio. A identidade palestina persiste no Brasil através do discurso e da manutenção de tradições culturais ligada à terra natal. Na cidade de São Paulo, particularmente, a comunidade palestina tem uma história marcada por uma intensa atividade política desde a década de 1980.

Estudar os numerosos aspectos do conflito Israel-Palestina, a história, a memória, o refúgio e os movimentos de resistência da diáspora requerem em um primeiro plano uma pesquisa extremamente cuidadosa e bem supervisionada, de modo a prevenir o surgimento de aspectos chauvinistas com o prevalecimento de uma autoglorificação permeadas de distorções ideológicas e distantes da realidade. Nesse aspecto será inevitável um olhar crítico acerca dos discursos imbuídos de vícios e fissuras sobre a história e sobre o conflito Israel-Palestina, a fim de evitar que o texto acadêmico se

transforme em uma propaganda emocional, desprovida de fontes reconhecidas e fatos devidamente comprovados na historiografia sobre o permanente conflito. Nesse passo, muito além dos depoimentos dos imigrantes palestinos e descendentes, o trabalho visa realizar uma análise detalhada sobre a história de algumas iniciativas coletivas, originadas em sua maioria desde a década de 1980, como é o caso da formação da Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL), e da Associação Cultural *Sanaúd*, e, mais tarde, do Grupo de Trabalho Árabe (*GT Árabe*) em 2010 e do comitê “Estado da Palestina Já!” em 2011.

Reconstruir a história da formação da FEPAL e da Associação Cultural *Sanaúd*, dos congressos de ambas as instituições e de manifestações de rua pela causa palestina desde a década de 1980 em São Paulo foi possível através do recurso da história oral, de entrevistas durante o trabalho de campo e da análise documental das atas de reuniões, fotos de arquivos pessoais, cartazes da FEPAL e da Associação Cultural *Sanaúd* e de matérias e notas publicadas nos jornais e revistas sobre os eventos produzidos por essas instituições nacionais. Curiosamente, os antigos militantes da Associação Cultural *Sanaúd* e os pioneiros da FEPAL continuam em sua militância ainda hoje. Em São Paulo não houve uma renovação, com a entrada de jovens palestinos nascidos no Brasil, na FEPAL. A FEPAL continua até os dias de hoje com os mesmos integrantes desde a sua fundação, na década de 1980. Muitos desses militantes foram peças fundamentais para a formação de novos grupos de estudos, associações e eventos inaugurados na década de 2000. Durante o desencadeamento da segunda *Intifada* em 2000 houve uma importante tentativa de aproximação com a comunidade judaica de São Paulo. Assim, embora tendo uma “vida curta”, conforme será analisado no capítulo 2, a associação *Shalom, Salam, Paz*, associação formada por integrantes seculares da comunidade judaica e árabe de São Paulo¹, foi capaz de produzir diversos eventos que chamaram a atenção do público em São Paulo, como debates, palestras, exposições e notas em jornais e revistas sobre alguns pontos em comum entre membros da comunidade judaica e palestina que julgavam fundamentais para o fim do conflito: como defender o fim da ocupação territorial e o reconhecimento do Estado palestino nas fronteiras de antes da guerra de 1967.

De modo distinto, o *GT Árabe* é um grupo ainda existente. Ele foi criado em 2010 por um grupo de amigos da comunidade árabe de São Paulo que se conheciam desde a militância política da década de 1980. O grupo é composto por acadêmicos, médicos,

¹ Entre os membros da comunidade árabe que participaram da Associação *Shalom, Salam, Paz*, havia alguns integrantes da FEPAL.

empresários, engenheiros e advogados sírios, libaneses e palestinos de classe média alta, de maioria cristã que se reuniam a cada 15 dias na residência de Claude Fahd Hajjar, empresária e vice-presidente da Federação das Entidades Árabes da América Latina (FEARAB-América) no bairro do Paraíso, na zona sul de São Paulo. O objetivo dessas reuniões é debater assuntos de atualidade no mundo árabe, notadamente na Síria e na Palestina. O *GT Árabe* adota uma ideologia nacionalista, *baathista* e *nasserista*, muitos dos participantes são filiados a partidos políticos da base governista da Síria e da Palestina e, no Brasil, apoiavam majoritariamente a política-externa do Partido dos Trabalhadores (PT) durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) e a sua continuidade no governo de Dilma Rousseff. Vale a pena destacar que, mesmo após a guerra na Síria, os integrantes do *GT Árabe* ainda mantém um apoio incondicional ao governo da Síria, representado pelo presidente Bashar Al-Assad do partido *Baath*, contra grupos terroristas estrangeiros como a *Al Qaeda*, *Jabhat al-Nusra* e o Estado Islâmico.

O *GT Árabe* é um grupo criado em função das notícias televisivas que reportavam a Operação na Faixa de Gaza em 2008-2009, conhecida internacionalmente como a Operação *Cast Lead* (Chumbo Fundido). O desagrado com a imagem do árabe-palestino que julgavam “profundamente distorcida e estereotipada”, associada continuamente ao terrorista suicida, foi fundamental para que os antigos militantes da *Sanaúd* voltassem a se reunir no intuito de formar um grupo de estudos capaz de habilitá-los para escrever artigos jornalísticos e participar de entrevistas televisivas a fim de responderem aos questionamentos veiculados pela imprensa brasileira, considerados por eles como propagandísticos e distorcidos. A criação do *GT Árabe* tinha como objetivo primordial ser uma fonte alternativa de informações sobre o conflito no Oriente Médio, a situação dos palestinos, a diáspora palestina, etc. Seus integrantes são representantes das principais instituições árabes existentes no Brasil como a Federação das Entidades Árabes (FEARAB) de São Paulo e da América, o Centro Cultural Árabe Sírio², o Esporte Clube Sírio, o Instituto Jerusalém do Brasil e a FEPAL. Ainda, o grupo conta com integrantes filiados a partidos políticos brasileiro como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) ao mesmo tempo em que mantém filiação político partidária com os partidos políticos da base governista da Síria e Palestina como o *Al Fatah* e o *Baath*. A proximidade com alguns partidos políticos brasileiros, sobretudo com

² O Centro Cultural Árabe Sírio encerrou suas atividades no ano de 2012. O agravamento da guerra civil da Síria inviabilizou a manutenção da sede do Centro Cultural, localizado na Rua Augusta, 1053, Consolação, São Paulo – SP, e de todas as suas atividades culturais.

os que compunham a base do governo brasileiro entre 2000 e 2012, contribuiu para que o *GT Árabe* apoiasse os dois mandatos do governos Lula e o governo Dilma Rousseff, sobretudo no que se refere à ênfase nas relações internacionais com o mundo árabe e a causa palestina.

Durante as reuniões, os integrantes do *GT Árabe* realizavam leituras de textos previamente selecionados, seguidos de debates e discussões sobre assuntos diversos no mundo árabe e no Brasil. Vale a pena ressaltar que para essa dissertação serão priorizadas as temáticas discutidas pelos integrantes da FEPAL que integram o *GT Árabe* nas reuniões dedicadas à questão Palestina.

Levando em consideração que a causa palestina foi preponderante para a criação do *GT Árabe*, justamente por isso os assuntos que envolviam a Palestina estavam quase sempre presentes nas reuniões de estudos e debates desse grupo, em meio a pautas que envolviam notícias sobre guerra civil na Síria e seus desdobramentos no Líbano. Nesse sentido e diante do requerimento da proclamação do Estado palestino na Assembleia das Nações Unidas em 2011, integrantes da FEPAL que participam do *GT Árabe*, criaram o Comitê “Estado da Palestina Já!”. O Comitê teria a função de apoiar iniciativas políticas e culturais em apoio ao Estado palestino. As reuniões de seus integrantes geralmente aconteciam na sede do PC do B em São Paulo e além de alguns membros do *GT Árabe*, da FEPAL, alguns palestinos que compõem a lista dos entrevistados para esse trabalho integram esse comitê. Desde a sua fundação, em 2011, tive o privilégio de participar de muitas reuniões, encontros e eventos culturais produzidos com o apoio do Comitê “Estado da Palestina Já!”, o que certamente constitui parte fundamental do trabalho de observação participante da FEPAL. Isso me permitiu ter um olhar diferente sobre o conflito Israel-Palestina na atual conjuntura, mais próximo daqueles que se definem como sendo do “campo majoritário” palestino-brasileiro, ou seja, por intermédio de grupos e associações que representam a maior parte do povo palestino e por isso detém ideais compartilhados pela maioria dos palestinos.

Durante o período estudado, 2000-2012, foram observados algumas dissidências das diretrizes da FEPAL, as principais controvérsias, no entanto, surgem em torno de apoiar a solução de um ou dois Estados, o posicionamento diplomático da Autoridade palestina simbolizado pelas tentativas de acordos e diálogo com o governo de Israel, as discordâncias sobre os rumos da política externa brasileira com relação ao conflito Israel-Palestina e com relação à resistência armada na Palestina. Muitos palestinos, sobretudo

os integrantes do Movimento Palestina para Todos (MOPAT), criado em 2007 por alguns imigrantes palestinos e estudantes universitários brasileiros críticos da atuação da Autoridade palestina nos territórios palestinos ocupados, consideraram a política-externa liderada pelo então ministro das relações exteriores, Celso Amorim e, mais tarde pelo ministro Antônio Patriota, durante os dois mandatos do presidente Lula e nos dois primeiros anos do governo Dilma Rousseff, insuficientes, sem um posicionamento mais incisivo frente às ações israelenses. Geralmente os integrantes do MOPAT tendem a apoiar as ações do *Hamas* e a campanha internacional de Boicote, Desinvestimentos e Sanções (BDS) em detrimento das ações diplomáticas da Autoridade Palestina.

O apoio ao programa político da OLP e da FEPAL serão expostos por intermédio da observação participante nos debates no *GT Árabe*, no comitê “Estado da Palestina Já!” e através do depoimento de dez colaboradores palestinos e descendentes, além de dois colaboradores brasileiros de origem libanesa e um judeu. Todos integrantes e simpatizantes da FEPAL. Além do mais, essa dissertação de mestrado contará com um depoimento de um colaborador palestino-brasileiro de oposição às diretrizes da FEPAL. Assim, o trabalho de campo contará, no total, com treze entrevistas. Os depoimentos colhidos são considerados fundamentais para construir a história da FEPAL, da Associação Cultural *Sanaúd* na década de 1980 e a continuidade da militância nacionalista nos anos 2000, através do *GT Árabe* e do comitê “Estado da Palestina Já!”. A participação nas reuniões do *GT Árabe* e no comitê “Estado da Palestina Já!” (2010-2012) ajudou a esclarecer o modo como a FEPAL compreende o conflito Israel-Palestina e os motivos que levaram muitos imigrantes palestinos e descendentes a se posicionarem em oposição à FEPAL.

Muito embora seja necessário contar a história das associações da diáspora palestina no Brasil na década de 1980, o recorte para essa pesquisa começa em 2000, ano do surgimento da segunda *Intifada* e se estende até o reconhecimento do Estado palestino como Estado observador pela ONU em 2012. Coincidentemente, no mesmo ano em que o Brasil sediou o primeiro Fórum Social Mundial dedicado inteiramente à temática da Palestina, o Fórum Social Palestina Livre (FSMPL), de modo a confirmar o apoio do Brasil para a causa palestina.

O interesse em pesquisar os palestinos integrantes e simpatizantes da FEPAL em São Paulo surgiu após participar de muitos eventos políticos e culturais, promovidos pela FEPAL, e através da convivência com a comunidade árabe e palestina durante as reuniões

do *GT Árabe*. A relação próxima com estes grupos nacionalistas em São Paulo resultou em um acúmulo de dados e informações que deveriam ser organizadas e difundidas no meio acadêmico, de modo sistematizar os dados por um lado, e divulgar a memória palestina do Brasil por outro.

De modo sucinto, no capítulo 1 será analisada a condição diaspórica dos palestinos e a trajetória dos imigrantes palestinos na América Latina e no Brasil tendo como subsídio teórico abordagens sobre imigração e diáspora. O capítulo 2 descreve e aprofunda a história das instituições palestinas no Brasil: a FEPAL (1980) e a Associação Cultural *Sanaúd* (1982), seguidas da formação da associação *Shalom, Salam, Paz* (2000), do *GT Árabe* (2010) e do comitê “Estado da Palestina Já!” (2011). Ainda no capítulo 2 será analisada a relação entre a FEPAL e o *Hamas*. O capítulo 3, por sua vez, apresenta as divisões políticas do movimento nacional palestino no mundo árabe; dentro da OLP e, mais tarde, no Brasil. Por fim, o capítulo 4 analisa as relações da FEPAL com o governo Lula (2003-2010), através do projeto de política externa brasileira adotada pelo ministro das relações exteriores, Celso Amorim. Ainda neste capítulo serão abordadas as mudanças graduais na política externa do Brasil com o Oriente Médio durante os dois primeiros anos do governo Dilma Rousseff (2011 e 2012).

Cabe ressaltar que, muito embora alguns trabalhos sobre a diáspora palestina no Brasil já tenham sido realizados, como a pesquisa de Denise Fagundes Jardim, *Palestinos do extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade*, concluída em 2001 no Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a pesquisa de Gabriel Mathias Soares, *Entre a Palestina e o Brasil: Identidade e imigração palestina em Santa Catarina*, concluída em 2012 no Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo (USP) e a mais recente pesquisa de Hissa Mussa Hazin, *Imigrantes palestinos, identidades brasileiras: Compreendendo a identidade palestina*, concluída em 2016 no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), este trabalho pode ser considerado uma pesquisa pioneira no meio acadêmico, já que não existe nenhum trabalho focado especificamente na história da FEPAL, enquanto instituição oficial de representação da diáspora palestina na cidade de São Paulo desde a segunda *Intifada* no ano 2000, até a votação pelo reconhecimento do Estado da Palestina na ONU em 2012.

CAPÍTULO 1

A IMIGRAÇÃO ÁRABE NO BRASIL

A IMIGRAÇÃO ÁRABE NO BRASIL

“O exílio com riqueza é uma pátria. Uma pátria com pobreza é um exílio”

(Provérbio árabe)

Para melhor compreender os deslocamentos nacionais e culturais da diáspora palestina na recente história do Brasil, torna-se necessário conhecer alguns traços específicos da história da imigração ao Brasil, sobretudo à cidade de São Paulo, palco de numerosas demonstrações populares e decisivas para a política brasileira.

Muitos países que se autodenominam “nações imigrantes” como o Canadá, Estados Unidos, Chile, Argentina e o Brasil, tendem a transmitir o modo pelo qual muitos estrangeiros prosperaram, geralmente sob uma imagem utópica da “terra prometida” pelo fato de que muitos imigrantes e descendentes considerarem o país de chegada como extraordinário, porque na maioria dos casos lhes permitiu uma rápida mobilidade ascendente. No Brasil, por sua vez, essa relação apresenta-se de modo singular: a relação entre branqueamento e identidade nacional promoveu uma política de incentivo à imigração europeia de modo a promover o branqueamento de uma população basicamente negra e indígena em uma nação considerada extremamente problemática, marcada sobretudo pelo colonialismo português e pela triste herança da escravidão africana.

De acordo com Jeffrey Lesser (2013, p. 02), os conceitos imigrante e imigração no Brasil não se restringiram e ainda não se restringem aos estrangeiros em território nacional, englobam, do mesmo modo, seus descendentes que, de acordo com muitos intelectuais, políticos e líderes culturais, são considerados como os verdadeiros responsáveis pelo contínuo aperfeiçoamento da identidade nacional e ajudaram durante um longo período de tempo a elite econômica e intelectual brasileira a vislumbrar um futuro diferente e melhor que o presente.

Tal obsessão, pelo que é considerado como sendo “um Brasil melhor” é fruto de uma preocupação da elite brasileira com as questões de raça e da negritude, o que resultou na defesa da miscigenação da população no Brasil. Nesse mesmo contexto, ao compararmos o caso brasileiro com o norte-americano, muito embora os Estados Unidos

também seja considerado uma “nação imigrante”, o receio pela miscigenação promoveu uma profunda segregação dentro da sociedade norte-americana, capaz de promover uma separação radical entre “brancos” e “negros” (LESSER, 2013, p. 03).

No Brasil, o discurso nacionalista na época evocava, em alguns momentos, a exaltação da pátria e em outros a inferioridade da “raça brasileira” que deveria ser “purificada”. De acordo com Celia Maria Marinho de Azevedo (1987, p. 144), “a purificação racial queria dizer não só a substituição do negro pelo branco nos setores fundamentais da produção, como também a esperança de um processo de miscigenação moralizadora e embranquecedora. Segundo essa mesma mentalidade, quaisquer imigrantes seriam bem-vindos ao Brasil desde que fossem agricultores, brancos e católicos, o que não dizia respeito aos nacionais, africanos, judeus e árabes. A imagem pessimista do Brasil como um país de raças híbridas também foi devidamente analisado nas obras de Gilberto Freyre e da antropóloga Lilian Moritz Schwarcz.

A proposta de branqueamento do Brasil permitiu que essa mesma elite imaginasse que a população poderia, de fato, passar por uma transformação biológica: de negra para branca, por meio de casamentos inter-raciais e através do incentivo a uma crescente política migratória.

Entre 1872 e 1949, houve um intenso fluxo de imigrantes, formado em torno da entrada de mais de cinco milhões de estrangeiros no Brasil. E, de acordo com a política de “branqueamento” interno, muitos grupos que chegaram, quando não eram categorizados como europeus, eram consequentemente categorizados como “outros” pelos órgãos oficiais, como é o caso dos japoneses e dos imigrantes vindos do Oriente Médio, como os “turcos”, sírios, libaneses e judeus. (LESSER, 1999, p. 07) ³

Alguns estudos seguem as premissas da pesquisa de Oscar Egídio de Araújo, “Enquistamentos Étnicos”, de 1934, que identificou três grupos que formavam “enquistamentos étnicos” no país, terminologia largamente utilizada pelas autoridades do Estado Novo para descrever os locais de maior concentração de determinados grupos

³ Ainda de acordo com Jeffrey Lesser, no livro *O Brasil e a questão judaica*, p. 171, o autor relembra sobre a questão da chamada Circular Secreta do Itamaraty nº 1127 que proibia a concessão de vistos para pessoas de “origem semítica. “Por que o termo “semita” era utilizado na Circular 1127, ao invés de “judeu”? Existe uma série de explicações relacionadas. Primeiro, excluir “semitas” não apenas mantinha os judeus fora do Brasil, mas também os árabes. Isso era um fator importante, dado o alvoroço causado alguns anos antes quando a comunidade assíria vinda do Iraque havia tentado entrar no Brasil em grande número”.

étnicos. Segundo Araújo: “Os judeus no Bom Retiro, os japoneses na Liberdade e os sírios numa parte dos distritos da Sé e de Santa Ifigênia, formada pelas ruas 25 de Março, Cantareira e Avenida do Estado” (PORTA, 2005, p. 122). Esses mesmos estudos apontavam o grau de preconceito do qual justamente os judeus, os japoneses e os sírios eram alvo, sobretudo quando comparados aos demais imigrantes subsidiados pelo governo brasileiro:

“De uma amostra de universitários no Estado de São Paulo em 1949, apenas 23% dos entrevistados aceitariam um japonês como parente pelo casamento. No caso dos judeus, havia 26% de aceitação e dos sírios, 40%. Para os grupos mais numerosos em São Paulo, os resultados apresentavam italianos com 75% de aceitação, portugueses com 73% e espanhóis com 66%. Ao mesmo tempo, a pesquisa mostrava maioria razoáveis de aceitação dos japoneses, judeus e sírios nas categorias de amigo, vizinho e “membro da classe profissional no país”. Talvez o resultado mais chocante na pesquisa tenha sido que 24% dos entrevistados queriam excluir os judeus do país, 9% os japoneses e 7% os sírios. A cifra para os italianos e portugueses era zero e para os espanhóis 1%” (PORTA, 2005, p. 122).

Em 1934 uma Assembleia Constituinte se reuniu para redigir uma nova Constituição. A política de imigração tem expressão na Carta Magna que no Artigo 121, seção 6, explicita e declara:

“A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos” (SKIDMORE, 1976, p. 217).

A mesma limitação à entrada de imigrantes foi reproduzida na Constituição autoritária de 1937 imposta por Getúlio Vargas após o golpe de 10 de novembro. Nessa altura, a mesma imprensa que enaltecia os imigrantes católicos vindos da Itália, de Portugal e da Espanha, não dispensava a mesma atenção às centenas de milhares de não europeus que desembarcavam no país, o que denota que o conceito de branqueamento ainda não havia perdido a força (SKIDMORE, 1976, p. 219).

O tratamento dos cerca de 400.000 imigrantes asiáticos, árabes e judeus no Brasil foi um desafio para a elite e o governo brasileiros porque, a princípio, não eram imigrantes negros, por outro lado, não poderiam ser categorizados como brancos. Os imigrantes árabes, particularmente, permaneceram em uma situação de dualidade: eram “aceitos” por serem cristãos em sua maioria e, ao mesmo tempo, “rejeitados” por não serem brancos; fisicamente os árabes não se distinguiram do povo brasileiro, no entanto, em

diversas ocasiões, foram considerados “exóticos” e “diferentes”; ao mesmo tempo os trabalhadores árabes, agradavam uma parte da elite brasileira por conseguirem prosperar no Brasil. De um modo geral, os imigrantes árabes eram vistos como bem sucedidos economicamente (LESSER, 1999, p. 42).

À primeira vista, sírios, libaneses e palestinos foram denominados “turcos”, pois muitos entraram no Brasil antes da Primeira Guerra Mundial, exatamente no mesmo período em que o Império Turco Otomano dominava a região que compreende a Síria, o Líbano, Israel e a Palestina. Assim, quando desembarcavam no Brasil, chegavam com o passaporte turco. A denominação “turco” foi amplamente disseminada pela cultura popular brasileira e a imagem do “turco” foi associada imediatamente à figura do mascate. De acordo com a obra *Negotiating national identity – Immigrants, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil*, Jeffrey Lesser (1999, p. 52) aponta que em meados de 1895 a 1901, a quantidade de estabelecimentos comerciais de propriedade “turca” ou “árabe” cresceu de seis para 500 estabelecimentos registrados e a prosperidade da comunidade árabe motivou uma onda de discriminação de caráter nativista.

“Residentes de Rio Preto (estado de São Paulo) concordaram, reclamando em 1898 que oito dos doze estabelecimentos comerciais na cidade de mil habitantes eram de propriedade árabes. Menos de uma década depois, um vereador local liderou um movimento para eliminar todos os vestígios de “interferência estrangeira na vida pública”, propondo que todos os negócios “turco” e “árabe” fossem obrigados a ter um contador “brasileiro” ou enfrentar uma multa pesada. Aqueles que falavam árabe perto dos brasileiros seriam multados em uma quantidade mais modesta. A sugestão foi formalmente distribuída à Comissão de Justiça do Rio Preto, mas foi tão “violenta e absurda” que nunca foi discutida” (tradução livre da autora)⁴.

De um modo geral, os “turcos”, tendiam a residir nas grandes cidades e ocupavam os espaços de maior concentração comercial, muitos costumavam dedicar jornadas excessivas de trabalho que resultavam em um grande acúmulo de capital. O destino de todo o lucro adquirido pelas atividades laborais era comumente dividido: uma parte era enviado ao lugar de origem e o resto era guardado em casa ou aplicado nos bancos (BONACICH, 1973, p. 585). Ainda, em virtude das perseguições sofridas pelas

⁴ “Residents of Rio Preto (state of São Paulo) agreed, complaining in 1898 that eight to the twelve commercial establishments in the thousand – inhabitant city were owned by Arabs. Less than a decade later a local alderman led a movement to erase all traces of “foreign interference in public life”, proposing that all “turco” and “árabe” businesses be obligated to have a “Brazilian” accountant or face a hefty fine. Those who spoke Arabic near Brazilian were to be fined a more modest amount of the spot. The suggestion was formally distributed to Rio Preto’s Justice Commission, but was so “violent and absurd” that it was never even discussed”.

autoridades do Império Turco Otomano e depois pela colonização francesa, foram criadas algumas associações e movimentos nacionalistas árabe, capazes de enfiar ainda mais os setores nativistas brasileiro. Em razão da chamada “Grande Revolta” na Síria contra o mandato francês foram fundadas algumas sociedades secretas e associações patrióticas no Brasil por Antun Sa’adih, intelectual cristão libanês. Além das associações políticas, Sa’adih, costumava ensinar língua e cultura árabe nas escolas síria-brasileiras em São Paulo, de modo a rememorar o repertório cultural aos jovens estudantes brasileiros de origem síria e libanesa. Mais adiante, Antun Sa’adih fundou o jornal *Souria al-Jadida* (“A Nova Síria”), banido pelo governo de Getúlio Vargas. Sa’adih foi preso, em seguida, detido por dois meses, como “agente estrangeiro” e em 1939 fugiu para a Argentina onde permaneceu até 1947 quando finalmente retornou à Síria.

O sucesso econômico, juntamente à presença de sociedades secretas criadas ao redor do nacionalismo árabe e das associações étnicas de assistência mútua, resultaram em ações e práticas xenófobas por parte dos setores políticos, intelectuais e da imprensa brasileiras. “Notícias reportavam sobre tópicos de paixões inflamadas através do uso de manchetes provocativas como “Um Grave Perigo para Remover: Você só tem paz com um assírio depois que ele morre” e “A Imigração indesejável” (LESSER, 1999, p. 67).⁵

Mesmo havendo profundas divisões internas de natureza política, ideológica e religiosa dentro da diáspora síria e libanesa, o aparecimento de associações étnicas de assistência mútua dava a impressão de uma unidade nacional. Muito além da fundação de instituições culturais, clubes sociais, escolas, templos, a resistência aos casamentos mistos e a manutenção de certos aspectos culturais e do idioma árabe nas esferas privadas durante um longo período de tempo contribuíram para que sírios e libaneses fossem associados, a princípio, como um grupo imigrante de difícil assimilação (BONACICH, 1973, p. 586).

A assimilação dos imigrantes de origem árabe à sociedade brasileira teve seus percalços. Assim, por exemplo, a relação conflituosa no campo comercial e empresarial surgia à medida que prevalecia a ideia de que os árabes exerciam uma “concorrência desleal”, em virtude da diferença nos preços oferecidos quando comparado às firmas nacionais. O baixo preço no comércio árabe resultou em um clima de hostilidades com

⁵ “News reports on the topic inflamed passions through the use of provocative headlines like “A Grave Danger to Remove: You only have peace with a Assyrian after he dies” and “A Undesirable Immigration”. Correio da Manhã, 28 de março de 1934; Diário de Notícias, 2 de abril de 1934.

os comerciantes nacionais e com os demais imigrantes no Brasil. Ainda, a resistência por parte de alguns imigrantes de origem árabe em se inscreverem nos sindicatos profissionais, confirmava a manutenção de sua condição de residentes temporários, sem intenção de permanência no Brasil (BONACICH, 1973, p. 590).

Entretanto e como ocorre com a maioria dos grupos imigrantes, quando os planos de retorno à terra natal tornaram-se impossíveis de concretizar-se, esses imigrantes foram se integrando de maneira progressiva à sociedade hospedeira. Ao poucos as associações e instituições étnicas da comunidade árabe cederam espaço a influências brasileiras e muitos comerciantes e empresários sírios e libaneses começaram a empregar funcionários brasileiros em suas lojas, empórios e restaurantes, ao mesmo tempo em que se constata um aumento na incidência de casamentos mistos entre árabes e brasileiros e um maior envolvimento na política nacional por volta de década de 1940. Além do mais, um novo fenômeno se observa a partir da década de 1940: a identidade árabe que englobava e escondia a heterogeneidade do grupo, foi sendo deslocada e transformada em identidades particularistas que expressavam as diferenças existentes dentro da categoria árabe, a exemplo das identidades síria, libanesa ou palestina. Simultaneamente, a assimilação do repertório cultural brasileiro e à assimilação à sociedade brasileira levaram à construção de identidades complexas nas quais o componente brasileiro cobra destaque e expressa o orgulho das “novas raízes”.

Por outra parte, no caso da comunidade palestina, particularmente, essa conexão com a terra natal torna-se ainda mais intensa, uma vez que a pátria está sendo ameaçada. Assim, muito além do apego às tradições culturais, a comunidade palestina costuma se mobilizar por intermédio de grupos transnacionais de pressão política direcionado aos governos dos países hospedeiros, a fim de que suas reivindicações sejam apoiadas nos foros internacionais. Essa é uma das maiores diferenças entre imigrantes e diásporas (JARDIM, 2006, p. 178).

Entre os grupos imigrantes do Brasil, os palestinos são considerados *sui generis* sendo que a sua classificação constitui um desafio para os pesquisadores. Nos diversos momentos em que os palestinos chegam ao Brasil, não existe uma política migratória, nem registros confiáveis de vistos de permanência no Brasil. Em segundo lugar e, de acordo com Denise Fagundes Jardim (2006, p. 171), “é sempre difícil confiar que uma autodenominação, produzida em diferentes contextos e com uma história tão peculiar quanto aos jogos identitários, se traduza fielmente em números”.

De um modo geral, a presença palestina é resultante de uma imigração de pós-guerras, principalmente após a guerra de independência do Estado de Israel em 1948, conhecida pelos palestinos como a *Nakba* (catástrofe). No Brasil, no entanto, as causas para a sua imigração ou refúgio possuem nexos com outros conflitos bélicos, como a Guerra dos Seis Dias em 1967, a *Intifada* de 1987 e os massacres nos campos de refugiados de *Sabra* e *Chatila* no sul do Líbano em 1982. Devido aos constantes ciclos de violência, os palestinos também são caracterizados por um frequente “ir e vir” de familiares que em algumas circunstâncias retornam a Palestina e, em outras, têm suas viagens à Palestina limitadas (ou mesmo impedidas) em virtude do que é considerado como uma presença de alta periculosidade por parte das autoridades israelenses (JARDIM, 2003, p. 235).

Com o passar do tempo, até meados das décadas de 1960 e 1970, os meios utilizados pelos palestinos para chegar ao Brasil e outros países foram se diversificando; assim, existem aqueles que ingressam por portos e aqueles que chegam através dos aeroportos do país. Por outro lado, os documentos para sair da Palestina ou eram israelenses ou, em muitas ocasiões, jordanianos, iraquianos, sírios e libaneses. Por conta dessa falta de convergência entre cidadania e nacionalidade, é muito difícil saber ao certo quantos são os imigrantes palestinos no Brasil. Essas imprecisões, por sua vez, caracterizam a singularidade da experiência recente dos palestinos e da diáspora palestina. De acordo com o atual presidente da FEPAL Ellayyan Maher Aladdin⁶ brasileiro de origem palestina nascido na cidade de Esteio (RS), entrevistado em 2009, a estimativa de palestinos e descendentes no Brasil ultrapassa 60 mil pessoas. “Esses dados não são oficiais e precisos, mas é a projeção que temos baseada nas informações levantadas no final dos anos de 1980”. A pesquisa havia sido realizada pelos próprios agentes da diáspora palestina do Brasil por amostra domiciliar.⁷

⁶ Ellayyan Maher Aladdin é advogado na cidade de Novo Hamburgo (RS). Atualmente sua família paterna vive no campo de refugiados *Jalason*, em Ramallah na Palestina. No 9º Congresso da FEPAL em janeiro de 2007, foi eleito presidente da entidade.

⁷ MIRHAN. Lejeune. *A FEPAL e os palestinos no Brasil*. Portal Vermelho, dia 17 de julho de 2009. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2387. Acessado no dia 18 de novembro de 2015. O Portal Vermelho é um site mantido pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Entretanto, é necessário salientar que a emigração palestina à América Latina teve início na época do Império Turco Otomano, em meados de 1870. Os primeiros imigrantes palestinos eram predominantemente cristãos de Belém, Jerusalém, Taybeh e Ramallah. E, diferentemente de muitas estatísticas que apresentam os imigrantes sírios e libaneses como pioneiros nas Américas, de acordo com fontes testemunhais registradas na obra *Arab Speakers in South America*, dois irmãos da família Zakhariya de Belém foram apontados como os primeiros imigrantes árabes a chegarem ao Brasil, por volta de 1874. “Eles vendiam objetos de arte em madrepérola, como rosários, cruzes e ilustrações na principal rua dos joalheiros na cidade do Rio de Janeiro.” (tradução livre da autora)⁸ Alguns eventos internacionais também foram capazes de chamar à atenção dos palestinos para as Américas, são eles: *The Philadelphia Exhibition* em 1876, *the Chicago Exhibition* em 1893 e *the St. Louis Exhibition* em 1904 nos Estados Unidos. A maioria dos palestinos presentes traziam consigo alguns produtos e objetos típicos da “Terra Santa” a fim de comercializar nas Américas (RAHEB, 2012, p. 15).

De acordo com o historiador palestino, Adnan Musallan (2012, p. 16), no início, a presença palestina tinha caráter temporário, a maioria dos imigrantes planejavam “fazer fortuna” e voltar para a terra natal. Porém, muitos contratempos na região da Grande Síria, atrapalharam os planos de retorno ao lugar de origem. Entre 1908 até meados de 1918 o império Turco Otomano inicia um processo de franca decadência, a instauração do serviço militar obrigatório durante a Primeira Guerra Mundial, juntamente com o aumento dos preços dos alimentos e dos níveis de pobreza na região estimularam muitos palestinos a emigrarem para as Américas. Aqueles que já se encontravam na região permaneceram nos países da América do Norte, do Sul, Central e Caribe.

O contínuo fluxo migratório continuou até a instauração do Mandato Britânico na região da Palestina. Os palestinos passaram, em sua maioria, a desembarcarem especificamente em alguns países da América Latina como o Chile, Colômbia, Peru, Honduras, El-Salvador e, em menor escala na Argentina, Uruguai e Brasil. A imigração para os Estados Unidos havia diminuído subitamente em função da promulgação da legislação norte-americana de vigência entre 1917 a 1924 que impedia a imigração de

⁸ “They sold mother-of-pearl curios such as rosaries, crosses and icons in the main jewelers’ street in the city of Rio”.

indivíduos que não poderiam ser considerados anglo-saxônicos. Exatamente durante esse período, a presença palestina tornou-se tão marcante em alguns Estados latino-americanos que algumas regiões adquiriram características palestinas. Ao mesmo tempo, alguns sobrenomes tradicionais palestinos como Barakah, Shhadeh, Mua ‘allim, Sabbagh e Tarud começaram a desaparecer dos registros de Belém, como resultado imediato do processo de reunificação familiar da diáspora palestina na América Latina (RAHEB, 2012, p 23). A experiência de Salvador Khuriyeh é um exemplo do quanto os países da América Latina eram considerados destinos importantes na Palestina:

“É importante contar uma historinha antes para poder talvez enriquecer essa informação, o meu pai contava pra gente que quando ele veio com aqueles cerca de 20 amigos de lá pra cá, ele vieram com um objetivo, o objetivo deles não era o Brasil, era a Argentina. Na época eles ouviam, no Oriente Médio, eles ouviam na Palestina que a Argentina era um local que se apresentava com perspectiva de prosperidade e aí eles saíram com o objetivo de irem a Argentina no porto de Constantinopla, compraram um dicionáriozinho de idiomas para poder traduzir do árabe para o espanhol, para eles poderem vir no navio conversando em espanhol, para poder treinar minimamente o espanhol. E aí a primeira parada deles no Brasil foi no Rio de Janeiro e a segunda parada foi em Santos. Segundo eles, talvez por entendimento errado da linguagem, do idioma por qualquer que seja a razão, eles foram deixados no porto de Santos, achando que estavam chegando no porto da Argentina, que tinham chegado na Argentina e foi quando eles perceberam que eles não estavam na Argentina. Na verdade eles saíram de lá jovens para tentar uma vida em um outro mundo, com a perspectiva de ir a um outro mundo, se prepararam emocionalmente e treinaram o idioma minimamente e tal e quando eles se viram, eles estavam em um outro mundo que eles sequer sabiam que representava naquele momento”.

A emigração palestina equivale a uma pequena porção da imigração Otomana que chegou à América entre os séculos XIX e XX. Segundo Kemal H. Karpat (1985, p. 185), estima-se que 1.2 milhões de cidadãos otomanos emigraram para as Américas entre os anos 1860 e 1914. Muitos palestinos que se estabeleceram na América do Sul, a fim de evitar a concorrência comercial com os demais imigrantes árabes, notadamente sírios e libaneses, deixaram as grandes cidades como Buenos Aires e São Paulo, cruzaram a Cordilheira dos Andes e acabaram por se fixarem em países menores como o Chile, Peru, Bolívia e Equador. Esse movimento, de certa forma, explica porque a colônia sírio-libanesa permaneceu como maioria no Brasil, México e Venezuela, enquanto a diáspora palestina tornou-se presença marcante no Chile, Peru, Honduras e El-Salvador.

Os períodos mais relevantes da emigração palestina foram durante a Revolução dos Jovens Turcos em 1908, momento no qual foi promulgada lei de serviço militar compulsório, que resultou na fuga de muitas famílias cristãs que se recusavam que seus

filhos e netos prestassem serviço militar ao Império Otomano. A primeira Guerra Mundial e os seus reflexos econômicos também motivaram muitas famílias à deixarem a Palestina rumo à América Latina.

Até meados da década de 1920, durante a vigência do Mandato Britânico na Palestina, a identidade dos imigrantes palestinos estava vinculada aos lugares de origem (Belém, Jerusalém, Yaffa, Bayt Jala, etc), à religião, a “cristiandade” e ao arabismo. A identificação com o Império Otomano era praticamente inexistente. Como assinala Cecilia Baeza (2014, p. 06), o sentimento palestino (*Palestinian-ness*) emerge no começo da década de 1920, um dos principais símbolos desse fenômeno na América do Sul é a fundação do *Clube Deportivo Palestino* em Santiago do Chile. “Além de incorporar a Palestina em seu nome, as cores das camisas da equipe de futebol eram as mesmas da bandeira palestina: vermelho, preto, verde e branco”.



Figura 1 – Estandarte do clube Desportivo palestino, fundado pela diáspora palestina do Chile em 1920. (Arquivo pessoal).

Após a Primeira Guerra Mundial, durante a década de 1920, já havia muitas tentativas de retorno à Palestina, porém a diáspora palestina na América Latina foi subitamente surpreendida com a burocracia das autoridades do Mandato Britânico, justamente no mesmo período em que as fronteiras da Palestina estavam abertas aos colonos judeus, embora seja importante lembrar as cotas existentes em relação aos judeus que queriam emigrar à Palestina impostas pelos britânicos. Os requerimentos para o retorno à Palestina passaram a estar condicionados à Constituição do Mandato Britânico. De acordo com o artigo 34 da Carta Constitucional foi estipulado que os palestinos residentes fora da Palestina teriam um prazo de até dois anos para requererem a nacionalidade palestina. No entanto, segundo as autoridades britânicas, os palestinos que deixaram o país antes de 1920 eram considerados “turcos”, uma vez que, nesse mesmo período, ainda vigorava as leis do Império Turco Otomano. Como consequência imediata, apenas 9.000 requerimentos para a nacionalidade palestina foram aprovados para fins de autorização para o retorno à terra natal (RAHEB, 2012, p. 24).

Ao tomarem conhecimento sobre a Carta Constitucional do Mandato Britânico, algumas lideranças palestina de Belém se reuniram e em 1927 fundaram o Comitê de Defesa dos Direitos dos Emigrantes para a Cidadania Palestina. Isso porque os palestinos sem cidadania passaram a enfrentar uma série de circunstâncias desagradáveis:

“Por exemplo, em julho de 1927, na República de El-Salvador, na América Central, o governo promulgou uma lei obrigando todo comerciante, cujo capital excedesse 30 libras, a registrar seu nome e produzir seus documentos de cidadania. Se o comerciante não cumprisse esta ordem, ele teria suas lojas fechadas. Quando os palestinos pediram ao cônsul britânico que lhes desse um certificado de cidadania, ele recusou. Quando alguns palestinos tentaram obter a cidadania salvadorenha para proteger seus interesses, o governo recusou com base em que a necessidade deles em adquirir a cidadania não decorreu do amor e do compromisso, mas apenas em benefício pessoal” (RAHEB, 2012, p. 22).⁹

⁹ “For example in July 1927 in the Republic of El-Salvador in Central America the government enacted a law forcing every Merchant whose capital exceeded thirty pounds to register his name and produce his citizenship papers. If the Merchant failed to observe this order, he would have his stores closed. When the Palestinians asked the British Consul to give them a citizenship certificate he refused. When some Palestinians tried to obtain the Salvadorian citizenship to protect their interests, the government refused on the basis that their need to acquire citizenship did not stem from their love and commitment, but from personal benefit only”.

Foi durante a década seguinte, em 1930, que a América Latina pôde testemunhar a criação de uma série de veículos de comunicação da diáspora palestina com o intuito de reportar as notícias sobre a Palestina. Segundo Baeza (2014, p. 64):

“Entre os exemplos mais notáveis foram *Al Islah* (Reforma), publicado no Chile de 1930 a 1942 (e também distribuído no Peru, Bolívia e Equador) e *Rumbos*, fundado em Honduras em 1939. Um bom exemplo do impacto desses jornais, que enfatizavam o pertencimento à nação palestina, foi seu sucesso em liderar arrecadação de fundos entre as comunidades chilenas e hondurenhas para as famílias dos mártires da Revolta Árabe de 1936-1939” (tradução livre da autora).¹⁰

O final da década de 1940 assinala o momento de maior assimilação cultural dos imigrantes palestinos à América Latina e, é a partir da década de 1970, que houve uma grande incidência de casamentos mistos entre palestinos e não palestinos. As novas gerações nascidas na América Latina também se consideravam chilenos, hondurenhos, peruanos e brasileiros. Isto fica claro nos seguintes depoimentos:

“(...) ele veio pra cá e aí tinha toda uma dificuldade e acabou casando com uma moça, que é a minha mãe, né? Que era uma pessoa que também tinha vindo do campo como ele na origem na Palestina era uma família de camponeses, né?

(...)

Ela era brasileira, também de origem camponesa na época, operária de fábrica de tecelagem, também mocinha, 15 anos de idade e aí com todas as dificuldades que ele teve pra poder lutar, pra poder dar educação para os filhos, para educar os filhos, ele teve dificuldade para retornar para a terra dele, para a Palestina. Então ele voltou para a Palestina quase 30 anos depois que ele estava no Brasil, mas pela primeira vez ele e minha mãe juntos, né?”¹¹

Na América Latina a comunidade palestina expandia suas atividades econômicas progressivamente, situação que a encaminhava a um processo de permanência. A ascensão social dos palestinos na América Latina provocou uma polarização política dentro de toda a comunidade. De um lado havia palestinos de esquerda e do outro industriais palestinos bastante conservadores, sobretudo no Chile¹². Em 1970, o candidato

¹⁰ “Among the most notable examples were *Al Islah* (Reform), published in Chile from 1930 to 1942 (and also distributed in Peru, Bolivia and Ecuador), and *Rumbos*, founded in Honduras in 1939. A good example of the impact of these newspapers, which emphasized a belonging to the Palestinian nation, was their success in spearheading the collection of funds among the Chilean and Honduras communities for the families of martyrs of the 1936-39 Arab Revolt”.

¹¹ Como afirma Salvador Khuriyeh, brasileiro de origem palestina, quando o entrevistei em novembro de 2015.

¹² De acordo com Cecilia Baeza entre os industriais e banqueiros palestinos mais poderosos da América Latina podem ser citados “José Said Saffie, whose family began in the textile industry but who today the

da coalisão de esquerda, Salvador Allende, ganhou as eleições presidenciais e entre os seus numerosos projetos políticos, adotou uma agenda reformista que demandava, entre outras ações, um processo de nacionalização das indústrias do Chile. Ocorre que dentro do grupo dos grandes empresários e industriais do Chile havia muitas famílias palestinas, por isso, muitos palestinos tornaram-se fortes oponentes ao governo Allende. De acordo com Cecília Baeza (2014, p. 62), Juan e Alberio Kassis, dois irmãos nascidos em Belém, na Palestina foram capazes de receberem os generais dissidentes ao governo do presidente Salvador Allende em sua casa poucos dias antes do golpe de Estado no Chile, em setembro de 1973.

Apesar da integração dos palestinos na América Latina, a identidade palestina sobreviveu graças à formação de associações e instituições nacionais e às atividades em âmbito familiar. Dentro da esfera privada, a família é considerada como um dos principais vínculos com a identidade palestina, seja através do idioma árabe, da religião ou da culinária típica palestina. Todos esses elementos são capazes de conectar emocionalmente os palestinos residentes na diáspora com a terra natal. Assim, por exemplo, uma imigrante palestina afirmou em uma entrevista concedida em outubro de 2015:

“(...) me mandaram um e-mail com o hino da Palestina, isso me atinge muito e a comida eu faço questão de falar “esse prato é palestino”, entendeu? Vamos dizer o *Maklob*, eu não sei se você conhece Vamos dizer o *Falafel*, entendeu? Vamos dizer, tem uma verdura com mostarda que a gente faz com coalhada e mostarda, essa daqui nem o libanês tem, nem o sírio tem ... O *Makloub* eles fazem ... Eu não gosto de separar palestino de libanês, de sírio mas tem que falar porque isso é uma coisa que está sumindo, quero reerguer para renascer, deixar vivo, deixar vivo, entendeu? O que é palestino”.

Existem ainda casos mais extremos, como é o caso do médico palestino Abdel Latif Hasan que chegou ao Brasil muito recentemente, em 1992, após o governo de Israel negar o visto de permanência de sua esposa, Jamile Abdel Latif. A única opção era a separação ou a saída da Palestina. Ele optou pela saída. O desenraizamento traumático e recente acirrou uma intensa proximidade com seus familiares e com as notícias da Palestina. Em seu depoimento, extraído de uma entrevista concedida em julho de 2016 afirmou: “Eu tenho contato diário com minha família lá ... Diariamente eu escuto música,

main shareholder of the Said Group, a conglomerate that controls Chile’s third largest shopping property management firm. Other industrialists focused on their banking activities, including (in Chile) the Yarurs (BCI), the Abumohors (Corpbanca), and the Rishmagues (Union Credit Bank), with Palestinians industrialists in other Latin American countries also expanding their scope of activity, though to a less dramatic extent than in Chile”.

na realidade eu não conheço música brasileira, eu escuto só música árabe ... Eu sei muito mais o que acontece lá do que está acontecendo aqui ...”.¹³

É importante lembrar que a questão Palestina começa a ocupar a arena pública dos grandes centros latino-americanos a partir do reconhecimento da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) como “legítima representante do povo palestino” pelas Nações Unidas em 1974. Foi inclusive no ano seguinte, em 1975, que o primeiro escritório da OLP na América Latina foi inaugurado no Brasil. A politização das novas gerações de palestinos nascidos na América Latina e no Brasil fomentou o crescimento no interesse pelo resgate das “origens palestinas”. Posteriormente, isto é, algumas décadas depois, a internet, as redes sociais e a possibilidade de viajar à Palestina facilitou a realização do desejo de reconexão com a terra mãe. Entretanto, a crescente dificuldade de entrar na Palestina, criada por parte das autoridades israelenses, vem causando novos problemas.

Os ataques terroristas a alvos civis israelenses desde a segunda *Intifada* no ano 2000 motivaram o governo do Estado de Israel a condicionar a liberdade de locomoção dos palestinos da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, principalmente dos homens palestinos menores de 40 anos. Como assinala Khalidi (2010, p. XXV):

“A relativa liberdade e a ausência de restrição de movimento que os mais velhos usufruíram é inimaginável para toda uma geração de palestinos que cresceu durante a última década em um arquipélago de grandes prisões ao ar livre que hoje constituem a Cisjordânia ocupada e a Faixa de Gaza” (tradução livre da autora).¹⁴

O cerceamento de liberdade de locomoção dos palestinos a partir da Segunda *Intifada* foi estendida aos palestinos da diáspora. Dessa forma, é muito comum ouvirmos histórias referentes a casos de deportações no aeroporto *Ben Gurion* de palestinos que querem entrar na Palestina.¹⁵ No conto de Rana Barakat (2013), intitulado *The Right to*

¹³ Abdel Latif Hasan Abdel Latif é um imigrante palestino de Belém, casado com Jamile Abdel Latif, brasileira de origem palestina.

¹⁴ “The relative freedom and absence of restriction on movement that their elders once enjoyed is unimaginable for an entire generation of Palestinians that has grown up during the past decade and more in the archipelago of large open-air prisons that today constitute the occupied West Bank and Gaza Strip”.

¹⁵ Essa situação torna-se frequente, uma vez que os palestinos não detém autonomia de um Estado nacional, A entrada e a saída da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental está condicionada às autoridades israelenses presentes no aeroporto *Ben Gurion* em *Tel Aviv*.

Wait – Exile, Home and Return, presente na obra *Seeking Palestine – New Palestinian Writing on the Exile and Home*, são reveladas as angústias diante da deportação da Palestina.

A condição de exilado vem transformando a “terra natal” em um mero símbolo, algumas fotografias e às ligações telefônicas em um idioma que, segundo Barakat (2013, p. 137), deveria lhe pertencer, mas que já não lhe pertencia completamente na atual condição de cidadã americana de Chicago. O acirramento das condições de segurança de Israel tornou a Palestina para os palestinos da diáspora um símbolo, uma ideia e um sonho. Sentir-se palestina e, ao mesmo tempo, ser deportada da “terra natal”, passou a ser uma situação comum entre muitos palestinos de diferentes lugares do mundo. O exílio para muitos palestinos significa uma reivindicação pelo direito à terra ancestral em um prazo indeterminado. Mas o exílio, como se observa nas linhas abaixo, escritas por Rana Barakat, tem numerosas facetas e dimensões. Assim:

“Mas o que eu aprendi é que o exílio de dentro é tão brutal quanto o exílio exterior. Suponho que seria útil pensar novamente nessa antinomia. Para não ser vítima do cinismo, você ama para sempre, mesmo quando você sabe que o “para sempre” é um conceito inalcançável. Você tem que amar com todos os pedaços quebrados de seu coração, coexistir com as contradições, não sucumbir à elas. Você vive para a permanência, mesmo quando você sabe que nada é permanente. A psicologia tradicional diz que seis meses é o limite de tempo para o luto sobre o trauma, mais do que isso é excessivo e requer medicação. Eu me pergunto o que mais de seis décadas exigiria?” (JOHNSON & SHEHADEH, 2013, p. 143)¹⁶

A comunidade palestina na América Latina de um modo geral participa de praticamente todas as campanhas internacionais organizadas pelas instituições oficiais palestinas, a exemplo da campanha pelo reconhecimento do Estado palestino pela ONU em 2011 e, mais tarde, pela concessão do status de Estado observador na Assembleia Geral da ONU em 2012. O Brasil foi o primeiro Estado latino-americano a reconhecer o Estado palestino em 2010, conforme será analisado no capítulo 4, incentivando os demais Estados da região a seguirem o mesmo caminho. Isso certamente não teria acontecido caso não houvesse uma mobilização massiva da diáspora palestina do Brasil, por parte

¹⁶ “But what I learned is that exile within is as brutal as exile outside. I suppose it would be useful to think of the antinomy again. In order not to fall prey to cynicism, you love forever, even when you know “forever” is an unobtainable concept. You have to love with all the broken pieces of your heart, to coexist with the contradictions, not succumb to them. You live for permanence, even when you know nothing is permanent. Pop psychology says that six months is the time limit for mourning over trauma, more than that is excessive and requires medication. I wonder what more than six decades would require?”.

das pressões exercidas pela Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL) e pelo comitê “Estado da Palestina Já!”.

A criação das instituições pilares da diáspora palestina em São Paulo será o foco do próximo capítulo. É através da descrição e análise dessas ONGs que será possível melhor compreender a dinâmica da diáspora palestina na cidade de São Paulo, bem como os conflitos entre as diferentes ONGs por ela criadas.

1.2 A DIÁSPORA PALESTINA

“Uma noite me disseram: vamos retornar à Palestina. Caminhamos no escuro por muitos quilômetros em caminhos árduos e sinuosos nas montanhas – eu, meu tio e um guia que tirava seu sustento do conhecimento que tinha da região. De manhã, deparei-me com um muro de aço de esperança esvaída. Finalmente eu estava na Palestina prometida. Mas onde ela estava? Não. Não, esta não é a Palestina, aquela terra mágica, o fim de minhas trevas e do tormento! E ela não me abraça como eu havia imaginado” (FARAH, 2012, p. 29).

Mahmoud Darwich

A presença de uma diáspora em determinadas localidades pode ser definida pela existência de grupos formados por indivíduos que compartilham de uma mesma cultura ancestral e de um lugar de origem, seja ele real, imaginado ou uma mistura de ambos (BAEZA, 2014, p. 12). No entanto, a ideia de uma diáspora palestina traz consigo uma série de controvérsias. Isso ocorre porque no idioma árabe a palavra diáspora não existe, em seu lugar, algumas expressões são utilizadas para referir-se à experiência palestina, a mais comum é *Shatat* (dispersão). Ainda e de acordo com Cecília Baeza (2014, p. 12), o termo diáspora palestina, “às vezes é considerado uma expressão que reflete a experiência judaica, com o objetivo de evocar a noção de desastre assim como o termo *Nakba* (catástrofe)”. Para outros estudiosos como Sari Hanafi (2002), o termo diáspora possui uma conotação política negativa, implica em uma eventual renúncia ao direito de retorno, sobretudo quando se trata dos refugiados palestinos em alguns países árabes como o Líbano, Iraque, Jordânia e a Síria. Para Hanafi (2002, p. 05), o termo refugiado está diretamente associado à falta de segurança, à discriminação e à xenofobia expressadas

nas péssimas condições humanitárias nos campos de refugiados de palestinos nessas mesmas localidades.

A diáspora palestina se assemelha a diáspora judaica e armênia em muitos aspectos. Centenas e milhares de palestinos fugiram, foram expulsos e são impedidos de retornarem ao lar nacional desde a fundação do Estado de Israel. Como o foram centenas de milhares de judeus da ex-União Soviética a partir de 1990 e de milhares de judeus que, na década de 1950, abandonaram ou foram expulsos de seus lugares de origem – países árabes ou muçulmanos - e impedidos de voltarem às suas comunidades.

No que diz respeito aos palestinos, a condição de exílio e a memória do lugar de origem foram cultivados e essa lembrança foi transmitida às novas gerações até a formação de uma memória coletiva palestina. Entretanto, não são todos os palestinos que vivem fora de Israel que podem ser considerados uma diáspora. De acordo com William Safran (1991, p. 04), fundador da prestigiosa revista *Diáspora*, a grande maioria dos palestinos que não emigraram às Américas e à Europa, vive em péssimas condições de vida dentro do mundo árabe, muito embora os refugiados palestinos não tivessem que sacrificar sua língua materna e suas práticas religiosas. Assim, de um modo geral, as comunidades de refugiados palestinos são consideradas uma comunidade à parte no Líbano e na Jordânia e o árabe palestino acabou por se tornar um idioma marginalizado nessas sociedades. Existem várias razões para que o termo diáspora não seja utilizado no caso dos palestinos no Oriente Médio. Entretanto, a noção de diáspora torna-se particularmente relevante ao referir-se aos palestinos na América Latina.¹⁷

A diáspora palestina persiste no tempo porque o local que muitos consideram como terra natal pertence a outro Estado. O mito do retorno tornou-se prevacente na

¹⁷ A classificação dos palestinos no Brasil como diáspora apresenta algumas exceções, esse é o caso de um grupo de 108 palestinos do Iraque vindos do campo de refugiados de *Ruweished* na Jordânia em novembro de 2007, após um acordo do governo brasileiro com a Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o site da Agência da ONU para os refugiados (ACNUR) a maioria desses refugiados palestinos ainda enfrentam um difícil processo de integração à cultura e a sociedade brasileira. Para mais detalhes sobre os refugiados palestinos do Iraque assentados no Brasil em 2007, a reportagem publicada no site da ACNUR está disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiados-palestinos-completam-tres-anos-de-reassentamento-no-brasil/>. Acessado no dia 22 de agosto de 2017.

Outra exceção à classificação diáspora são os dos refugiados palestinos do campo de *Yarmouk* localizado na cidade de Damasco, na Síria, que continuam a entrar no Brasil. Muitos desses refugiados palestinos de *Yarmouk* vivem na condição de “sem-teto” em um prédio abandonado no centro da capital paulista, segundo a reportagem publicada no site da BBC-Brasil: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150907_ocupacao_sirios_arabes_rs. Acessado no dia 22 de agosto de 2017. Tanto os palestinos do Iraque como os palestinos da Síria vivem na condição de refugiados no Brasil.

medida em que o movimento nacional palestino se concretizou na diáspora e nos campos de refugiados palestinos.

Em algumas ocasiões, os governos dos países hospedeiros exploraram a ideologia do exílio palestino para os seus próprios interesses. Apesar desses dados ser desconhecido no Brasil ou pouco divulgado, é importante enumerar alguns deles. Assim, no Oriente Médio, em alguns regimes árabes a retórica em defesa do direito de retorno palestino esconde práticas racistas e discriminatórias. Desde os primeiros deslocamentos de palestinos em 1948, alguns países árabes se negam a conceder cidadania aos refugiados palestinos, sob a justificativa de defender o direito de retorno dos palestinos à terra natal. Desde então, milhares de palestinos vivem em uma situação de vulnerabilidade e violência em campos de refugiados de estrutura extremamente precária e sem acesso a empregos formais e a hospitais. A maioria dos palestinos depende diretamente da caridade de instituições internacionais como a *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA)*, que fornece alguns serviços básicos gratuitos como educação e assistência médica no Líbano, na Jordânia, na Síria e no Iraque.

Em 1973, diante da guerra do *Yom Kippur* e da crise internacional do petróleo, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidiu interromper a exportação do insumo aos países que haviam apoiado Israel durante essa última ofensiva. Foi nessa ocasião, que o Brasil, de modo pragmático, passou a adotar discursos e medidas em apoio à questão Palestina e assim evitar um terrível embargo de petróleo, capaz de acarretar um enorme prejuízo ao projeto de “Milagre Econômico” em curso no Brasil. A situação fez com que em novembro de 1975 o Brasil votasse a favor da Resolução nº 3379, que qualificava o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial, em uma medida diplomática conhecida como “Pragmatismo Responsável”.

No que diz respeito às diásporas, décadas mais tarde, o advento da globalização contribuiu para que as identidades se desterritorializassem e fossem afirmadas e reafirmadas de modos mais flexíveis, tornando os discursos e as narrativas diaspóricas visivelmente mais complexas. De acordo com Robin Cohen (2008, p. 521):

“Atribui-se cada vez mais amplamente ao “lar” o significado de local de origem, de assentamento, ou um local nacional ou transnacional, comunidade virtual imaginada (conectada, por exemplo, pela internet), ou ainda a matriz das experiências conhecidas e de relações sociais íntimas (concordando assim com a expressão popular que diz que “lar é onde mora o coração”).”

Segundo Cohen, existem três modos de relação entre as diásporas e o lar ou terra natal, o que faz o autor criar três tipos distintos de diáspora: a sólida, a dúctil e a líquida. A primeira categoria faz referência a uma “terra natal” carregada por uma expressão sentimental. Uma “diáspora sólida” existe quando nos deparamos com uma diáspora que exerce ativamente “movimentos de pressão” nas políticas de relações internacionais com vistas ao desenvolvimento do lar nacional ou da terra mãe. A existência de alguns movimentos políticos, culturais e acadêmicos da diáspora palestina no Brasil como a Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL), a Associação Cultural *Sanaúd*, o *GT Árabe* e o comitê “Estado da Palestina Já!”, faz pensar que a diáspora palestina brasileira é uma diáspora sólida. Entretanto, uma vez que as instituições mencionadas não congregam a totalidade dos palestinos, a realidade é mais complexa e exige uma análise mais aprofundada.¹⁸

Da perspectiva histórica, o fim da lógica bipolar pós-guerra fria permitiu a existência de um mundo mais complexo e pluralista com a presença de uma multiplicidade de ONGs e grupos de diversas naturezas que competem por um espaço de influência. É nesse cenário que os movimentos diaspóricos emergem em ambientes que podem ser favoráveis ou bastante hostis aos seus próprios interesses. A cidadania no país estrangeiro não impede a manutenção da conexão com o lugar de origem e o advento de uma dupla pertença nacional. Essa experiência ajuda a diáspora palestina a atingir visibilidade e legitimidade da sua causa nacional. Por outro lado, a situação de conforto e acolhimento em alguns contextos democráticos propicia uma progressiva assimilação, tendente a diluir a consciência nacional no âmbito da diáspora.

Assim, o modelo “terra natal sólida” vem perdendo força progressivamente e, em seu lugar, emerge uma categoria intermediária, a “terra natal dúctil”. Esse tipo abarca noções mais flexíveis de “lar nacional” ou “terra natal”. No caso dos palestinos no Brasil, parece-nos que a diáspora dúctil é a categoria que melhor reflete a realidade estudada. Entretanto as instituições e organizações árabes e palestinas, como o *GT Árabe* e a FEPAL ainda atendem ao modelo de “terra natal sólida”, estes grupos costumam promover eventos culturais e manifestações de cunho nacionalistas em clubes sociais e algumas visitas ocasionais aos territórios palestinos ocupados e à Síria. O exercício de “movimentos de pressão” dirigidas ao governo brasileiro em defesa da terra natal

¹⁸ Estas associações serão analisadas no capítulo 3 desta dissertação de mestrado.

comprova o quanto o nacionalismo árabe e palestino ainda é preponderante nestas organizações estudadas.¹⁹

A diáspora dúctil também está aliada a um fluxo considerável de palestinos que solicitam asilo no exterior em países da Europa, América do Norte, América do Sul e, sobretudo, no Brasil. Paralelamente e como assinala Cohen (2008, p. 530), os “lares dúcteis” podem transformar-se em líquidos, no momento em que esses grupos étnicos ou étnico-religiosos perdem uma parte considerável de suas próprias referências territoriais e culturais²⁰.

Segundo Stuart Hall (2006), as velhas identidades estão em declínio e, em seu lugar vem surgindo novas identidades de referência individuais. As identidades pós-modernas encontram-se, portanto, deslocadas no mundo contemporâneo. Muito embora o sujeito unificado seja mantido, as novas identidades são capazes de dialogar com as culturas exteriores e com as demais identidades oferecidas na diáspora. Assim por exemplo, o sujeito que antes possuía uma identidade unificada inabalável, como a identidade palestina nas décadas de 1930 e 1940, com o passar dos anos passou a possuir uma “identidade fragmentada”, composta não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e/ou não-resolvidas” (HALL, 2008, p. 12)²¹. Isso ocorre

¹⁹ A FEPAL integrou 3 missões de solidariedade à Palestina: a primeira missão no mês de junho de 2012, a segunda em abril de 2013 e a terceira em abril de 2014. Durante as missões de solidariedade à Palestina, uma delegação brasileira, formada por alguns integrantes da FEPAL, visitaram a região da Cisjordânia, participaram de algumas atividades nas associações civis da Palestina e encontraram com os líderes do governo da Palestina, entre eles, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas. Ainda, de modo semelhante à FEPAL, o Comitê de Solidariedade ao Povo da Síria, lançado por alguns integrantes do *GT Árabe*, realizou uma viagem em missão de solidariedade ao povo e ao governo da Síria entre os dias 24 de novembro e 2 de dezembro de 2013. Durante esta missão, a delegação brasileira teve a oportunidade de visitar algumas autoridades sírias como o Dr. Omran Al Zoubi, porta-voz do governo da Síria; Dr. Jihad Lahham, presidente do parlamento da Síria; Ahmad Badreddin Hassoun, grão Mufti de Damasco, Abdallah Al Ahmar, secretário geral do partido *Baath*, entre outros. Para mais detalhes sobre a Missão de Solidariedade de 2013, o relatório completo da delegação brasileira está disponível no site do *GT Árabe*, “Oriente Mídia”, disponível em: <http://www.orientemidia.org/nossa-viagem-de-solidariedade-a-siria/>. Acessado no dia 23 de agosto de 2017.

²⁰ De acordo com Stuart Hall em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (p.62), “a etnia é um termo utilizado a fim de referirmos a determinadas características culturais compartilhadas por um povo como a “língua, religião, costume, tradições e sentimento de “lugar”, todas capazes de definir um povo em sua unidade”.

²¹ Bernardo Sorj, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em seu artigo *Identity and Jewish Identities* publicado em sua website, também discorre sobre as identidades fragmentadas, ao referir particularmente o caso da identidade judaica que se apresenta de forma circunstancial. O artigo completo está disponível em: <http://www.bernardosorj.com.br/pdf/identityandjewishidentities.pdf>. Acessado no dia 04 de fevereiro de 2016.

porque as identidades nacionais como as conhecemos não são identidades concebidas no nascimento, isto é, identidades naturais, mas são construídas e criadas em torno de uma representação. Dessa forma, a cultura nacional pode ser definida como um discurso e a identidade nacional como um tipo de “comunidade imaginada”. Assim, a lealdade de determinados grupos e a identificação voltada ao povo, à religião e à região específica de origem, estão sendo deslocadas progressivamente da terra de origem ou terra natal para as sociedades hospedeiras ocidentais. No caso aqui estudado, podemos observar esse fenômeno na identificação dos palestinos residentes e nascidos no Brasil com os valores, símbolos e costumes da sociedade brasileira. Hall exprime bem a situação dos palestinos ao afirmar:

“Os palestinos são o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. Há muitos outros exemplos a serem descobertos” (HALL, 2006, p. 89).

A modo de resumo, pode afirmar-se que a diáspora palestina no Brasil é, basicamente, uma diáspora dúctil e transnacional, uma vez que além de manter relações com a terra natal, tem desenvolvido diferentes tipos de relações com outras diásporas palestinas. Por outro lado, os palestinos que residem no Brasil, em muitos casos não vieram da Palestina, mas de outros refúgios.

1.3 A NAKBA E A MEMÓRIA COLETIVA PALESTINA

“*Nakba*, isso é a destruição do ser humano diário”. Essa foi a definição de Jamile Abdel Latif, brasileira de origem palestina, durante a abertura da “Semana de Solidariedade ao Povo Palestino”, no dia 29 de novembro de 2014. Em seu discurso é possível reparar o quanto a memória da *Nakba* está presente nas narrativas palestinas, revelando os inúmeros prejuízos no presente, as deportações, os *check points* e outros ciclos de violência mais recentes, como a segunda *Intifada*, as operações na Faixa de Gaza (2009 e 2014) e os conflitos entre colonos e palestinos nos arredores dos assentamentos na Cisjordânia e Jerusalém Oriental. O trecho do discurso da advogada e integrante da

FEPAL, Jamile Abdel Latif, no dia 29 de novembro de 2014 é expressivo de como sentem os palestinos no Brasil e de sua empatia com os palestinos que ficaram na terra natal. Assim:

“(...) A nossa casa, ela foi destruída e ela é todos os dias bombardeada, ela é bombardeada quando eu vou para a escola e eu tenho que passar por um posto de controle, ela é bombardeada quando eu me caso com um homem palestino, eu sou palestina mas nascida no Brasil, eu me caso com um homem palestino e Israel fala não! “Você tem sangue árabe e ele é palestino, vocês não são judeus, vocês não podem ficar aqui As nossas histórias das nossas raízes. O meu marido é arrancado, é desenraizado, isso é perder seu chão e vem parar num lugar onde você não fala a língua, não conhece a cultura, você é separado de todos os seus parentes, você tem que iniciar do “zero”. O “tirar o chão”, Israel faz sempre, esse caso não é isolado. Desculpe se eu estou chorando, mas é que eu acabo de formar um sobrinho médico que se casou e que também está sendo expulso de lá para também poder viver com a sua mulher. A nossa vida também é sempre dedicada a “amores impossíveis”, nós nos casamos e nós temos que passar pelo seguinte dilema, Israel não deixa o marido ficar com uma mulher, o amor é proibido se é para palestinos, então ou você sai do seu país e sair do seu país significa ir a um país que aceite a sua entrada, entrar como turista, ficar irregular, regularizar a sua entrada, aprender uma língua, arrumar um emprego, isso é *Nakba*! Isso é se desenraizar todos os dias, nós estamos sempre “começando do zero”.²²

O depoimento público da Jamile Abdel Latif revela alguns acontecimentos vividos por ela logo após o casamento com o seu atual marido, o palestino nascido na cidade de Belém, Abdel Latif Hasan Abdel Latif, na Palestina, quando já estava em vigor a Lei de Cidadania e Entrada em Israel, aprovada em caráter “temporário” em 2003, em decorrência dos atentados suicidas durante a segunda *Intifada*. A medida foi prorrogada indefinidamente e até então tem sido objeto de inúmeros debates na Suprema Corte de Israel. O texto estipula que nenhum habitante dos territórios palestinos ocupados e da diáspora poderão optar pela reunificação familiar em Israel. Após o matrimônio, Abdel foi obrigado a deixar a sua terra natal para viver com a sua esposa no Brasil.

A memória dos palestinos persiste com o passar do tempo e, em muitas ocasiões, serve para reivindicar direitos e reconhecimento. Para os palestinos, de uma maneira geral, a *Nakba* é comumente retratada como uma “catástrofe”, momento em que toda a sociedade palestina foi subitamente e violentamente desintegrada. A *Nakba* também pode ser considerada como o ponto de partida para uma mudança irreversível da Palestina e

²² Depoimento de Jamile Abdel Latif ao público presente durante a abertura da programação da Semana de Solidariedade ao Povo Palestino, na Galeria Olido em São Paulo. O evento foi promovido pelo comitê “Estado da Palestina Já!” entre os dias 29 de novembro até o dia 7 de dezembro de 2014 e contou com uma programação cultural que incluía cinema, música e poesia.

dos palestinos. Apesar de os palestinos possuírem numerosas identidades desde antes da criação do Estado de Israel e da guerra de 1948, a *Nakba* se transformou em um ponto de inflexão na identidade nacional e na memória coletiva palestina.

A *Nakba* é o passado, o presente e o futuro. Alguns eventos violentos bastante memoráveis como o “Setembro Negro” (Jordânia, 1970), o massacre de *Sabra e Chatila* (Líbano, 1982) e a primeira e segunda *Intifadas* (1987 e 2000) não teriam ocorrido se não tivessem sido precedidas pela *Nakba*. O compartilhamento de histórias comuns e dramas semelhantes conectam os palestinos da diáspora através das narrativas de uma tragédia coletiva, muito peculiar da identidade e do nacionalismo palestinos. Em algumas entrevistas é possível deparar-se com depoimentos sobre um determinado fato ocorrido em 1948 misturado com eventos mais recentes que aconteceram durante a segunda *Intifada*. A similaridade dos acontecimentos traumáticos tornou praticamente impossível para um palestino da diáspora citar tão somente os fatos de 1948. A permanência do conflito nos territórios ocupados por Israel permite conectar fatos do passado com inúmeros eventos violentos no presente. O que se conhece como a “continuidade da *Nakba*” traz consigo uma diversidade de testemunhos sobre violências semelhantes herdadas de geração em geração que ocorreram e ocorrem em localidades distintas da Palestina e nos campos de refugiados.

É interessante observar que vários fatos ocorridos nas batalhas de 1948, em defesa das vilas e cidades palestinas, passam praticamente despercebidas diante de uma vasta literatura que procura retratar e associar a imagem do palestino como vítima. Em relação a este fenômeno, As’di H. Ahmad e Lila Abu Lughod (2007) fazem uma análise relevante baseado em um texto de Anton Shammas. Assim:

“E quantas lembranças de traição aos outros são contadas? Um ensaio do escritor Anton Shammas chamado “O retrato da Galiléia” traduzido do hebraico em 1988, reúne histórias de famílias e rumores de aldeias para evocar as incertezas obscuras da *Nakba*, quando ricos comerciantes de tabaco puderam intervir junto aos comandantes judeus para dar aos aldeões um alívio temporário da fuga ou onde um ex-líder político implacável pode ter-se enforcado depois de ter se tornado traidor, usando um saco de pano para disfarçar seu trabalho junto às forças judaicas e onde os aldeões combinavam juntos um motivo para evitar a expulsão. Onde estão as memórias dos traidores, ou as lembranças daqueles proprietários de terras que anteriormente venderam suas terras para as agências colonizadoras judaicas?” (AHMAD & ABU-LUGHOD, 2007, p. 08)

Da mesma forma, dentro das produções acadêmica e literárias sobre a questão da Palestina, são praticamente inexistentes as narrativas e fatos históricos que evidenciam as

diferenças entre os palestinos cristãos e muçulmanos. A discriminação contra os cristãos sobretudo à partir dos massacres de *Sabra e Chatila* em 1982, quando as milícias cristãs maronitas, conhecidas como *falanges libanesas*, foram capazes de disparar impiedosamente em milhares de palestinos refugiados dentro dos dois campos de refugiados em um gesto de apoio explícito ao exército de Israel, contra a presença dos movimentos de resistência palestina no Líbano, são praticamente ignoradas e esquecidas. No entanto, foi a partir desse acontecimento trágico que as generalizações sobre os cristãos tornaram-se evidentes. Em relação a este tópico, em outubro de 2015, uma entrevistada fez a seguinte observação, que reflete como conflitos e dilemas existentes na terra mãe são reproduzidos nas diferentes diásporas, nesse caso, na diáspora palestina brasileira. Assim:

“Eu estava engajada na *Sanaúd* na questão da Palestina, cheguei lá e uma pessoa disse: “Os cristãos devem ser mortos!” Porque na época os cristãos maronitas apoiavam os israelenses. Aí o Emir, que estava ao meu lado disse: “Essa companheira é cristã! Eu não sei se ele vai se lembrar disso ...”

Como a memória de outros grupos nacionais que atravessam longos conflitos, a memória palestina é essencialmente política (AHMAD & ABU-LUGHOD, 2007, p.08). E, diante de tantos ciclos de violência dentro dos territórios palestinos ocupados e nos campos de refugiados localizados nos países árabes, a *Nakba* se transformou em um símbolo de luta pela justiça, um lócus no qual as narrativas sobre a traição de alguns palestinos não tiveram lugar no discurso oficial.

Para melhor compreender determinados fatores históricos é necessário recorrermos aos testemunhos a fim de reforçar o que conhecemos sobre o conflito Israel-Palestina e a causa palestina, embora muitas circunstâncias permaneçam obscuras. Em alguns casos, os entrevistados compartilharam suas lembranças com os outros e muitos entrevistados citaram nomes dos demais companheiros de militância durante os depoimentos. Esse foi o caso dos ex-integrantes da Associação Cultural *Sanaúd* (1982). Compartilhar um evento traumático estimula a memória nacional que seria diferente e até não existiria na solidão. De acordo com Maurice Halbwachs (2003, p. 31), “uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever fatos ou objetos que visam ao mesmo tempo, conseguem inclusive reconstituir toda a sequência de atos e palavras em circunstâncias definidas, mesmo que alguns não se lembrem de tudo”. Por

isso, quando algum indivíduo perde completamente o contato com os que rodeiam, é mais provável que se esqueça de um período da sua vida.

A reconstrução de uma memória coletiva somente é possível se os antigos companheiros continuarem a fazer parte de um mesmo grupo no presente. Esse é o caso do *GT Árabe* e do comitê “Estado da Palestina Já!”, grupo formado notadamente por muitos ex-companheiros da Associação Cultural *Sanaúd*. Nesse sentido, um número significativo de lembranças reapareceram justamente porque os outros também as guardaram em suas memórias.

Os palestinos da diáspora lutam diariamente pela restauração da memória. A passagem do tempo tornou-se inimiga das lembranças dos acontecimentos de 1948; esses acontecimentos vem se tornando muito distantes, difíceis de lembrar. Durante as entrevistas que mantive durante o trabalho de campo, foi muito comum notar algumas distorções, fatos imprecisos e longas pausas daquilo que os entrevistados queriam e precisavam relembrar. A angústia é sempre muito visível. Um palestino sem memória não é considerado um palestino pleno, a memória da *Nakba* inevitavelmente faz parte da identidade palestina; isso ocorre porque a *Nakba* não é apenas o passado, mas faz parte do presente dos palestinos.

As lembranças de determinados eventos históricos e das associações do passado, de acordo com Maurice Halbwachs (2003, p. 71), são organizadas de duas maneiras: “tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais”. Existem, portanto, as memórias individuais e as memórias coletivas. As lembranças individuais, sobretudo sobre alguns eventos coletivos do passado são reproduzidas pelas personalidades individuais, sob um ponto de vista particular, vistas por elas segundo seus interesses que se distinguem dos demais. Essas diferenças serão devidamente expostas ao tratarmos das lembranças da Associação Cultural *Sanaúd* e do movimento *Shalom, Salam, Paz*.

Quando trata-se da memória nacional, alguns depoimentos revelam uma aproximação maior com os eventos acontecidos através das lembranças dos pais e avós, daqueles que estiveram envolvidos diretamente ou mesmo através dos noticiários. Muitos fatos que ocupam um lugar na memória da nação são remetidos à memória dos outros, pois muitas vezes os entrevistados desconhecem fatos que aconteceram antes de seu

nascimento. Haveria, portanto, dois tipos de memória, a memória pessoal e a memória social, ou, mais precisamente, uma memória autobiográfica e uma memória histórica. “A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral” (HALBWACHS, 2003, p. 73). Uma guerra, um massacre e uma cerimônia nacional transformam a realidade de uma região e de um grupo, por outro lado, podem ser considerados como uma série de imagens das consciências individuais, principalmente se a lembrança remonta a infância. O seguinte trecho do depoimento do secretário-geral da FEPAL, Emir Mourad²³ colhido em uma entrevista realizada em outubro de 2015, constitui um exemplo de memória pessoal que foi transformada em parte da memória social palestina:

“Eu vi o meu pai chorando ao pé do rádio, eu era uma criança, sabe? tinha lá uns 10 anos de idade, eu estranhei, aquela cena me chocou porque como é que o pai, que é o herói, que é o forte, né? como é que ele chora? Uma fraqueza, né? Eu acho que é um sentimento de fraqueza, eu acho que hoje chorar pode interpretar até como um sentimento de fortalecimento, mas naquele momento eu me choquei porque eu nunca tinha visto um homem chorar, ainda mais o meu pai. Aí eu cheguei e perguntei pra ele: Por que o Senhor está chorando? E ele engasgou, não sabia como responder, enxugou as lágrimas rapidamente e ele falou assim pra mim: Você esteve em Jerusalém? Eu falei: Tive, pai. Você gostou de Jerusalém? Falei: gostei. Você quer voltar lá para Jerusalém? Falei: quero, vamos lá passear eu e o Senhor em Jerusalém. Ai ele fala: Mas você não pode mais ir à Jerusalém. Ai eu fiquei assim, né? Eu falei: Por que? Porque Jerusalém foi invadida por judeus, pelos israelenses e eles tomaram a força e expulsaram os palestinos de Jerusalém e da Palestina, então quem controla agora Jerusalém não é mais as pessoas que você conheceu. Ai ele falou do meu avô, que ele está triste também, não sei o que Ai, isso também ficou na minha imagem, na minha cabeça, essa situação toda”.²⁴

Ao relato de uma situação pessoal vivida após a guerra de 1967, a cena do choque ao deparar-se com o pai chorando é acrescido um contexto histórico: o pai do Emir Mourad chorava porque o Exército de Defesa de Israel havia ocupado a cidade de Jerusalém e isso certamente impediria deslocar-se livremente à cidade que frequentava desde a infância. Consequentemente, tal medida impediria os palestinos dos territórios ocupados da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e dos campos de refugiados do mundo árabe o livre acesso à cidade sagrada de Jerusalém. Quando a criança cresce e se torna adulta adquire novas noções sobre os fatos, sendo capaz de tornar a lembrança uma reconstrução

²³ Emir Mourad é brasileiro, muçulmano de origem libanesa, seus pais chegaram a São Paulo na década de 1950 em decorrência da guerra civil no Líbano. Em 1964 voltou ao Líbano junto com sua mãe por 2 anos, período que pôde visitar Jerusalém com o seu avô que era *Mufti* no Vale do Bekaa, no Líbano. Na década de 1980 foi um dos jovens que integraram a Associação Cultural *Sanaúd* e mais tarde passou a integrar a FEPAL. Atualmente é o secretário geral da FEPAL.

do passado com a ajuda de dados e fontes do presente. De acordo com Pierre Nora (1984, p. 03), a “memória historizada” torna-se bastante alterada, de modo a não ser mais considerada memória, mas “a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida” (tradução livre da autora)²⁵. A memória difere da história, uma vez que trata-se de uma corrente de pensamento contínuo que sobrevive através da consciência de um grupo e não ultrapassa os limites desse grupo. A memória de um grupo nacional se estende até a memória dos seus integrantes que ainda vivem. Quando um desses integrantes morre, o campo da memória coletiva também diminui. É por isso que os depoimentos de Souheil Sayegh enquanto idealizador da FEPAL e da Dina Musa, enquanto parte integrante da Associação Cultural *Sanaúd* fazem falta para o processo de construção da memória coletiva da diáspora palestina do Brasil.

Os palestinos da diáspora, particularmente, vivem as consequências da *Nakba* e sentem-se no exílio, mesmo quando a sociedade hospedeira são países com certo grau de desenvolvimento como o Kwait, os Estados Unidos e o Brasil. Existem muitos palestinos, inclusive, que nunca estiveram na Palestina; para eles a *Nakba* é a memória de seus pais e avós que os acompanha durante toda a sua vida.

A transmissão da memória de eventos que a segunda e terceira gerações não vivenciaram viabiliza, invariavelmente, a articulação das narrativas e na permanência de silêncios conscientes de fatos desagradáveis e em certas medidas comprometedores. Os receptores da história oral palestina nunca ouvirão os testemunhos sobre a culpabilidade e sobre a colaboração de alguns palestinos para a triste realidade palestina. Da mesma forma, dificilmente deverá ser encontrado algum tipo de publicação capaz de revelar os detalhes dos estupros e dos maus tratos dispensado às mulheres na Cisjordânia e da Faixa de Gaza (AHMAD & ABU-LUGHOD, 2007, p. 22). Por outro lado, é bastante comum ouvirmos, assistirmos e lermos sobre um passado rural idealizado. Em uma análise mais detalhada das mais diversas publicações sobre a história do conflito na Palestina nos deparamos com uma narrativa de glorificação da vida no campo, uma imagem de um palestino camponês, de acordo com as regiões descritas nos livros e nos discursos da maioria das testemunhas. Segundo Rochelle Davis (2007, p. 54), no capítulo *Mapping Past, Re-creating the Homeland*, existem três razões para esse tipo de ocorrência:

"Em primeiro lugar, a destruição física da maioria das aldeias que essas pessoas vieram os tornam nostálgicos de um lugar perdido; segundo, o processo em

²⁵ “la secreción voluntaria y organizada de una memoria perdida”.

1948 que transformou as populações camponesas em refugiados sem terras faz com que elas associem a terra com uma vida antes de uma mudança catastrófica; e, em terceiro lugar, o fato de que esses refugiados agora trabalhem em *business* e em empregos regulares e não como camponeses intensifica sua idealização do que eles não têm mais. O espaço da aldeia que as pessoas recordam não é, portanto, apenas um lugar que não existe, mas também representa um estilo de vida que os seus antigos habitantes e seus descendentes já não possuem” (tradução livre da autora).²⁶

Desde as primeiras publicações das obras de memórias escritas por palestinos nas décadas de 1980 e 1990, é possível observar que a linguagem é comumente utilizada na primeira e na terceira pessoa do plural, “nós” e “eles”, de modo a reforçar as experiências coletivas em detrimento das lembranças particulares, como se fosse uma autobiografia coletiva; além do mais, uma identidade coletiva que tem um outro com a qual constantemente dialoga. A história coletiva da Palestina não deixou espaço para os conflitos internos, como corrupção e problemas administrativos de suas lideranças. Os vilarejos são descritos como um espaço que abriga uma comunidade indivisível, com valores e ideais em comum.

A imagem nacional da Palestina visa, acima de tudo, mostrar a imagem masculina, de um homem forte do campo, muito presente nos diversos poemas de resistência nacional, apesar de que uma quantidade não desprezível de famílias palestinas residissem nas cidades; estima-se que cerca de 40% da população palestina em 1948 era urbana (AHMAD & ABU-LUGHOD, 2007, p. 70). A imagem do camponês palestino também foi eternizada no uso da *Keffiyeh*²⁷ durante as manifestações de solidariedade ao redor do mundo que acontecem ainda hoje. A ênfase no campo tem uma motivação importante, é somente através da imagem do palestino camponês que se poderá reclamar as perdas territoriais decorrentes das guerras de 1948 e 1967.

²⁶ “First, the physical destruction of the majority of the villages that these people came from makes them nostalgic for a lost place; second, the process in 1948 that turned peasant populations into landless refugees makes them associate the land with a life before catastrophic change; and third, the fact that these refugees now work in business and civil service jobs and not as peasants intensifies their idealization of what they no longer have. The village space that people recall is thus not only a place that does not exist, but also represents a lifestyle that its former inhabitants and their descendants no longer practice”.

²⁷ O lenço árabe, conhecido como *Keffiyeh*, é tradicionalmente utilizado entre os camponeses, o seu uso evita que o sol atrapalhe a visão durante o trabalho no campo. Entretanto o *Keffiyeh* ficou eternizado pelo líder palestino Yasser Arafat, por isso, esse lenço passou a também ser conhecido como o símbolo da herança palestina. Mais informações disponíveis em: <http://ireport.cnn.com/docs/DOC-886169>. Acessado no dia 06 de outubro de 2016.

É importante salientar que as cidades e os vilarejos da Palestina histórica têm sido idealizados à medida que o conflito tornou-se permanente. Um dos maiores símbolos desse fenômeno é o fato de existir uma grande quantidade de palestinos que ainda guarda as chaves de suas residências até os dias de hoje na esperança de um dia regressar à terra natal, de onde foram deslocados. Esse foi o caso de Dona Georgete Sayegh, mãe de Souheil Sayegh²⁸, quem manteve a chave da sua casa em *Jaffa* guardada até o dia da sua morte no ano de 2013 no Brasil.

Progressivamente, o passado idealizado, propagado pela diáspora palestina, da *Nakba* e da guerra dos Seis Dias tem sido substituído pelos depoimentos dos palestinos de segunda e terceira gerações preocupados com os prejuízos que a sua situação lhes traz no presente. Muitos filhos e netos demonstram certo pesar com o fracasso das tentativas de acordos entre palestinos e israelenses e com o aumento da violência no presente; alguns chegam a negar-se a participar de grupos e instituições de solidariedade porque as consideram uma “perda de tempo”, uma vez que o direito de retorno atualmente pode ser considerado como impossível de se realizar. Da mesma forma, pode observar-se que alguns palestinos da terceira geração, ao invés de atenderem às expectativas nacionalistas dos seus pais e avós, acabam por adotarem projetos bastante diversos e desconexos da questão Palestina. Cada vez mais é possível deparar-se com um nova geração de brasileiros-palestinos obtendo bolsas de estudos no exterior e realizando intercâmbios culturais em países da Europa e nos Estados Unidos, em lugar de resgatarem “suas raízes” em uma viagem para a Palestina. De tudo isto se infere que existem visões geracionais substantivas em relação ao conflito e em relação às sociedades hospedeiras nas quais nasceu essa terceira geração de palestinos. Processos similares existem em outras diásporas, nas quais é possível observar que na medida em que a terra natal fica mais longe no tempo, menos estreita é a ligação com ela, surgindo as famosas identidades hifenizadas, a exemplo de palestino-brasileiro ou brasileiro-palestino.

Muito embora a maioria dos palestinos da segunda e terceira gerações tenham conhecimento sobre a questão Palestina em decorrência da influência de seus pais e avós, muitos desconhecem o idioma árabe e nunca estiveram na Palestina. Apesar de a história ter sido propagada de geração em geração, muitos palestinos que vivem no Brasil sentem-

²⁸ Souheil Sayegh foi um militante cristão palestino, idealizador da FEPAL. Sayegh nasceu em *Jaffa*, chegou na cidade de São Paulo em 1953, onde viveu até a sua morte em 2003. Além da FEPAL, Souheil Sayegh era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e integrou a ONG *Shalom, Salam, Paz*.

se desvalorizados pelos meios de comunicações ocidentais, por isso culpam a televisão e a imprensa pelo pouco engajamento ou pela indiferença de seus filhos e netos pela questão Palestina. Um depoimento de Salvador Khuriyeh, extraído de uma entrevista realizada em novembro de 2015, ilustra o fenômeno mencionado em detalhe:

“(...) por conta de como a comunicação é no mundo hoje, com o controle das informações, controle da mídia, senão é o controle institucional, como a mídia hoje é dominada, como a informação hoje é dominada, infelizmente quando você tem um incidente que acaba se constituindo em um incidente de violência de parte à parte, né? De parte à parte eu digo quando você tem um incidente, um ato de violência provocado por um palestino em relação à um cidadão de Israel, o mundo acaba vendo aquilo como uma forte intensidade, como se fosse uma grande tragédia de um povo violento contra um povo pacífico. E a recíproca não me parece verdadeira. Quando você tem um ato de violência do Estado de Israel contra um povo todo, contra centenas, dezenas ou as vezes até milhares de pessoas, ao contrário, a mídia trata isso como uma réplica, uma reação à um ato de violência do povo palestino, trata como sendo como uma manifestação de defesa de um povo, que é pacífico, contra um povo violento. Isso faz com que as gerações novas não tenham a consciência, de fato, daquilo que está acontecendo, daquilo que acontece no território, diria que hoje território, diria assim, no grande território originariamente palestino, hoje dividido, ocupado pelo povo de Israel, faz com que o mundo, com que os jovens não veem isso do modo como de fato é. Eu não sei dizer em outros países, né? Mas a sensação que eu tenho é de que isso acontece um pouco no mundo. Eu acho isso muito ruim. Não é o que acontece, por exemplo com os meus filhos, comigo e com os meus filhos, porque com os meus filhos eu tenho mais oportunidade de conversar, mas não basta e eu reconheço que não basta. E isso me faz temer de que isso faça que ao longo do tempo haja um esquecimento, haja um distanciamento e a história se perca e a história passa a ser contada para a humanidade de um jeito que, de fato, ela não é, de fato ela não ocorreu e a gente passa a viver de uma ilusão, de uma informação errada, de uma impressão errada, de uma história contada de um modo errado e isso possa fazer com que a, eu diria assim, a chama que ainda permanece acesa da existência e do direito de existência do povo palestino e da criação do Estado palestino, pelo respeito ao Estado palestino possa ir se enfraquecendo e se apagando. Eu tenho medo de que isso ocorra”.²⁹

A desvalorização da causa palestina na imprensa escrita e televisiva no Brasil, de acordo com Jamile Abdel Latif, tem relação imediata com os ataques terroristas nos Estados Unidos de 11 de setembro de 2001. De acordo com o seu depoimento, foi após o evento conhecido como 11 de setembro que houve o aumento da discriminação contra árabes e muçulmanos no Brasil, o que teria motivado muitos jovens da segunda e terceira gerações de palestinos no Brasil a adotarem um comportamento mais discreto no que

²⁹ Salvador Khuriyeh é brasileiro de origem palestina, seu pai chegou ao Brasil em 1951, vindo diretamente da cidade de Taybet, na Palestina. Khuriyeh possui uma extensa carreira política, foi prefeito na cidade de Taubaté entre os anos de 1989 e 1992, deputado estadual em 1997 e 2003 e atualmente atua como Diretor de Infraestrutura da SPTrans na Prefeitura de São Paulo, pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Ele também foi um dos fundadores do comitê “Estado da Palestina Já!” em 2011.

tange à exposição da identidade palestina ao público em geral. Jamile Abdel Latif, por sua vez, relata o caso dos seus sobrinhos que vivem no Brasil, em uma entrevista concedida em julho de 2016:

“(...) existem algumas pessoas que ficam meio acuadas de serem até palestinas e tudo mais porque você tem que lidar com o preconceito, né? Existem outras que, ao contrário, “que isso nos fortalece”, então eu acho ... Eu percebo que alguns sobrinhos assim, talvez, eles tendem a se alienar um pouco, fugir até um pouco das suas raízes para não sentir essa dor da perseguição, né? Mas, outros em compensação eu acho que se tornam mais palestinos. Eu pessoalmente acredito numa frase que meu pai disse que “não adiante fugir das suas raízes, o ser humano só é feliz bem enraizado”. Então, isso faz com que eu, independente de toda essa “chuvarada” de preconceito que vem, eu me sinto cada vez mais palestina.”

O discurso preconceituoso contra árabes e muçulmanos disseminado após o 11 de setembro pode retrair a comunidade árabe de um modo geral, ao mesmo tempo que pode provocar um efeito contrário. Assim, muitos palestinos, passaram a se reafirmar cada vez mais como palestinos. Esse é inclusive o caso da Jamile Abdel Latif, brasileira de origem palestina, e de muitos outros descendentes.

Existem ainda muitos casos de jovens brasileiros de origem árabe e palestina que se identificam com algumas bandeiras de movimentos sociais do Brasil que os fazem lembrar a questão Palestina. Em muitas ocasiões, esses jovens tornam-se militantes ou simpatizantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento Negro devido à empatia que os palestinos da diáspora do Brasil sentem em relação à algumas causas políticas e sociais brasileiras, seja o problema da reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, os conflitos no campo, e o racismo no Brasil. Esse é o caso das filhas de Ali El-Khatib, antigo militante da juventude *Sanaúd* na década de 1980:

“Acontece o seguinte, a minha filha, Fairuz, ela participava comigo desde os dois anos de uma forma ou de outra em alguns movimentos culturais, esportivo, algumas manifestações ... Então, ela tinha o conhecimento, foi em passeata em São Paulo, em outras cidades, em Campinas, mas dos doze anos até os quatorze ela não queria saber mais de nada Aos quinze, veio a revelação! Aquele fundamento que ela vivenciou gradativamente com outras crianças do movimento negro, do Urucum, aqui em Campinas, dos “sem-terrinha” em várias cidades, vários acampamentos, várias ocupações, revelou que hoje ela está fixando um papel muito importante junto com seus amigos e seus colegas de escola e com uma visão consciente do que acontece não só no Brasil, não só em Campinas, mas no mundo.”

No depoimento de Ali El-Khatib, extraído de uma entrevista concedida em julho de 2016, é revelado que, ao mesmo tempo em que estimulou suas filhas a participarem ativamente das atividades de solidariedade com a Palestina, houve o mesmo incentivo para que as filhas se conscientizassem de problemas sociais similares no Brasil, o que propiciou que elas se tornassem mais simpatizantes e participantes de alguns movimentos políticos e sociais brasileiros do que propriamente da questão da Palestina, considerada muito mais distante de suas realidades no Brasil.

CAPÍTULO 2

**A FEPAL E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL *SANAÚD* – HISTÓRIAS DE
MILITÂNCIA DOS PALESTINOS EM SÃO PAULO (1980-1993)**

A FEPAL E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL *SANAÚD* – HISTÓRIAS DE MILITÂNCIA DOS PALESTINOS EM SÃO PAULO (1980 – 1993)

“A fundação da Federação, eu interpreto ela como um trabalho de centenas de pessoas porque foi a conclusão de um trabalho de formiga que muitos ... Cada um fez na sua região, viu? Aqueles que são de Uruguaiana fizeram um trabalho, quem estava em Rivera fizeram ... Todo mundo fizeram alguma coisa de tal maneira que quando se falou: “vamos fazer a Federação?” Tava faltando, digamos, um coordenador ou um catalizador para juntar todo mundo que foi a vinda do embaixador, a abertura do escritório da OLP.

(...)

Foi um trabalho muito positivo porque ele conseguiu concretizar o sonho de centenas de pessoas que construíram em cada uma de sua associação. O terreno estava fértil!”

Hanna Yousef Emile Safieh

Certa vez, o Sr. Hanna Yousef Emile Safieh, palestino que vive na cidade de Natal (RN), em entrevista, disse que quando estava na Bélgica em função de um grande evento em solidariedade à Palestina em 1968, concedeu uma entrevista a uma revista francesa. Quando questionado sobre a existência de um *slogan* palestino, uma vez que a repórter, naquela ocasião, lembrou da lendária frase judaica “No próximo ano em Jerusalém”, o entrevistado em seguida replicou: “claro que nós temos: *Sanaúd* (voltaremos)!”³⁰. Esta é a expressão tradicional da diáspora palestina, cujo significado revela o desejo pelo retorno a terra natal. Foi exatamente essa mesma expressão que mais tarde, em 1982, tornou-se o nome de uma das maiores organizações políticas da segunda geração de palestinos no Brasil, a Associação Cultural *Sanaúd*, formada por um grupo de jovens da diáspora síria, libanesa e palestina residentes no Brasil, que se reuniam frequentemente em uma sede nomeada “Sociedade Árabe Palestina”, localizada na Avenida Senador Queiróz, no centro da capital paulista.

³⁰ Entrevista concedida por Hanna Yousef Emile Safieh à Fábio Bacila Sahd, doutorando no Programa Interdisciplinar, Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo (USP), em dezembro de 2014 na cidade de Natal - RN. Hanna Safieh é um imigrante palestino da cidade de Jerusalém que chegou ao Brasil no ano de 1971 e se estabeleceu na cidade de Natal, RN, onde foi um dos fundadores do Departamento de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Safieh também foi um dos pioneiros da Federação das Associações Culturais Palestinas do Brasil que, depois, ficou conhecida como Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL) em 1980.

O destaque e\ou a instrumentalização de um *slogan* que revela a poderosa vontade de retorno à terra mãe pode ser, como fica claro neste trabalho, uma frase cuja origem é religiosa, no caso de “No próximo ano à Jerusalém” ou de origem secular “Voltaremos!”. Esses dois exemplos mostram como as identidades nacionais principalmente aquelas cujos centros geográficos se encontram no Oriente Médio, possuem uma dimensão religiosa e uma dimensão nacionalista que, geralmente se confundem; às vezes caminham juntas, outras se distanciam.

Com o decorrer do tempo e, de modo semelhante ao processo de criação da OLP em âmbito internacional, algumas ideias sobre a fundação de uma instituição representativa e dotada de legitimidade, em meio aos agentes da diáspora palestina militante foram surgindo no Brasil. A criação da Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL), em 1980, respeitou a vontade da maioria do povo palestino apoiadora da OLP. De acordo com as palavras do escritor libanês e membro da academia francesa de literatura, Amin Maalouf (2011, p. 105), “a legitimidade é o que permite aos povos e as pessoas aceitarem, sem excessiva imposição, a autoridade de uma instituição, personificada por indivíduos e considerada possuidora de valores compartilhados”. Nessa linha, pode afirmar-se que desde a sua fundação até os dias de hoje a FEPAL representou a maioria dos palestinos da diáspora brasileira, ou seja, foi e ainda é considerada mais estável do que outras instituições e movimentos dos palestinos do Brasil. Entretanto e como reitera Maalouf (2011, p. 105), nenhuma legitimidade é imutável, ou seja, “pode-se ganhar legitimidade ou perde-la, de acordo com a habilidade de cada um ou segundo as circunstâncias”.

A FEPAL foi criada em uma circunstância de carência de legitimidade da diáspora/identidade palestina no Brasil, situação que poderia ter culminado no desmantelamento de todos os projetos de movimentos políticos, sociais e culturais palestinos e, da mesma forma, o diálogo com as autoridades brasileiras. A legitimidade da FEPAL se configurou por coincidir com os ideais da maioria do povo palestino que já se encontrava destinado a manifestar-se pela realização do sonho de uma unidade no país hospedeiro e, ao mesmo tempo, poder participar da vida intelectual, artística e política no Brasil. Paralelamente e, em contrapartida, a federação deu a oportunidade ao povo brasileiro de poder conhecer os palestinos em toda a sua diversidade e complexidade.

A Federação das Associações Culturais Palestinas do Brasil, que mais tarde ficou conhecida como Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL) foi fundada no dia 9 de

novembro de 1980 e tinha como principal objetivo a unificação da comunidade palestina no Brasil. O primeiro presidente da Federação foi o advogado palestino Souheil Sayegh. De acordo com as palavras do atual presidente da FEPAL, Elayyan Maher Alladin, a “característica fundamental desta entidade são os processos democráticos de participação, suas direções são eleitas democraticamente com a participação das entidades filiadas e da comunidade palestina no Brasil”³¹.



Figura 2 – Da esquerda para a direita são: o primeiro presidente da FEPAL, o palestino-brasileiro, Souheil Sayegh, Yasser Arafat e o secretário do escritório da OLP no Brasil Fawzi El-Mashni. (Arquivo pessoal de Fawzi El-Mashni)

Segundo Elayyan afirmou em entrevista, os objetivos da FEPAL são os que seguem:

“Temos atuado com vistas à preservação de nossa identidade e de nossas tradições, sem as quais a causa do nosso povo, um dos mais martirizados da História, se perderia. Nesse sentido, temos levado ao conjunto de nossa comunidade a História da Palestina, desde tempos imemoráveis até os nossos dias, com vistas à desmistificação da falsa História colocada pelo sionismo. Na

³¹ MIRHAN, Lejeune. *A FEPAL e os palestinos no Brasil*. Portal Vermelho, disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2387&id_coluna=25. Acessado no dia 03 de setembro de 2014.

verdade, o que de mais importante toca a representação palestina, onde quer que seja, é a preservação das tradições e da identidade, pois sem isso não há povo ou identidade étnica. O resgate da história dos palestinos no Brasil, por exemplo, vai nesta linha. E neste resgate há o resgate do próprio movimento palestino, que ainda não tem uma história formal devidamente sistematizada. Esta história é importantíssima inclusive para o Brasil, pois a luta dos palestinos nunca esteve dissociada das grandes lutas do povo brasileiro nas últimas décadas, especialmente a luta pela redemocratização, na qual os palestinos sempre estiveram inseridos. Entretanto, nada disto será possível sem a organização das comunidades em sua localidade, razão pela qual esta temática acabou dando a tônica do último congresso e continua sendo prioridade absoluta”.³²

Dois anos mais tarde, em 1982, um dos maiores eventos públicos organizados pela FEPAL foi registrado no blog “*Sanaúd-Voltaremos*”³³: uma grande manifestação da comunidade árabe de São Paulo, com a participação de muitos palestinos e descendentes, além de grupos organizados da sociedade civil brasileira, que se mobilizaram diante dos massacres dos campos de refugiados palestinos de *Sabra e Chatila*, no contexto da guerra no Líbano, no mês de setembro desse ano. A concentração ocorreu na tradicional Avenida Paulista, em São Paulo. Numa entrevista que fiz ao Sr. Emir Mourad, ele relatou o acontecido nessa manifestação com as seguintes palavras:

“É, e foi enorme a passeata, foi enorme, muito grande. A gente contou na época umas 10.000 pessoas nessa passeata, um movimento assim é um número bom, né? Para a época, não tinha internet, não tinha *Facebook*, não tinha nada disso ... Era pra você pegar o carro, o telefone e correios e avisar as pessoas. E aí começou a formar um grupo de jovens na Senador Queiroz que era a sede da sociedade árabe-palestino brasileiro de São Paulo, tem estatuto até hoje, está registrado lá no cartório. E os jovens se reunindo e aí teve o massacre de Sabra e Chatila e aí depois, durante o cerco militar israelense à Beirute, o mundo ficou estarecido, começou a se mostrar pela primeira vez uma guerra na televisão, a revista *Times* põe na capa o massacre de Sabra e Chatila com cenas das pessoas mortas ali no chão, amontoadas umas em cima das outras e chocou o mundo todo e aí as reuniões da participação aumentou, fizemos a segunda passeata, isso coincidiu com a campanha, com a primeira campanha do Brasil, a campanha eleitoral para votar para senadores e governadores e então para presidente da república”.

O contexto político brasileiro já contava com numerosas demonstrações em apoio às eleições diretas e pelo fim da ditadura militar. Muitos militantes da FEPAL e da Associação Cultural *Sanaúd* aproveitaram as mobilizações estudantis e sindicais

³² MIRHAN, Lejeune. Op.cit.

³³ O blog “*Sanaúd – Voltaremos*” é considerado como fonte imprescindível nas pesquisas sobre a FEPAL em São Paulo. O blog é editado pelo atual Secretário Geral da FEPAL, Emir Mourad, e contém registros da maior parte dos eventos e ações políticas, sociais e culturais em prol da questão Palestina no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo.

existentes em São Paulo para divulgarem a causa palestina ao grande público, principalmente a partir da grande repercussão internacional sobre o massacre de *Sabra e Chatila* no Líbano em 1982. Em meio a um contínuo processo de formação política da juventude síria, libanesa e palestina, mais de 200 jovens começaram a se reunir na sede da Sociedade Palestina do Brasil, fundada por eles mesmos, situada à Avenida Senador Queiróz, no centro da capital paulista:

“(...) tinha vezes que não tinha lugar nem para sentar na sala, né? No salão ali ... E aí houve a ideia de se formar uma Associação, alguma coisa assim, isso em 82 ainda, formar uma coisa mais orgânica para dar continuidade a esse movimento, não fosse apenas um comitê porque já existia um comitê brasileiro ... Foi o primeiro comitê brasileiro de solidariedade ao povo palestino e aí a coisa se dividiu em dois grandes, dois grupos: um queria que Eu defendia, eu defendia a seguinte linha: “nós temos que ser um braço da OLP aqui no Brasil, nós temos que ter um movimento de apoio à causa palestina, à OLP, apoiar a OLP, não os partidos, à OLP.”³⁴

A mobilização da juventude árabe e palestina foi bastante intensa em direção à ideia de transformar o grupo, que se reunia aos domingos na sede da Sociedade Palestina, em uma Associação formal da juventude da diáspora árabe e palestina que deveria ser regida sob as diretrizes da OLP, ainda considerada como uma organização terrorista pelos Estados Unidos, Israel e por diversos países ocidentais.³⁵ De acordo com Hanna Yousef Safieh, em entrevista concedida a Fábio Bacila Sahd em dezembro de 2014, no ano de 1982 também se realizou o 2º congresso da Federação das Associações Culturais Palestinas no hotel *Hilton*, em São Paulo, ocasião em que sua esposa, Jacira, assumiu as atividades de secretariado do evento, juntamente com muitos jovens palestinos ansiosos em participar mais ativamente da militância dos mais velhos:

Chegou Khaled Hassan, da liderança palestina do *Al Fatah*, chegou aqui para participar do nosso congresso e tivemos os jovens palestinos que ajudaram no secretariado etc. E eles trabalhavam, por exemplo, o Emir, Ali El-Khatib etc ... trabalharam com Jacira no secretariado, Emir, por exemplo, especialmente ... Eles estavam ... Tinham uma queixa, que a maioria deles não falavam árabe ou não falavam bem o árabe, a gente falava em árabe, no meio nosso ... Ai eles se sentiam marginalizados. Eles queriam participar (...). ”

No momento em que o casal Hanna e Jacira estavam em São Paulo em função do congresso, Jacira percebeu a frustração dos jovens palestinos e decidiu apoiá-los na

³⁴ Entrevista concedida pelo secretário da FEPAL, Emir Mourad, em outubro de 2015.

³⁵ Os Estados Unidos reconheceu a OLP como “legítima representante do povo palestino” em 1991, na Conferência de Madri e Israel em 1993, pouco antes dos Acordos de Oslo.

formação de um movimento de juventude árabe e palestino, a Associação Cultural *Sanaúd*. Ainda de acordo com o depoimento de Safieh:

“(...) os jovens estavam com ela no elevador, aí ela entregou as pastas, aí o Farid pegou e ela disse: “Eu preciso falar com vocês, Farid e Hanna, preciso falar com vocês!” ... E Hassan também. Bom, aí fomos falar com ela no quarto, não sei se fomos no quarto de Farid ... “O que é que está havendo?” Disse, “olha, os jovens trabalharam muito duro, são muito entusiasmados, vocês estão frustrando eles, vocês não “dão bolas”, falam o tempo todo em árabe e eles não dominam a língua árabe, se sentem totalmente instruídos e eles estão com vontade de fazer uma organização e eu propus à eles de fazer *Sanaúd*! Aí eu entendi a “bola” dela e defendi logo, convencemos o embaixador Farid de lançar um movimento e ele nomeou na hora não um jovem deles, mas um de nossa geração, o mais jovem, que era o Maruf, e o Maruf foi o primeiro presidente, disse “você vai construir *Sanaúd*”, o primeiro presidente de *Sanaúd* foi Maruf. Aí quando formaram a *Sanaúd* começamos um movimento fantástico porque começamos a fazer acampamentos para eles.”

O grupo era formado por uma diversidade de correntes políticas e entre os integrantes da Associação destacava-se o Emir Mourad, Ali El-Khatib, Mohamad Al Kadri, Dina Musa, Lamia Marouf Hasan, Leila Shocair e a Amal Nasrallah da comunidade árabe e palestina de São Paulo. Conforme foi anteriormente exposto, além das reuniões preparatórias, o grupo foi responsável pela realização de algumas passeatas. Simultaneamente, seus membros participaram ativamente de algumas campanhas políticas nas eleições brasileiras, sobretudo nas candidaturas de Aírton Soares e Souheil Sayegh, para os postos de Deputado Federal e Estadual, respectivamente. Ambos concorriam as eleições pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Vale ressaltar que os membros da Associação *Sanaúd* e da FEPAL também estiveram presentes no comício pelas “Diretas Já!”, no estádio do Pacaembu, em São Paulo, no ano de 1983.



Figura 3 – Presença dos integrantes da Associação Cultural *Sanaúd* no primeiro comício pelas “Diretas Já!” no dia 27 de novembro de 1983, na praça *Charles Muller*, em frente ao estádio do Pacaembu em São Paulo (arquivo pessoal de Emir Mourad).³⁶

O movimento juvenil árabe-palestino estava em franca ascensão no começo da década de 1980 em São Paulo, a repercussão sobre a bandeira palestina em meio ao público no primeiro comício pelas “Diretas Já!” na imprensa brasileira resultou em uma matéria publicada no jornal Estado de São Paulo assinada pelo movimento *Paz Agora*³⁷, que expressava a importância da militância em prol da paz para o fim do conflito Israel-Palestina. A réplica palestina veio em seguida, “*Paz Ontem*”, redigida por Amalina Khatib. A resposta à matéria produzida pelos representantes do movimento *Paz Agora* no Brasil referia-se ao atraso com relação à preocupação pela paz em Israel e na Palestina por parte da esquerda israelense, salientando que até o início dos anos de 1980 já haviam acontecido uma série de eventos violentos na região desde a *Nakba* (1948). Esse debate no jornal Estado de São Paulo facilitou um encontro informal entre alguns integrantes da

³⁶ É interessante notar que enquanto havia muitos palestinos no Chile à favor de Pinochet, no Brasil muitos palestinos apoiavam a campanha pelas “Diretas Já!”, o que denota uma diáspora com múltiplas identidades políticas que se formam como resultado das interações com as sociedades de acolhimento.

³⁷ *Shalom Achshav* (Paz Agora) é filial de um movimento pela paz criado em Israel durante a guerra do Líbano de 1982, que atua até os dias de hoje em Israel.

Sanaúd e do Movimento *Paz Agora* em São Paulo.

Foi ainda no ano de 1983 que ocorreu o terceiro congresso da Federação Palestina, no hotel *Hilton* em São Paulo. Foi nessa ocasião que algumas lideranças da diáspora palestina conseguiram formalizar a Associação Cultural *Sanaúd*. Para isso foi entregue uma carta solene ao representante da Autoridade palestina que estava no congresso, o embaixador da Palestina no Kwait. Após o congresso, foram fundadas mais de 14 Associações Culturais *Sanaúd* em várias cidades brasileiras; entre elas, Maringá (PR), Foz do Iguaçu (PR), Cuiabá (MS), Recife (PE), Porto Alegre (RS), entre outras.

No ano 1984, a FEPAL e a juventude *Sanaúd*, juntamente com o clube palestino do Chile, organizaram o primeiro grande congresso de repercussão na América Latina e Caribe. O Congresso teve como sede a cidade de São Paulo e todos os trabalhos apresentados resultaram na criação da Confederação das Comunidades Palestinas da América Latina e do Caribe (COPLAC). Onze representantes latino-americanos haviam sido selecionados como delegados do Comitê Nacional Palestino, os quais deveriam deter ligação direta com a OLP. O III Congresso da Confederação das Comunidades Palestinas da América Latina e do Caribe (COPLAC) ainda instou a segunda geração da diáspora palestina, a juventude, a se integrarem à Associação Cultural *Sanaúd*. Muito além da programação de mesas e palestras, o evento contou com uma vasta programação cultural, com espetáculo de *Dabke* (dança tradicional árabe palestina), voltado ao público brasileiro e latino-americano presente. Em relação a essa época e à participação de diferentes ONGs palestinas no Brasil, são importantes as reflexões de Ali El-Khatib. Assim:

“Também era uma época muito difícil, a ditadura ainda reinava apesar de alguns avanços democráticos. Deveriam participar do Congresso ministros, embaixadores e lideranças palestinas de todo o mundo. Um desafio maluco. Criamos as comissões, realizamos contatos políticos com o governo federal (Itamaraty), Congresso Nacional, Governo do Estado de São Paulo (Franco Montoro) prefeito de São Paulo (Mário Covas), e com a Assembleia Legislativa. Lembro que o presidente brasileiro era o general João Batista de Oliveira Figueiredo que enviou saudação na abertura do Congresso. Ironicamente, eu tive que ler a mensagem nada aplaudida pelos presentes, mas de bom conteúdo. Assembleia lotadíssima. Partidos políticos, sindicalistas, OAB, UNE, UBES, UJS. Rogério Lustosa que no ato representava a Comissão de Legalização do PCdoB se fez presente com muitos camaradas. Estiveram no Congresso muitas autoridades palestinas, Khaled Al-Hassan, ministro das comunicações veio representando o líder e presidente da OLP Yasser Arafat.

O Congresso serviu para difundir a verdadeira causa palestina, estabelecer novos contatos, fortalecer as relações com os partidos políticos, a UNE, as entidades sindicais, autoridades, parlamentares, lideranças e personalidades

brasileiras, da América Latina e Caribe. O ministro Khaled foi recebido pelo chanceler Saraiva Guerreiro e agradeceu todas as facilidades que o governo brasileiro ofereceu para viabilizar o Congresso. Para o Brasil o ganho foi muito grande, aumentaram e se fortaleceram os laços de cooperação e amizade”.³⁸

A organização do III Congresso da COPLAC em São Paulo em meio à Ditadura Militar requeria uma certa habilidade em reunir lideranças nacionais palestinas e partidos políticos de esquerda, considerados “subversivos” pelo regime. Os responsáveis pela organização do III Congresso foram obrigados a convidarem representantes do regime militar sob o repúdio do público presente. Ao contrário, seria praticamente impossível que o III Congresso da COPLAC acontecesse em caráter oficial.



Figura 4 – III Congresso da COPLAC em São Paulo, da esquerda para direita encontra-se Nancy Lolas, deputada do Conselho Nacional Palestino; Dr. Fawzi El-Mashni enquanto secretário adjunto do escritório da OLP em Brasília; o padre Ibrahim Ayad e Suha Arafat, esposa do líder palestino Yasser Arafat. (Arquivo pessoal de Fawzi El-Mashni).

³⁸ MIRHAN, Lejeune. *Ali El-Khatib, uma vida dedicada aos árabes*. Portal Vermelho, dia 20 de janeiro de 2010, disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=25&id_coluna_texto=2851. Acessado no dia 4 de setembro de 2014.



Figura 5 – Imagem do jornal produzido pela Confederação Palestina da América Latina e Caribe (COPLAC) em língua portuguesa, mais tarde, em 1991. (Acervo pessoal).

O Congresso Latino-Americano das Entidades Palestinas também pôde ser considerado como um marco da união entre os militantes e as autoridades da diáspora palestina no Brasil e na América Latina com os partidos políticos, movimentos socioculturais e algumas autoridades. No III Congresso da Confederação Palestina da América Latina e Caribe discursaram o ex-prefeito Mario Covas em saudação ao congresso na cidade de São Paulo e o então presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Inácio Lula da Silva, que discursou em nome do PT pela solidariedade ao povo palestino e à causa palestina. Eis um trecho do discurso do Lula:

“Gostaríamos, nesta noite, de dizer aos senhores congressistas, que o Partido dos Trabalhadores não está apenas solidário com o povo palestino, porque é muito pouco. Na verdade estamos irmanados à luta do povo palestino, liderada pela OLP, porque entendemos que a capacidade de resistência que esse povo tem demonstrado e a capacidade de luta que esse povo tem dado ao mundo inteiro, é a razão maior pela qual qualquer cidadão que ama a liberdade se coloque solidária nessa luta.

Quando assistimos aqui no Brasil, através da televisão, as matanças que os palestinos foram vítimas no Líbano, quando vimos crianças serem metralhadas, sem saber por que, nos lembramos que existem aqui no Brasil, algumas crianças que morrem por falta de um pedaço de pão. Quando lemos alguma coisa sobre o sofrimento e ao mesmo tempo sobre a resistência do povo palestino, ficamos mais convictos, mais esperançosos e começamos a entender porque os soldados de Israel, porque o governo de Israel tem tanto ódio do palestino. Começamos a compreender que existe uma justificativa, que os palestinos não respeitam o direito de Israel.

Na verdade, a briga não é apenas entre Israel e os palestinos, mas a briga é

entre o imperialismo e o povo oprimido no seu direito (PALMAS). A luta que o imperialismo impõe ao povo palestino, o sofrimento imposto ao povo palestino no mundo árabe, é o mesmo sofrimento que o imperialismo impõe na América Latina, Central e Caribe” (ASFORA, 2010, p. 125).

Nesse discurso, o ex-presidente Lula aponta os paralelos entre a opressão dos palestinos pelo Estado de Israel e os problemas sociais brasileiros. Segundo ele, enquanto ocorria um massacre nos campos de refugiados palestinos do Líbano, muitas crianças morriam por falta de comida no Brasil na década de 1980. Assim, de acordo com o discurso do Lula, existe uma identificação brasileira e latino-americana com o sofrimento palestino, sobretudo no que cerne às práticas imperialistas na América Latina e no Caribe. Desse modo, observa-se que Lula faz um paralelo entre as mazelas do imperialismo no Brasil e na Palestina, capazes de produzir atos de racismo e o genocídio dos povos nativos da região. Isso certamente se refletiu nas ações de solidariedade brasileira e latino-americana ao povo palestino e contra o imperialismo, simbolizado pelo Estado de Israel, detentor do apoio político e financeiro dos Estados Unidos, considerado uma potência imperialista.

No ano seguinte e, a fim de dar continuidade aos eventos políticos da ocasião, a Juventude *Sanaúd* promoveu o 1º Encontro da Juventude Árabe-Palestina da América Latina e Caribe, na Fazendinha do Campus Taquaral da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). O evento ocorreu durante a semana, de 1 a 7 de fevereiro de 1985, e contou com a presença de mais de uma centena de jovens descendentes de palestinos que vivem no Brasil e nos demais países vizinhos. Entre outros motivos, segundo os participantes, o encontro serviu para reafirmar o apoio irrestrito à Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a seu então presidente, Yasser Arafat. Segundo reza na Declaração de Piracicaba do dia 07 de fevereiro de 1985, participaram desse Encontro o presidente da União Geral dos Estudantes Palestinos, Nasser Al Kúdua, o representante do presidente da Autoridade Palestina, Abu-Aiman, além dos representantes da OLP do Brasil, México e Nicarágua.³⁹

No *Congresso das Entidades Palestinas* houve uma participação massiva de estudantes. Os números superestimados de universitários muito provavelmente reflete a presença física no Congresso aliada à uma grande adesão à algum abaixo-assinado organizado em apoio à causa palestina.

³⁹ *O Encontro da Juventude Palestina em Piracicaba*. Declaração de Piracicaba, 07 de fevereiro de 1985.

“Podemos ter aqui a felicidade de dizer que entre os estudantes universitários, que somam em torno de 1 milhão e 400 mil, é unânime a solidariedade à luta travada hoje (PALMAS) pelo povo palestino. Podemos afirmar isso com certeza absoluta, pois em todos os encontros dos estudantes universitários, onde se discute o problema da situação internacional, jamais foi esquecida a luta hoje travada pelo povo palestino, pela OLP e a sua solidariedade irrestrita e jamais, em nenhum congresso, em nenhum evento, houve sequer uma voz discordante à solidariedade a esse glorioso povo (PALMAS)” (ASFORA, 2010, p. 147).

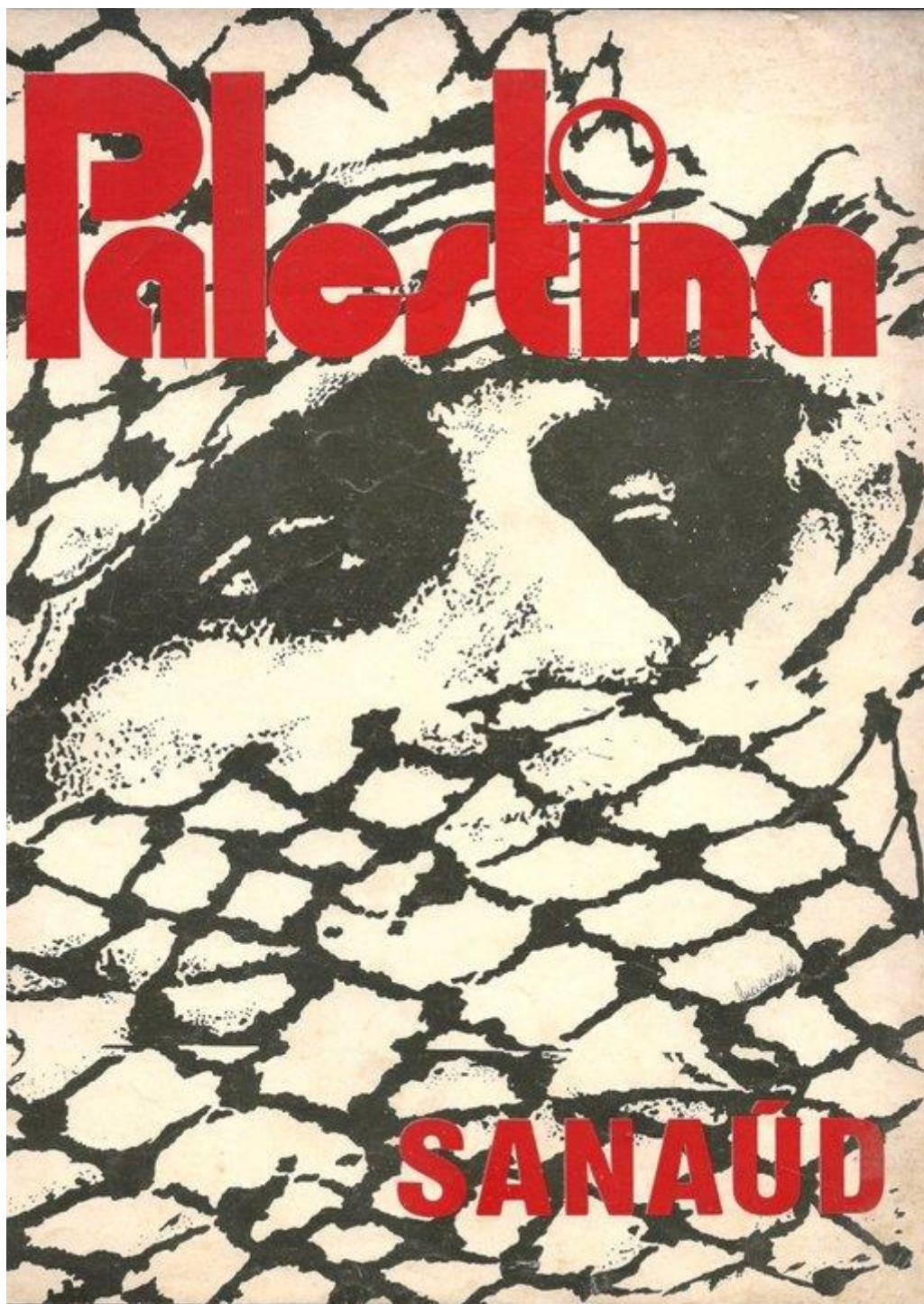


Figura 6 – Estampa das camisetas usadas durante I Congresso Nacional das Associações Culturais *Sanaúd* e do I Encontro da Juventude Árabe Palestina da América Latina e Caribe (arquivo pessoal de Emir Mourad).

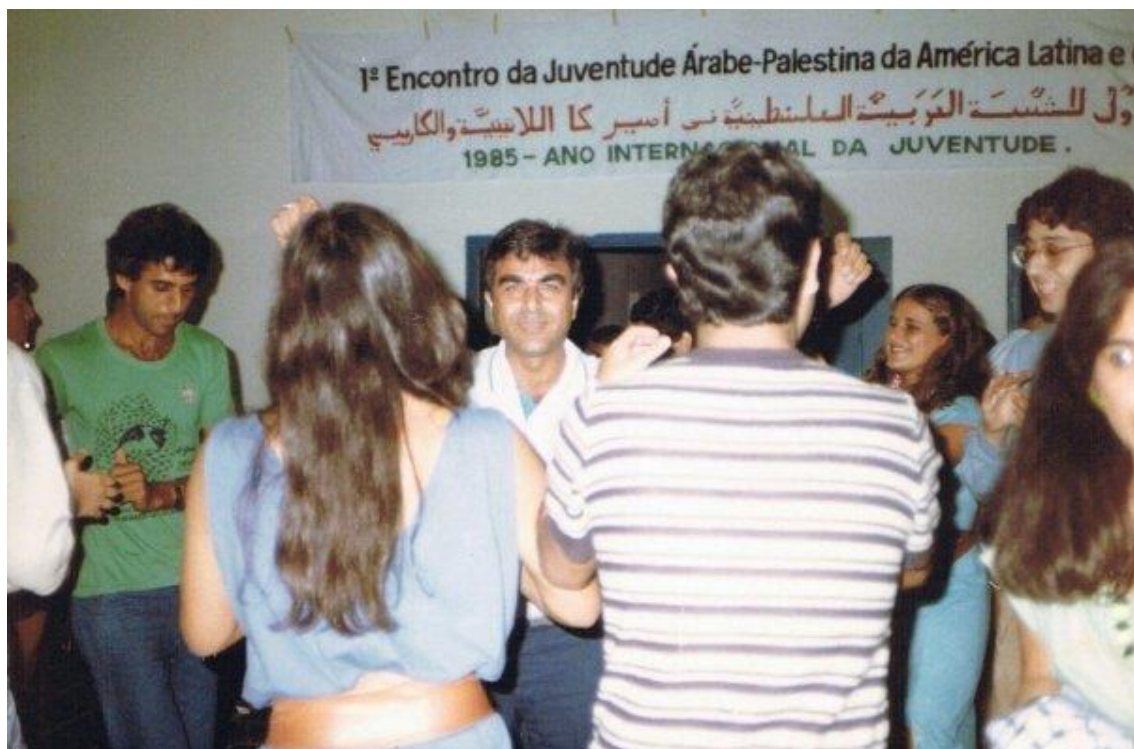


Figura 7 – Reunião dos jovens da *Sanaúd* durante o Primeiro Encontro da Juventude Árabe-Palestina da América Latina e Caribe, em Piracicaba – SP, do dia 1º até o dia 7 de fevereiro de 1985. (Arquivo pessoal de Fawzi El-Mashni).



Figura 8 – Durante o lançamento do livro *Os Palestinos – Judeus da 3ª Guerra Mundial* de Fausto Wolff, editor do *O Pasquim*, durante o Encontro da juventude Árabe-Palestina da América Latina e Caribe na UNIMEP, campus Piracicaba – SP. O livro foi resultado da viagem de uma delegação brasileira composta por 42 pessoas, incluindo Fausto Wolff e Fawzi El- Mashni, ao Líbano. Durante a viagem houve encontros

entre a delegação brasileira e algumas lideranças da OLP, além de algumas visitas aos campos de refugiados palestinos de *Sabra e Chatila*. (Arquivo pessoal de Fawzi El-Mashni).

Antes do término do Encontro da Juventude, todos os presentes dedicaram o evento à memória do ex-prefeito de Hebron, Fahed Kawasmeh, assassinado na Jordânia por um grupo de dissidentes da OLP⁴⁰, e ao reitor Elias Boaventura, da UNIMEP que, teria “resistido a todas as pressões dos que não queriam ver o Encontro realizado nas dependências daquela Universidade”. E, ao final, foi devidamente emitido um documento oficial, a “Declaração de Piracicaba”, que havia sido formulada com o seguinte apelo:

Aos governos árabes para que assumam plenamente seus deveres e obrigações com o povo e a causa palestina, para que prestem seu apoio moral e material a OLP, sem pretender interferir em seus assuntos internos e sem tratar de limitar e sem interferir na independência e unidade do povo palestino.⁴¹

O apelo contido na “Declaração de Piracicaba” na década de 1980 refere-se ao abandono da causa palestina pelos governos árabes, notadamente pela Jordânia e pelo Líbano. Após a guerra de junho de 1967 muitos refugiados palestinos alocados no Líbano e na Jordânia passaram a integrar movimentos de guerrilhas da OLP que ameaçaram a soberania desses países. Como resultado imediato, os governos do Líbano e da Jordânia passaram a reprimir os grupos de guerrilha da *Al-Fatah*, da Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) e da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP). Em 1970, a monarquia da Jordânia autorizou o serviço secreto de Israel, o *Mossad*, a perseguir os guerrilheiros palestinos em territórios jordaniano. De acordo com a escritora e correspondente internacional no Líbano, Helena Cobban (1984, p. 52), o confronto aberto, entre o exército da Jordânia (com a ajuda de Israel) e as milícias palestinas, que se estendeu de setembro de 1970 até julho de 1971, teve como resultado cerca de 3.000 palestinos mortos. O período de guerra civil na Jordânia, ficou conhecido como “Setembro Negro” e foi considerado um marco para o enfraquecimento da OLP.

Além do elevado número de mortes e deportações de refugiados palestinos, foi em decorrência do “Setembro Negro” que as sociedades jordanianas e libanesas passaram

⁴⁰ CURTIUS, Mary. *PLO rift resurfaces – violently Kawasmeh assassination is a warning to moderates*. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/1984/1231/123109.html>. Acessado no dia 08/12/2015

⁴¹ *O Encontro da Juventude Palestina em Piracicaba*. Op.cit.

a rejeitar a presença palestina em seus países. O assassinato do ex-prefeito da cidade de Hebron, Fawed Kawasmeh, na Jordânia, ocorreu em um contexto de radicalização dos grupos palestinos da OLP e de repressão aos movimentos de resistência palestina pelos governos árabes.

Algumas décadas após a realização do Encontro da Juventude, Ali El-Khatib, um dos integrantes da antiga Associação Cultural *Sanaúd*, em uma recente entrevista, relatou a repercussão negativa do evento no campus da UNIMEP por parte de alguns grupos da sociedade civil e da imprensa local, em meio a uma conjuntura de redemocratização do Brasil; sobretudo no mesmo momento em que a OLP ainda detinha *status* de clandestinidade no Oriente Médio. Nesse sentido, o depoimento de Ali El-Khatib consegue traduzir o receio em ser um dos responsáveis por organizar um evento público em apoio à OLP, ainda não reconhecida formalmente por diversos países ocidentais, no Brasil em plena Ditadura Militar. Literalmente:

“Neste momento a cidade estava em pé de guerra devido a situação da Universidade em que as forças da direita queriam o afastamento do então reitor Elias Boaventura. Com a divulgação da possível realização do Congresso da Juventude Palestina criou uma situação de estado de guerra provocado pelos sionistas locais e de todo o Brasil, liderados pelo Rabino Henri Sobel, argumentando que Piracicaba seria o centro de treinamento de terroristas. Toda a mídia brasileira estava contra. E, eu me encontrava na cidade, organizando o Congresso.”⁴²

Devido à situação crítica, foi revelado na mesma entrevista que Ali El-Khatib passou cerca de dois dias sem poder sair do hotel, devido às pressões do regime militar com relação à temática do encontro nas dependências da UNIMEP, considerada como subversiva pelos militares. A situação somente foi abrandada com a ajuda do Bispo Metropolitano de Piracicaba, Dom Eduardo Kuaik, que ofereceu um espaço para que ele pudesse conceder uma coletiva de imprensa sobre os resultados do Encontro da Juventude Palestina na UNIMEP de Piracicaba (SP).

⁴² MIRHAN, Lejeune. *Ali El-Khatib, uma vida dedicada aos árabes*. Op.cit.



Figura 9 – No mês de fevereiro de 1985, os participantes do 1º Congresso da Juventude Palestina marcharam em solidariedade ao Reitor da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Elias Boaventura, e em apoio à autonomia universitária. (Arquivo pessoal de Emir Mourad).

Ninguém contava, porém, com um acontecimento que surpreenderia a todos da FEPAL e da Associação Cultural *Sanaúd* envolvidos em tantos eventos políticos e culturais: a prisão em Israel de uma das integrantes mais ativas da militância palestina em São Paulo, Lamia Marouf Hassan, em 1987. Ela foi condenada à prisão perpétua sob a acusação de atuação no sequestro do soldado israelense, David Manous, que acabou sendo assassinado posteriormente. De acordo com a reportagem *Silêncio Rompido*,

publicada pela revista *Veja*⁴³ “estima-se que Manous teria pegado uma carona numa Kombi, numa estrada próxima à aldeia árabe *Deir Ballut*, que fica em torno de 20 quilômetros de *Tel Aviv*. Dominado durante o percurso pelos ocupantes do automóvel, o sargento teria sido levado para uma caverna, onde permaneceu como prisioneiro durante alguns dias até ser estrangulado. Segundo sustenta a polícia, Lamia, então grávida de 3 meses, era a motorista da Kombi. Seu marido e outros familiares ocuparam-se do assassinato”. Em outra matéria publicada na revista *Veja*, no dia 6 de maio de 1987, intitulada *Para o resto da vida*, o ex-candidato à Deputado Federal à época, Airtton Soares⁴⁴, na qualidade de defensor oficial de Lamia Marouf Hassan, a suposta terrorista brasileira, apontou algumas informações sobre o inquérito criminal de Israel:

“O inquérito policial está cheio de falhas e irregularidades, a começar pelos depoimentos que incriminaram a brasileira, arrancados, segundo Soares sob tortura. “As confissões do marido e do primo de Lamia, dizem que a participação dela foi secundária. Além disso, Lamia foi obrigada a assinar sua confissão em árabe, quando ela não sabe ler em árabe, diz o advogado. Todo o julgamento foi uma aberração jurídica.” Soares sustenta que os juízes se basearam apenas nas informações do inquérito policial e que nenhuma das três acusações tem fundamento: “Ela não faz parte da *Al Fatah*, não fez explodir nenhuma bomba e não estava de corpo presente quando o soldado foi morto”. A defesa argumentou que Lamia se limitou a dirigir o automóvel em que se movimentava a célula da OLP”.⁴⁵

O *establishment* brasileiro, representado pela revista *Veja*, deu voz a Lamia Marouf, ao publicar uma entrevista com a acusada quando ainda estava presa em Israel, em 1995, onde ela mesma pôde revelar detalhes da sua rotina no presídio de alta segurança, *Hasharon*, e as impressões pessoais com relação à sua prisão e o julgamento⁴⁶. Por outro lado, as notícias acerca da campanha pela libertação de Lamia desagradavam à comunidade judaica brasileira, principalmente aos judeus brasileiros que viviam em Israel. Foi na ocasião da viagem do então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, a *Tel Aviv* em 1992 que a comunidade judaica brasileira conseguiu convencê-lo, antes da sua visita à prisioneira política brasileira, de que tratava-se de uma criminoso que não merecia

⁴³ *Silêncio Rompido*. *Veja*, edição nº 919 do dia 16 de abril de 1986, p. 44.

⁴⁴ Airtton Soares é advogado e foi líder do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1980 e 1985.

⁴⁵ *Para o resto da vida*. *Veja*, edição nº 974, dia 06 de maio de 1987, p. 61.

⁴⁶ *Os anos de cativo*. *Veja* edição nº 1415, dia 25 de outubro de 1995, p. 44.

perdão⁴⁷. Por conta dessa interferência, a visita de César Maia à Lamia acabou sendo cancelada.

As autoridades do Brasil, representado pelo Itamaraty, ao constatarem que o Tribunal Militar israelense não admitia apelação, viram como única saída a concessão de indulto presidencial em Israel e o repatriamento de Lamia Marouf Hassan ao Brasil. Paralelamente, as instituições políticas e culturais da diáspora palestina no Brasil deram início a uma intensa campanha em prol da libertação de Lamia que durou onze anos, até a sua libertação pelas autoridades israelenses, em 1997.

A prisão de Lamia Marouf havia provocado uma grande comoção dentro da comunidade árabe do Brasil e repercutiu no Congresso brasileiro. O então deputado, Ayrton Soares, que liderou até meados da década de 1980 o movimento pela democracia no Brasil foi o interlocutor de Lamia. Muitos abaixo-assinados solicitavam uma posição mais firme em favor da libertação de Lamia por parte do governo brasileiro, o que levou o governo do Brasil enviar à Túnis, sede da OLP, um emissário especial do Itamaraty a fim de entregar uma carta do então presidente Itamar Franco ao líder Yasser Arafat, o documento solicitava que o nome da brasileira fosse incluído na lista de prisioneiros que seriam beneficiados com a liberdade por Israel como parte dos Acordos de Paz de Oslo de 1993. Representantes do Itamaraty também negociaram diretamente com o então primeiro ministro de Israel, Shimon Peres, apesar do tema em questão ser considerado extremamente delicado para o governo de Israel, tendo em vista que Lamia Marouf esteve envolvida em um “crime de sangue” e estava aos cuidados da justiça israelense (AMORIM, 2015, p. 111).

Os esforços da diplomacia e das manifestações da comunidade árabe e da juventude da Associação Cultural *Sanaúd* para a libertação da compatriota brasileira tiveram êxito. Algum tempo depois, em pleno governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, Lamia Marouf foi enfim deportada para o Brasil. No dia do seu desembarque no aeroporto Internacional de Guarulhos, havia um grupo de pessoas aguardando a vinda da ativista, entre eles, o então embaixador palestino no Brasil, Musa Amr Odeh e o Deputado Estadual, Jamil Murad (do PCdoB). Segundo a Folha de São Paulo, Lamia

enfrentou o empurra-empurra de jornalistas e cinegrafistas. Além deles, havia cerca de 30 amigos e pessoas que lutaram por sua libertação, que aplaudiam,

⁴⁷ *Cartas do cárcere*. Veja edição nº 1456, dia 07 de agosto de 1996, p. 45.

gritavam, dançavam e cantavam em árabe. Faixas que tratavam a brasileira como “heroína”, e bandeiras do Brasil e da Autoridade Palestina foram agitadas e uma garrafa de *champagne*, aberta.⁴⁸



Fig. 10 - Cartaz da campanha pela libertação da ativista palestina-brasileira, Lamia Maruf Hassan durante os anos de 1980 e 1990 (arquivo pessoal).

A Associação Cultural *Sanaúd*, existiu até meados de 1987, ano de início da primeira *Intifada*. Foi nessa mesma ocasião, entre o fim dos anos 1980 até o início dos anos 1990, que a FEPAL diminuiu drasticamente suas atividades e atuações políticas. A insatisfação gerada com Yasser Arafat, enquanto representante da OLP, pelo não cumprimento dos principais pontos do Acordo de Paz de Oslo, assinado em 1993, como a retirada das forças armadas na Cisjordânia, a definição de Jerusalém Oriental como capital do futuro Estado da Palestina, o retorno dos refugiados palestinos, o fim dos assentamentos nos territórios palestinos ocupados e a definição de fronteiras seguras, resultaram na descrença dos palestinos da diáspora do Brasil, sobretudo entre os mais militantes. Até do fim dos anos de 1990 não houve praticamente nenhuma grande atividade em solidariedade a causa palestina voltada para o grande público em São Paulo.

⁴⁸ *Recepção no aeroporto tem tumulto e canto árabe*. Jornal Folha de São Paulo, dia 14 de fevereiro de 1997, p. 13.



Figura 11 – Inauguração da praça Estado da Palestina, no bairro do Paraíso em São Paulo pela então prefeita Luiza Erundina em 1989 pode ser considerado um dos últimos eventos públicos realizados pela diáspora palestina até o ano 2000. O evento contou com a presença de grandes lideranças palestinas e da FEPAL.

Além do clima de desânimo, a assinatura dos Acordos de Paz de Oslo em 1993 foram precedidos por eventos de extrema violência em Israel e nos territórios palestinos ocupados: o massacre na mesquita *Ibrahimi*, em Hebron no ano de 1994; o assassinato do então primeiro ministro israelense Yitzhak Rabin em 1995 e os ataques suicidas dentro das cidades israelenses a partir de 1996. Nesse mesmo íterim, estava em andamento uma grande e dramática expansão dos assentamentos nos territórios palestinos ocupados. O fracasso dos Acordos de Oslo também levou ao enfraquecimento da esquerda israelense, abalada com os ataques terroristas nas cidades israelenses durante a segunda *Intifada*. E, de modo similar levou ao enfraquecimento da FEPAL no Brasil a partir do ano de 1993 em diante. Emir Mourad relembra esse período assim:

“(...) houve uma desmobilização, a FEPAL já fazia tempo que não fazia o congresso também, não tinha atividade nenhuma da comunidade, pouca, pouquíssima atividades e a gente mantinha algumas coisas assim, mas nada comparado, nada comparado antes dos acordos de Oslo. Houve várias atividades, o Ali El-Khatib sempre teve ativo também, “uma coisa aqui outra coisa ali”, nunca deixou a chama se apagar, mas antes nós tínhamos uma “chama Olímpica” e depois tínhamos uma “chama de vela” aqui e ali ...”

2.1 SHALOM, SALAM, PAZ

No dia 28 de setembro de 2000, Ariel Sharon, na condição de parlamentar pelo partido *Likud* de Israel, visitou a Esplanada das Mesquitas\Monte do Templo em Jerusalém protegido por um grande aparato de segurança. A visita de Sharon foi interpretada pelos palestinos como uma provocação. Após a sua partida iniciou-se uma série de confrontos violentos que ficaram conhecidos como a *Intifada Al-Aqsa*. Os conflitos dentro dos territórios palestinos ocupados foram determinante na fundação do grupo *Shalom, Salam, Paz*, formado por iniciativa de alguns membros da comunidade judaica de São Paulo, indignados com o fato de Ariel Sharon assumir a pasta de primeiro ministro de Israel, décadas após ter sido responsabilizado, enquanto ministro da defesa de Israel, pelo massacre de civis palestinos nos campos de refugiados de *Sabra* e *Chatila* no contexto da guerra do Líbano. Assim, logo no início da segunda *Intifada*, algumas lideranças da comunidade judaica redigiram um manifesto pela paz no jornal *O Estado de São Paulo*. Isso surpreendeu o atual secretário-geral da FEPAL, Emir Mourad, de acordo com suas palavras,

“(...) um belo dia, estava lendo o jornal *O Estado de São Paulo* e está lá que um jornalista libanês fez uma palestra lá no clube Monte Líbano sobre a situação do Oriente Médio, um jornalista famoso, eu não lembro o nome dele agora e tinha uma nota lá em uma matéria que um grupo de judeus teve lá nessa palestra e soltou um manifesto pela paz, em apoio a paz Ai eu fiquei curioso, que negócio é esse? Judeus na palestra no Monte Líbano, isso me chamou a atenção, e nessa matéria eles colocaram o site desse grupo *Shalom*, ai eu entrei na internet, já tinha internet na época, muito devagar mas tinha E eu sempre fui muito conectado desde que começou, né? Ai tinha lá um manifesto que dizia o seguinte, alguns itens que achei o principal, que a *Intifada* representa a luta nacional de libertação do povo palestino, isso foi um choque pra mim! Eu me senti assim, um choque de estranheza, de surpresa e ao mesmo tempo uma alegria estranha, uma coisa mal explicada. Eu falei, mas o que é que é isso, né? E, o que que eu estranhei principalmente? A comunidade árabe-palestina, amorfa, meia paralisada com toda a *Intifada* acontecendo e havia um grupo de judeus a dizer que a *Intifada* Quer dizer, não é um palestino que estava dizendo! Olha só! Era um grupo de judeus aqui do Brasil”.

Após a leitura do manifesto no jornal, Emir Mourad, o atual secretário-geral da FEPAL, assinou o manifesto de forma individual, como “Emir Mourad, engenheiro civil”. Assim que o apoio do secretário da FEPAL foi percebido, houve uma rápida

aproximação entre a FEPAL e um grupo de judeus brasileiros pela paz, conhecido como *Shalom Achshav*. De acordo com o depoimento de Nathaniel Braia⁴⁹, judeu brasileiro de origem palestina, em entrevista concedida em janeiro de 2016, muitos dos judeus que ingressaram no *Shalom, Salam, Paz* provinham de movimentos juvenis judaicos, de tendência socialista, como o *Dror* e o *Hashomer Hatzair* que já apoiavam a ideia de dois Estados para dois povos e eram contrários à ocupação. Alguns integrantes do *Shalom, Salam, Paz* como o Michael Haradom e Gershon Knispel já conheciam o Emir Mourad desde 1983, no momento da primeira aproximação entre a juventude *Sanaúd* e o movimento *Paz Agora*, conforme descrito anteriormente. Os palestinos que vieram se engajar no *Shalom, Salam, Paz* vieram em minoria porque, de um modo geral, tinham receio de estarem associados a um grupo que poderia ter a intenção de equalizar ambos os lados do conflito Israel-Palestina.

Os primeiros encontros entre integrantes do *Paz Agora* e da FEPAL ocorreram na residência de Michael Haradom em São Paulo e, em meio a tantas discussões surgiu a ideia de formar uma ONG. Uma Carta de Princípios foi redigida em conjunto pelos integrantes das comunidades judaica e palestina paulistanas envolvidos nas reuniões preparatórias. Entre as reivindicações em comum, destacavam-se as seguintes: o reconhecimento da OLP como “única e legítima representante do povo palestino”; o reconhecimento de um Estado palestino livre e soberano nas fronteiras de 1967; o retorno dos refugiados, de acordo com a resolução nº 191 da ONU e a retirada dos assentamentos dos territórios ocupados. Segundo Emir Mourad, as lideranças envolvidas assinaram o documento e uma Assembleia foi agendada.

⁴⁹ Nathaniel Braia se apresenta como um judeu brasileiro de origem palestina, cuja avó judia nasceu na cidade de *Safad* na Palestina. Foi militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro de oposição à Ditadura Militar no Brasil na década de 1970 e atualmente é jornalista no jornal *A Hora do Povo*. Além de ter integrado a ONG *Shalom, Salam, Paz*, Nathaniel Braia integrou o comitê “Estado da Palestina Já!”



Figura 12 – O idealizador do grupo *Shalom, Salam, Paz*, Michael Haradom, judeu-brasileiro e ativista pela paz ao lado de uma convidada durante uma das reuniões em sua chácara na Granja Viana em Cotia, São Paulo. Nessa reunião estava presente o então embaixador da Palestina, Musa Arm Odeh. (Arquivo pessoal de Nathaniel Braia)

Foi durante a Assembleia realizada em São Paulo, no ano 2000 que ficou evidente que o texto da Carta de Princípios mencionada causava desconforto entre alguns integrantes da comunidade judaica. De acordo com o depoimento de Nathaniel Braia, os integrantes da comunidade judaica presentes para o estabelecimento da ONG *Shalom, Salam, Paz* advinham de diversas correntes, entre eles havia desde os adeptos da esquerda sionista até alguns antissionistas declarados. Houve muita pressão por parte da embaixada de Israel do Brasil para que a Carta de Princípios fosse rejeitada. No esforço para que o projeto da ONG se concretizasse, no lugar da Carta de Princípios foi formalizado um estatuto para a ONG *Shalom, Salam, Paz*. Nesse novo documento foi estabelecido que todos os envolvidos reconheçam e aceitavam todas as resoluções da ONU referentes à questão Palestina desde 1947, ou seja, estava implícito que todos os envolvidos no grupo *Shalom, Salam, Paz* reconheçam a partilha da Palestina de 1947. Para a diretoria da ONG, de acordo com Emir Mourad, foram eleitos, além dele, Mazen Manasseh, Souheil Sayegh e o Michael Haradom.

A existência da ONG *Shalom, Salam, Paz* propiciou uma diversidade de atividades políticas e culturais em torno de um ponto de aglutinação: O fim da ocupação israelense nos territórios palestinos. Uma das principais atividades produzidas pelo grupo

foi uma exposição de gravuras de obras de arte de artistas israelenses e palestinos que denunciavam os prejuízos da ocupação da Palestina. A exposição tinha como curador o artista plástico Gershon Knispel. Ainda de acordo com Braia, as atividades políticas e culturais como a exposição atraíram a simpatia de algumas instituições judaicas de esquerda do Brasil como a Associação *Scholem Aleichem – Judaísmo e Progressismo* (ASA) do Rio de Janeiro e o Centro Cultural Israelita Brasileiro (CCIB) de Santos (SP). Em algumas ocasiões essas instituições cederam espaço para a promoção de debates públicos sobre as temáticas que envolviam o conflito Israel-Palestina.

Declaração conjunta Israelense - Palestina

Intelectuais de renome e ativistas políticos, israelenses e palestinos, se reuniram em Jerusalém para apresentar uma declaração conjunta endereçada aos aspectos principais do conflito. É a primeira declaração deste gênero desde o início da Intifada.

NÃO AO DERRAMAMENTO DE SANGUE, NÃO À OCUPAÇÃO SIM ÀS NEGOCIAÇÕES, SIM À PAZ !

Nós, os abaixo-assinados israelenses e palestinos, nos vemos na mais difícil circunstância para nossos dois povos. Vimos juntos para clamar pelo fim do derramamento de sangue, o fim para a ocupação, um retorno urgente às negociações, e a realização da paz entre nossos povos. Recusamos ser coniventes com a corrente deterioração da nossa situação, com a crescente lista de vítimas, o sofrimento e a real possibilidade de que sejamos tragados num mar de hostilidade mútua.

Nós, pela presente, erguemos nossas vozes e imploramos a todas pessoas de boa-vontade para voltar à sanidade, a re-descobrir a compaixão, humanidade e o julgamento crítico, e a rejeitar os apelos fáceis do medo, ódio, e clamores por vingança.

A despeito de tudo, nós ainda acreditamos na humanidade do outro lado, que nós temos um parceiro para a paz, e que uma solução negociada para o conflito entre nossos povos é possível. Erros foram cometidos em todos os lados, a troca de acusações e atribuições recíprocas de culpas não é uma política e não substitui um envolvimento sério.

A impressão que existe em ambas as comunidades, de que "o tempo está do nosso lado" é ilusória. O passar do tempo beneficia apenas aos que não acreditam na paz. Quanto mais esperamos, mais sangue inocente é derramado, maior será o sofrimento e a esperança será mais corroida. Devemos nos mover urgentemente para reconstruir nossa parceria, para acabar com a desumanização do outro, e para reavivar a opção de uma paz justa que garantirá nossos respectivos futuros.

O caminho adiante está na legitimidade internacional, e a implementação das Resoluções 242 e 338 da ONU, levando a uma solução de dois estados baseada nas fronteiras de 1967, Israel e Palestina vivendo lado-a-lado, com suas respectivas capitais em Jerusalém. Soluções podem ser encontradas para todos temas excepcionais, que possam ser aceitáveis e justas para ambos os lados, e que não devem minar a soberania dos estados palestino e israelense, como determinada por seus respectivos cidadãos, e incorporando as aspirações nacionais de ambos os povos, judeu e palestino. Esta solução deve ser construída a partir do progresso feito entre novembro de 1999 e janeiro de 2001.

A necessidade imediata é pela total e acurada implementação das Recomendações do Comitê Mitchell, incluindo a cessação da violência, o total congelamento da atividade de assentamento, a implementação de acordos especiais e o retorno às negociações. Este processo deve ser monitorado por uma terceira parte imparcial.

Nós vemos como nosso dever trabalhar juntos, e cada um de nós em sua própria comunidade, para por um basta na deterioração de nossas relações, para reconstruir a confiança, o crédito e a esperança pela Paz.

Shalom _ Salam _ Paz

e-mail: Shalom_Salam_Paz@yahoo.com

PELA PAZ JUSTA E DURADOURA - www.utopia.com.br/ssp

Figura 13 – Um dos principais documentos redigido pelos integrantes do *Shalom, Salam, Paz* com base em uma declaração conjunta entre personalidades israelenses e palestinas.

<u>Signatários Palestinos</u>	<u>Signatários Israelenses:</u>
Yasser Abed Rabbo, Minister of Culture and Information;	Dr. Janet Aviad, Peace Now;
Hisham Abdul-Razek, Minister of Detainees and Ex-Detainees Affairs;	Chaim Oron, former Minister, Meretz;
Nabil Amr, Minister of Parliamentary Affairs;	Prof. Arie Arnon, Peace Now;
Dr. Hanan Ashrawi, PLC Member, Secretary-General of the Palestinian Initiative for Global Dialogue and Democracy ; Hakam Balawi, PLC Member;	Yossi Beilin, former Minister, Labor;
Dr. Sari Nuseibeh, President, Al-Quds University;	Prof. Menachem Brienker, Hebrew University;
Dr. Gabi Baramki, Bir Zeit University;	Prof. Galia Golan, Peace Now;
Hafez al-Barghouti, Editor, al-Hayat al-Jadida Daily;	David Grossman, author;
Dr. Nazmi al-Ju'beh, Director-General, Riwaq;	Dr. Yossi Dahan;
Dr. Salim Tamari, Director, Institute for Jerusalem Studies;	Prof. Moshe Halberthal, Hebrew University;
Suleiman Mansour, Director, Al-Wasiti Art Center;	AB Yehoshua, author;
Dr. Mahadi Abdul-Hadi, director PASSIA;	Prof. Yirmyahu Yovel, Hebrew University;
George Ibrahim, Director, Al-Qasaba Theater;	Prof. Dan Yaacobson, Tel Aviv University;
Sufian Abu-Zaideh, Deputy Minister, Ministry of Civil Affairs;	Prof. Ephraim Ya'ar, Steinmatz Institute for Peace;
Jamal Zaqout, Director-General, Ministry of Civil Affairs;	Daniel Levy, ECF;
Sama'an Khoury, Director-General, Palestine Media Center;	Ronit Matalon, author;
Dr. Samir Abdallah, Director, Pal-Trade;	Prof. Avishai Margalit, Hebrew University;
Samir Hulieleh, Manager, Nassar Investment Co.;	S. Yizhar, author;
As'ad al-As'ad, Writer;	Prof. Sami Samuha, Haifa University;
Abdul-Rahman Awad, Writer;	Amos Oz, author;
Samir Rantisi, Media Advisor to the Minister of Culture and Information;	Ron Pundak, ECF, Peres Peace Center;
Nisreen Haj-Ahmad, Lawyer;	Yair Tsaban, Former Minister, Meretz;
Rami Shehaded, Lawyer;	Dr. Nissim Calderon;
Ghaith Al-Omari, Lawyer	Prof. Ephraim Kleinman;
	Dr. Menachem Klein, Bar Ilan University;
	Dr. Aviad Kleinberg;
	Adv. Tzali Reshef, Peace Now;
	Prof. Yuli Tamir, former Minister, Labor

Para declarar seu apoio, envie um e-mail para: ssp@utopia.com.br com os dados:

- linha de assunto: "PAZ ISRAEL+PALESTINA"
 - no corpo do texto: - nome completo / profissão e/ou título acadêmico / cidade e estado

Este folheto está sendo patrocinado pelo

Shalom _ Salam _ Paz

e-mail: Shalom_Salam_Paz@yahoo.com

PELA PAZ JUSTA E DURADOURA - www.utopia.com.br/ssp

Figura 14 – O abaixo-assinado que vinha em seguida da declaração conjunta foi realizado sob a liderança do então ministro da cultura Palestina, Yasser Abed Rabbo e do ministro da economia do governo de Yitzhak Rabin, Yossi Beilin. (Arquivo pessoal de Nathaniel Braia).



Figura 15 – Integrantes da ONG *Shalom, Salam, Paz* reunidos na abertura da exposição de gravuras das obras de artistas plásticos palestinos e israelenses que denunciavam a ocupação através da arte na Assembleia Legislativa de São Paulo. Na foto estão presentes o secretário-geral da FEPAL Emir Mourad, o jornalista do jornal *A Hora do Povo* Nathaniel Braia, o artista plástico e colunista da revista *Caros Amigos* Gershon Knispel e o ativista pela paz Michael Haradom (Arquivo pessoal de Nathaniel Braia).



Figura 16 – Exposição de gravuras das obras de artistas israelenses e palestinos sobre a ocupação da Palestina. Em todas as gravuras lia-se a consigna *Dai Lakibush* (chega de ocupação). (Arquivo pessoal de Nathaniel Braia).

Apesar do movimento *Shalom, Salam, Paz* apoiar a solução de dois Estados para o fim do conflito Israel-Palestina e rejeitar à construção de assentamentos nos territórios palestinos ocupados, entre os judeus do grupo *Shalom, Salam, Paz*, segundo Nathaniel Braia, havia inúmeras discordâncias com relação à visão ideológica sobre o Estado de Israel. Existia uma visão minoritária, que comparava o regime israelense ao regime de *Apartheid* da África do Sul, o que gerou um clima de desagrado entre os demais integrantes judeus do *Shalom, Salam, Paz*. Segundo Braia:

“(...) eu era minoritário dentro do *Shalom, Salam, Paz* em algumas teses minhas, né? Cheguei a dizer que o regime israelense, ele se assemelha ao regime de *Apartheid* sul-africano e isso gerou um desconforto entre os outros membros do *Shalom, Salam, Paz* porque quando ... Essa tese não predominava, era uma tese que eu não procurava impor ela, eu apenas levantava a discussão, mas os outros membros do *Shalom, Salam, Paz* começaram a sofrer pressão, aumentou muito a pressão por conta dessas questões serem debatidas, aumentou muito a pressão do *establishment* sionista, principalmente do Estado sionista sobre os membros do *Shalom, Salam, Paz*.”

As pressões mencionadas no depoimento referem-se às críticas advindas da embaixada de Israel no Brasil com relação a algumas atividades político-culturais exercidas pelo *Shalom, Salam, Paz*, principalmente após o lançamento do livro *O*

Apartheid de Israel – Racismo, Agressão e Usurpação: Os focos do conflito atual de autoria de Nathaniel Braia (2002). A publicação gerou o afastamento do autor a pedido da própria direção do *Shalom, Salam, Paz*. A partir de então o grupo se desagregou. A existência da ONG *Shalom, Salam, Paz* foi marcada por muitos desentendimentos e discordâncias internas sobre as diferentes narrativas do conflitos e em função de divergências ideológicas. O grupo existiu desde o ano 2000 até meados do ano de 2002, porém mesmo com pouco tempo em atividade, a ONG pôde realizar diversas atividades públicas em conjunto. Emir Mourad explicou seu ponto de vista em relação às atividades do *Shalom, Salam, Paz*, do seguinte modo:

“(...) bom, com toda essa movimentação, deu um fruto positivo, claro, porque a causa palestina voltou a aparecer e eu fiz várias reportagens para o *Globo News* junto com o Michael Haradom, eu de *Hata*⁵⁰ na *Globo News* e ele do meu lado.

(...)

Então a gente teve vários eventos na Assembleia Legislativa, no MASP na Paulista, a gente fez manifestações defendendo os dois Estados ... Bom, aí terminou como te falei mas o fruto positivo que voltamos a rearticular a FEPAL”.

⁵⁰ A *Hata* é também conhecida por *Keffieh*, o tradicional lenço palestino eternizado por Yasser Arafat que se tornou símbolo da resistência palestina.



Figura 17 – Capa do livro *O apartheid de Israel – Racismo, agressão e usurpação: os focos do conflito atual*, de autoria de Nathaniel Braia. O lançamento do livro no ano de 2002 foi considerado o motivo de desintegração da ONG *Shalom, Salam, Paz*. (Arquivo pessoal).

Mesmo com apenas dois anos de existência, a ONG *Shalom, Salam, Paz* ajudou a reerguer a FEPAL após alguns anos sem atividades. Foi a partir da fundação da ONG *Shalom, Salam, Paz* que muitos integrantes da FEPAL voltaram a ter visibilidade na imprensa brasileira, sobretudo após os ataques terrorista em Nova York em setembro de 2001. Nessa ocasião as lideranças da FEPAL foram procuradas pelos grandes canais televisivos e organizaram atos políticos na Assembleia Legislativa e manifestações de rua na Avenida Paulista em São Paulo.

Em 2004, aconteceram dois grandes congressos da FEPAL: O 8º Congresso em São Paulo, em 2004, e o 9º Congresso em Porto Alegre em 2007. A FEPAL também participou ativamente da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em Brasília no ano de 2005, durante o primeiro mandato do presidente Lula. Nesse evento, foi organizado um abaixo-assinado em apoio às posições de solidariedade à Palestina. Emir Mourad estimou a presença de mil participantes, sendo que 700 pessoas assinaram o abaixo-assinado.⁵¹ A manifestação palestina desagradou a embaixadora de Israel, Tzipora Rimon, que se recusou a participar pessoalmente da Conferência, explicando seu posicionamento através de um comunicado por escrito. A permanência da representatividade judaica havia sido garantida pelo então presidente da Federação Israelense do Rio de Janeiro, Sérgio Niksier. Após a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial foi publicado um artigo no Diário Oficial sobre a necessidade de organizar uma comitiva para verificar as violações de direitos humanos na Palestina.

A iniciativa de aproximação entre a diáspora palestina e a comunidade judaica de São Paulo, através da fundação da ONG *Shalom, Salam, Paz* foi de suma importância na tentativa pela busca de entendimento entre ambos os lados do conflito. Durante os dois anos de existência desse grupo, permaneceram alguns pontos de aglutinação, considerados os mais importantes nas discussões sobre a paz em Israel e na Palestina: a solução de dois Estados, o fim da ocupação dos territórios palestinos e a busca por uma convivência pacífica entre israelenses e palestinos. O pouco tempo de existência, fruto de uma série de desentendimentos, comprova o quanto que o conflito Israel-Palestina tornou-se complexo e muito difícil de solucionar.

A presença dos integrantes palestinos da FEPAL na ONG *Shalom, Salam, Paz* comprova que entre todos os movimentos palestinos do Brasil, a FEPAL ainda é a instituição interlocutora da diáspora palestina do Brasil capaz de dialogar com a comunidade judaica, situada no lado oposto do conflito. Justamente por adotar um discurso secular e diplomático, a FEPAL voltou a ter visibilidade em São Paulo e no Brasil.

⁵¹ Relatório Final da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial de 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Luciana/Downloads/conapirI.pdf>. Acessado no 03 de fevereiro de 2016.

2.2 MILITANTES ANTIGOS VS NOVAS IDEIAS

Demonstrações e eventos políticos como os mencionados nas páginas anteriores que, é importante destacar, remontam à chegada dos primeiros imigrantes no Brasil, já propiciavam atitudes de desconfiança em relação aos árabes por parte do poder público, que reforçava a imagem de um tipo de “estrangeiro” perigoso e de difícil assimilação. Os reflexos das ações discriminatórias realizadas por parte das elites intelectuais e políticas são mantidos embora em menor escala ainda hoje (JARDIM, 2009, p. 72). Assim, não há espaço para dúvidas de que os imigrantes palestinos têm sido representados como um “perigo” pela grande imprensa brasileira como a rede Globo e suas afiliadas, ao mesmo tempo em que são procurados como “fonte de informações” a respeito dos inúmeros ciclos de violência em Israel e na Palestina e acerca dos preceitos do islamismo.

Ao levarmos em consideração que os palestinos da diáspora tem um sentimento repleto de fracassos e frustrações, em virtude das contínuas derrotas das reivindicações palestinas dentro do Conselho de Segurança da ONU, é perfeitamente compreensível que tenham a necessidade de “gritar”, “lamentar” e, sobretudo, organizar movimentos e projetos, de modo a poder apresentar as maneiras possíveis de inverter o movimento da História, ou seja, conseguir colocar um fim à ocupação da Palestina. Por outro lado, como destaca Maafouf (2011, p. 246), esse movimento não é de modo algum fácil, “a língua é menosprezada, a literatura é pouco lida, a fé religiosa é suspeita”. Assim, diante de uma realidade que os desconhece, muitos acabam por adquirir esse sentimento de destruição ou uma espécie de auto-ódio, com tendências a gerar impulsos contraditórios, ora como uma revolta contra o mundo, no mesmo sentido da autoafirmação palestina, ora como um desejo de se desfazer da própria identidade.

A criação de duas grandes instituições da diáspora palestina no Brasil, a FEPAL e a Associação Cultural *Sanaúd* no início da década de 1980, as novas organizações da diáspora árabe em associação com a FEPAL, como o *GT Árabe* (2010) e o Comitê “Estado da Palestina Já!” (2011), as numerosas atividades produzidas ao longo de todos esses anos e o reconhecimento da causa palestina no Brasil por parte da imprensa, das Universidades, dos partidos políticos de esquerda, dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), e o crescimento da Campanha de Boicote Desinvestimentos e Sanções (BDS) no Brasil não foram capazes de amenizar

a relação conflituosa entre a diáspora palestina do Brasil e os meios de comunicação, sobretudo com relação à imagem do palestino na imprensa brasileira. Muitos interlocutores palestinos me disseram sobre o que seria “um diálogo difícil” com os mais diversos meios de comunicação brasileiros: televisão, rádio, jornais, revistas e, sobretudo, a forma como alguns jornalistas reportavam o conflito. É constantemente reiterado pelos palestinos em São Paulo que muitos jornalistas insistiam em adotar um orientalismo discursivo e midiático quando tratam a questão Palestina e os próprios palestinos.

Entretanto, é observada a existência de espaços diversos para os defensores da causa palestina em algumas emissoras de televisão como a TV Cultura, através dos comentários da professora da Universidade de São Paulo (USP) e comentarista do Jornal da Cultura, Arlene Clemesha, na internet através do blog do professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Emir Sader e dos artigos redigidos pelo professor da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), Salem Nasser, encaminhados e reproduzidos por diversos meios de comunicação. Dentro das Universidades brasileiras, Edward Said é considerado um intelectual bastante respeitado e muito lido no meio acadêmico. A solidariedade ao povo palestino também é sentida nos discursos do atual governo brasileiro, sobretudo dentro do Ministério das Relações Exteriores. Por outro lado, a sensação de que os palestinos estão “mal representados” no jornalismo do Brasil, de um modo geral, deve-se à forma como a maior emissora do Brasil, a *Rede Globo*, retrata os palestinos ao noticiar os eventos violentos em Israel, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Nas reportagens do *Jornal Nacional*, através das matérias produzidas pelo correspondente internacional, o jornalista Rodrigo Alvarez, o palestino geralmente é qualificado como terrorista quando é o agressor, no entanto quando o agressor é um israelense, normalmente é qualificado como “colono” ou “judeu ultra ortodoxo”. Além disso, devemos considerar que a causa palestina está maculada, muitas reivindicações dos palestinos são continuamente derrotadas nos foros internacionais há cerca de 20 anos como o pedido para o reconhecimento do Estado palestino nas fronteiras de 1967, o desbloqueio da Faixa de Gaza e o retorno dos refugiados.

Após os ataques terroristas nos Estados Unidos de 11 de setembro de 2001 a figura do árabe e do muçulmano foram demasiadamente distorcidas pela imprensa ocidental e tornaram-se muito mais estereotipadas. No Brasil, muitos palestinos e descendes como Jamile Abdel Latif reclamam frequentemente de uma atmosfera de perseguição, racismo e preconceito pela sociedade e imprensa brasileira:

“Hoje eu já sofro ataques por ser muçulmana, já tem essas piadas maldosas ... Agora mesmo acabo de ver uma no *Facebook* enviada por um desembargador, imagina! No *Facebook*, uma bonequinha muçulmana dizendo “olha a bonequinha que foi lançada, ela fala, mas ninguém teve coragem de apertar o botão” ... Imagina que um desembargador, ou seja, um juiz de segundo grau no Brasil postando conteúdo racista, tá? Então, assim, na época era mais fácil, eu acho, do que hoje. Hoje, pra quem chega, está muito mais complicado, né? A mídia ... a mídia propaga preconceito, né? O 11 de setembro que não foi feito pelos muçulmanos, é tido como feito pelos muçulmanos, essa palhaçada agora das Olimpíadas, tal ... O meu pai não enfrentou isso que a gente já começou, a gente já enfrenta e quem está chegando agora está enfrentando muito mais. Era mais confortável viver no Brasil antes do que agora, agora até eu estou assustada com Brasil, confesso à você que não quero envelhecer no Brasil.”

Ao tratar do papel da imprensa, de um modo geral, e da televisão particularmente, alguns pressupostos concernentes à democracia dos meios de comunicação surgem nos debates dentro da diáspora árabe e palestina no Brasil. É muito comum ouvir queixas sobre determinadas emissoras de televisão no que diz respeito a uma contínua tentativa de manipulação da notícia jornalística. A diáspora árabe palestina de São Paulo sente-se desvalorizada frequentemente quando se depara com a sua própria imagem na televisão e a explicação para o que considera “uma imagem deformada” deve-se, em primeiro lugar, às relações de poder que essas empresas representam. É apontado que as emissoras que detêm maiores audiências no Brasil tendem a transmitir as notícias vinculadas ao conflito Israel-Palestina sob um ponto de vista estritamente ocidental, tendente a propagar a imagem do israelense como a única vítima, enquanto o lado palestino é constantemente apresentado de modo negativo, aliado às associações terroristas e/ou através de preceitos arcaicos, isto é, como não civilizados e fanatizados.

Nesse mesmo sentido, o poder televisivo torna-se ainda mais maléfico para aqueles que não detêm condições de perceber as inúmeras tentativas de manipulação da quais são objeto. Segundo muitos sírios, libaneses e palestinos, o povo brasileiro adquiriu, com o passar do tempo, uma visão cada vez mais distorcida do Oriente Médio, do islamismo e invariavelmente da questão Palestina, fruto de uma forma contínua de transmissão da notícia associada a uma carga ideológica inseparável do conteúdo “de falsidade e dissimulação da realidade”, levada à efeito pelo o que eles consideram como classe dominante. Por outra parte e paradoxalmente, a comunidade judaica, através de diversos sites e blogs representativos como o blog *Rua Judaica* e o site da Confederação Israelita do Brasil (CONIB), também faz as mesmas críticas com relação aos meios de comunicação no Brasil, que afirmam apoiar incondicionalmente a questão Palestina,

distorcer as informações e não contextualizá-las com outros problemas similares no Oriente Médio. Um exemplo atual desse fenômeno é a ascensão da campanha internacional de Boicote Desinvestimentos e Sanções (BDS) contra Israel no Brasil, uma vez que a imprensa e os políticos brasileiros apresentam abertamente uma visão pró-palestina do conflito no Oriente Médio. Assim, podemos observar que as diásporas palestina e judaica brasileiras adotam as duas narrativas existentes em suas respectivas terras mães sobre o conflito Israel-Palestina, além de ter que se confrontar com questões particulares de um contexto de diáspora.

Foram as transmissões televisivas da operação conhecida como *Cast Lead* (Chumbo Fundido) na Faixa de Gaza, entre os anos de 2008-2009, que motivaram a criação do chamado *GT Árabe* em janeiro de 2010, por iniciativa de um grupo de amigos árabes que se reuniram na residência da palestina e integrante da FEPAL, Jamile Abdel Latif, na cidade de Americana (SP), a fim de discutir a criação de um grupo de estudos e debates dentro da comunidade árabe de São Paulo em 2010. A ideia fundamental do grupo foi estimular os integrantes, entre eles, alguns ativistas da FEPAL, a terem condições suficientes para produzir textos e promover eventos para o público brasileiro, que façam um contraponto à visão que eles consideram predominante nos meios de comunicação no Brasil e, sobretudo, ao tratamento dispensado às questões árabes de uma maneira geral e a questão Palestina, de um modo particular.



Fig.18 – Reunião em caráter emergencial no dia 27 de dezembro de 2008 no clube *Homs* em São Paulo, em função das notícias que reportavam sobre os bombardeios na Faixa de Gaza (Operação *Cast Lead*). Entre os ativistas e personalidades presentes, encontramos o atual embaixador da Palestina Ibrahim Alzeben; a professora da USP Marilena Chauí; o secretário da FEPAL Emir Mourad; Marie Christine Bonduki, integrante da FEPAL e o presidente da Federação das Entidades Árabes de São Paulo (FEARAB-SP) Eduardo Elias. Eles se reuniram a fim de discutir sobre a melhor forma de se prestar solidariedade aos palestinos da Faixa de Gaza. (Arquivo pessoal de Lejeune Mirham).

Alguns integrantes do *GT Árabe*, grupo de estudos da comunidade árabe de São Paulo formado por cerca de 20 integrantes de origem síria, libanesa e palestina que se reúnem na residência pessoal da vice-presidente da Federação de Entidades Árabes da América do Sul (FEARAB-América), Claude Fahd Hajjar, no bairro do Paraíso na cidade de São Paulo, mais notadamente os integrantes e simpatizantes da FEPAL, aliados a um conjunto de entidades árabes brasileiras e alguns partidos políticos inauguraram no dia 06 de junho de 2011, o chamado comitê “Estado da Palestina Já!”, cujo objetivo primordial era o apoio às mais diversas iniciativas políticas e culturais no Brasil para a criação do Estado da Palestina. Entre as entidades políticas, religiosas e culturais árabes e brasileiras que compõem o Comitê “Estado da Palestina Já!”, além da FEPAL, destacam-se: Fundação Maurício Grabois, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Marcha Mundial de Mulheres, Movimento Negro Unificado (MNU), União Nacional dos Estudantes (UNE), Biblioteca América do Sul – Países Árabes (BibliASPA), revista

Zundí, Conselho Mundial da Paz (CMP), Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (CEBRAPAZ), Federação das Entidades Árabes de São Paulo, do Brasil e da América do Sul (FEARAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No documento, “Estado da Palestina Já!”, redigido pelo sociólogo e escritor Lejeune Mirhan, brasileiro de origem síria e integrante ativo do *GT Árabe* e do comitê “Estado da Palestina Já!”, desde a sua fundação, lemos quais foram os objetivos principais da campanha que teve o seu lançamento público no dia 29 de agosto de 2011 no Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. O evento contou com a presença de cerca de 150 pessoas e de mais de 50 representantes de entidades nacionais e estaduais. Nesse mesmo dia, uma coletiva de imprensa foi concedida para que as informações sobre a campanha fossem divulgadas nos mais diversos meios de comunicações.

Todas as entidades, partidos políticos e personalidades que compõem o comitê “Estado da Palestina Já!” apoiaram o pedido, feito pela Autoridade palestina junto ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral das Nações Unidas, para a Palestina integrar como 194º Estado membro ou não-membro da ONU. O requerimento foi votado no dia 29 de novembro de 2012.

A campanha pelo reconhecimento do Estado da Palestina contava com a produção de um vídeo publicitário do comitê que continha um resumo da história da ocupação da Palestina até o ano de 2011⁵². O vídeo contém em torno de 2 minutos de duração e apresenta uma série de imagens da Palestina que vão desde antes da fundação do Estado de Israel, durante a vigência do Império Otomano, passando pelo Mandato Britânico após a Primeira Guerra Mundial, a progressiva colonização da Palestina legitimada pela Declaração *Balfour*, documento pela qual as autoridades britânicas facilitaram o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina, até a vitória da decisão pela partilha da Palestina em 1947. O vídeo prossegue com imagens da *Nakba* palestina em 1948; a guerra de 1967; a progressiva ocupação dos territórios palestinos; as tentativas de acordos de paz: o Acordo de *Camp David* e os Acordos de Paz de Oslo (1978 e 1993); as duas *Intifadas* (em 1987 e 2000) até o início das manifestações no mundo árabe, conhecida como “Primavera Árabe” em 2011, mesmo ano do requerimento para o

⁵² O vídeo publicitário da campanha “Estado da Palestina Já” está disponível no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=5NPm9UR4FXw>. Acessado no dia 07/10/2015.

reconhecimento do Estado palestino na ONU. A ideia foi apresentar a progressiva ocupação da Palestina, sob o ponto de vista dos palestinos, desde o início da colonização judaica durante a década de 1920 e 1930, a fim de convencer o telespectador a apoiar a autodeterminação do povo palestino através do reconhecimento do Estado da Palestina nas fronteiras de 1967, conforme é estabelecido pela Autoridade Nacional Palestina. O vídeo publicitário foi confeccionado pelos próprios integrantes do comitê “Estado da Palestina Já! nos idiomas árabe e português, de modo a enfatizar a solidariedade do Brasil à determinação da OLP para o fim do conflito Israel-Palestina.

O extenso trabalho de mobilização de entidades árabes-brasileiras e o extenso trabalho de divulgação dos princípios do comitê chamou a atenção inclusive de algumas personalidades da Palestina. Assim, em meados de julho de 2011, uma das reuniões, na sede do PCdoB em São Paulo, contou com a presença do patriarca de Jerusalém, Atallah Hannah, que saudou pessoalmente o empenho dos integrantes do comitê, formado por palestinos, árabes e brasileiros simpatizantes da causa palestina, na campanha em torno da fundação do Estado da Palestina.⁵³

⁵³ Informação registrada na memória da 27ª reunião do GT Árabe no dia 20 de julho de 2011.



Fig.19 – Reunião do comitê “Estado da Palestina Já!” em julho de 2011 na sede do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em São Paulo com a ilustre presença do patriarca de Jerusalém, Atallah Hannah (arquivo pessoal de Celso de Menezes).

Desde sua fundação, em 2011, o comitê “Estado da Palestina Já!” realizou eventos de grande repercussão na cidade de São Paulo. No mesmo mês do requerimento para o reconhecimento do Estado palestino pelas Nações Unidas, mais precisamente no dia 20 de setembro de 2011, houve uma grande passeata que começou na praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal e foi até a Câmara Municipal de São Paulo. Foi estimado pelos jornalistas que cobriram a mobilização popular naquele momento que a passeata reuniu cerca de 3.000 pessoas no centro da capital paulista.⁵⁴ Além da passeata em prol do reconhecimento do Estado da Palestina, o comitê “Estado da Palestina Já!” foi responsável pela programação cultural em memória ao massacre de *Sabra e Chatila*. Assim, no dia 18 de setembro de 2012, na ocasião da memória dos 30 anos dos massacres nos campos de refugiados palestinos no Sul do Líbano, o comitê realizou um ato de

⁵⁴ SEVERO, Leonardo. *CUT, centrais, movimentos sociais e partidos populares unidos pela Palestina livre e soberana*. Website da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dia 20 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/cut-centrais-movimentos-sociais-e-partidos-populares-unidos-pela-palestina-livre-ffbb/>. Acessado no dia 04 de fevereiro de 2016.

recordação, um sarau de poesias sobre a Palestina escritas por poetas brasileiros no auditório do Clube *Homs*, clube fundado por algumas famílias da comunidade árabe de São Paulo, localizado na Avenida Paulista na cidade de São Paulo, com a participação de cerca de 100 pessoas. Ainda nessa mesma ocasião, foi realizada uma exposição de fotografias intitulada “Palestina – Uma ferida aberta” na Biblioteca Alceu Amoroso Lima que levou centenas de visitantes ao local.



Figura 20 – Cartaz do lançamento público do comitê “Estado da Palestina Já!” (Arquivo pessoal).



Fig.21 – Concentração na praça Ramos de Azevedo antes do início da passeata nas ruas do centro até a Câmara Municipal de São Paulo, no dia 20 de setembro de 2011 em função do requerimento para o reconhecimento do Estado da Palestina pelas Nações Unidas (arquivo do blog “Sanaúd – Voltaremos”).



Figura 22 – Sarau de poesias de temática palestina escritas e declamadas por poetas brasileiros em memória do massacre de Sabra e Chatila em setembro de 2012, realizado no auditório do clube *Homs*, na Avenida Paulista em São Paulo. A abertura foi realizada pelo embaixador da Palestina no Brasil, Dr. Ibrahim Al Zeben. As poesias declamadas foram lançadas em formato Antologia, mais tarde, durante o Fórum Social Mundial Palestina Livre. (Arquivo pessoal de Celso de Menezes).

O modo como os palestinos resistiam ao conflito contra Israel começou a mostrar mudanças drásticas em relação ao apelo violento do passado. O modelo de resistência não-violenta que teve início por volta do ano de 2010 é expressado nas manifestações populares laicas sob a liderança de militantes da *Al-Fatah*. O movimento surgiu como uma alternativa às ações violentas e ineficientes para a causa palestina exercidas pelo grupo *Hamas* e pelo grupo *Jihad Islâmica* desde a segunda *Intifada* no ano 2000. As manifestações ocorrem às sextas-feiras em algumas localidades da Cisjordânia, em *Qalqilia*, *Qafr Qaddoum*, *Bil'in* e *Nil'in*, e reúnem palestinos e israelenses que se opõem ao atual governo de Israel e às práticas de ocupação da Palestina. O movimento é capaz de viabilizar melhores meios para negociações a fim de que os objetivos nacionais mais urgentes possam ser atingidos. De acordo com o site *Open Democracy*, a chamada “resistência pacífica” ou “resistência não-violenta” ficou conhecida internacionalmente a partir da indicação ao *Óscar* do filme *Five Broken Cameras*, de Emad Burnat na categoria de “melhor documentário”, em 2011. O filme repercutiu as manifestações no vilarejo de

Bil'in na Cisjordânia, liderada por Abdallah Abu Rahma, ativista e integrante da *Al Fatah*.⁵⁵

No dia 9 de novembro de 2011, Abu Rahma esteve em São Paulo para uma conferência no auditório do clube *Homs* a convite da FEPAL e do recente comitê “Estado da Palestina Já!”. Durante a sua palestra descreveu em detalhes as origens da resistência não-violenta em *Bil'in* para lutar contra a imposição de uma enorme barreira formada por uma cerca de arame farpado, capaz de confiscar 58% do território palestino da Cisjordânia e impedir a comunidade local ao acesso as terras cultiváveis e as plantações de oliveiras consideradas como uma das principais fontes de renda da Palestina. De acordo com Abdallah, o movimento de resistência não armada, representado por manifestações pacíficas de militantes fantasiados de heróis do cinema americano nas proximidades da cerca de arame farpado que separava a aldeia palestina dos territórios ocupados por Israel, é uma tentativa de impedir a expansão ilegal da ocupação das terras palestinas e uma oportunidade de comprovar a incapacidade do exército israelense em reprimir os ativistas pacifistas envolvidos nessa empreitada. No auditório na Avenida Paulista, Abu Rahma expôs algumas fotos dos armamentos utilizados na repressão das manifestações em *Bil'in*, como munições de ferro revestidas de borracha, bombas de gás lacrimogênio, bombas sonoras e água química. Ressaltou inclusive a participação ativa de alguns integrantes do grupo israelense *Gush Shalom*⁵⁶ nas manifestações de resistência não violenta dos palestinos.

⁵⁵ HUGHES-FRAITEKH, Katherine. *Nonviolent resistance in Palestine: Steadfastness, creativity and hope*. Open Democracy – Free Thinking for the World, 14 July, 2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/civilresistance/katherine-hughesfraitekh/nonviolent-resistance-in-palestine-steadfastness-creativity-and-hope>. Acessado no dia 3 de janeiro de 2017.

⁵⁶ *Gush Shalom* (Bloco da Paz) é grupo de esquerda pacifista israelense, fundado pelo jornalista e antigo membro do *Knesset*, Uri Avnery em 2003. O grupo participa ativamente de inúmeras manifestações em apoio às reivindicações palestinas em Israel e nos territórios ocupados.



Figura 23 – Palestra do líder palestino Abdallah Abu Ramah no auditório do Clube *Homs*, em novembro de 2011. (Acervo do blog Sanaúd-Voltaremos)

De acordo com o jornal israelense *Haaretz*, a grande repercussão internacional das demonstrações pacíficas em *Bil'in* trouxe resultado favorável, após uma longa batalha judicial cujo objetivo era o desmantelamento da enorme cerca e da torre de vigilância colocada pelo governo de Israel nos arredores dessa aldeia. O que de certo modo confirma o sucesso, mesmo que parcialmente, dessa nova modalidade de resistência nacional palestina.⁵⁷

Além da programação política e cultural, o comitê “Estado da Palestina Já!” foi responsável por organizar algumas missões de solidariedade com a Palestina, financiando a viagem de alguns ativistas, sindicalistas e jornalistas brasileiros aos territórios palestinos ocupados. De acordo com o depoimento do atual secretário da FEPAL, Emir Mourad, além de exaltar o sucesso da missão brasileira de solidariedade junto às autoridades da Palestina, afirmou que existe na FEPAL a preocupação sobre o apoio a organizações

⁵⁷ RAHMEH, Abdullah Abu. *A decade of civil disobedience in my West Bank village*. *Haaretz*, 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.haaretz.com/opinion/premium-1.644196>. Acessado no dia 22 de janeiro de 2017.

pouco representativas do povo palestino, fruto de dissidências internas entre a diáspora palestina e movimentos de solidariedade brasileira com a Palestina. Esse tópico será analisado no capítulo 3 dessa dissertação.

Em relação às atividades de apoio do comitê “Estado da Palestina Já!”, eis um trecho do depoimento de Emir Mourad que não só destaca a sua importância, como também aponta os prejuízos das divisões internas do movimento de solidariedade à causa palestina do Brasil, capazes de excluir setores populares e de grande representatividade da Palestina do projeto do Fórum Social Mundial Palestina Livre (FSMPL), que já estava em andamento:

“A grande receptividade da delegação brasileira na Palestina, recepcionada por Mahmoud Abbas, demonstra acima de tudo, o grande respeito que o povo palestino tem pelo Brasil. A delegação também esteve presente em algumas manifestações da resistência não-armada em algumas localidades dos territórios ocupados. A agenda da missão de solidariedade também previa uma reunião sobre a organização do Fórum Social Palestina Livre. E, durante as conversas foi reparado que havia uma séria exclusão dos comitês populares palestinos em detrimento das ONGs, as quais detêm pouca representatividade popular, razão pela qual há urgência na ampliação do comitê organizador do evento”.⁵⁸

⁵⁸ Depoimento de Emir Mourad, devidamente registrado na memória 43ª reunião do GT Árabe do dia 31 de julho de 2012.



Figura 24 – Missão brasileira de solidariedade à Palestina em uma manifestação pacífica em *Bil'in* na Cisjordânia em junho de 2012 (Acervo do blog Sanaúd – Voltaremos)

Antes da realização do Fórum Social Palestina Livre (FSMPL), nos dias 25, 26 e 27 de novembro, houve ainda o I Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Palestino realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, no município de Guararema em São Paulo. Instituição de ensino idealizado pelo Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e inaugurado em 2005. Durante os três dias de intensa atividades, alguns movimentos sociais brasileiros tiveram a oportunidade de se encontrarem com movimentos sociais palestinos a fim de discutir e debater pontos convergentes das reivindicações políticas e sociais palestinas e brasileiras, entre elas a defesa dos camponeses, trabalhadores rurais, pescadores e beduínos que perderam o direito e o acesso à terra, à água e ao trabalho desde o início da ocupação colonialista israelense.



Figura 25 – O I Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Palestino contou com a participação da militante palestina da Frente Popular para a Libertação da Palestina, Leila Khaled, conhecida internacionalmente por ser uma das poucas mulheres envolvidas na guerra de guerrilha durante a década de 1970. Ao lado esquerdo de Leila Khaled está o professor Doutor Marcelo Buzetto do Centro Universitário Fundação Santo André e atual coordenador estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em seu lado direito está Abdel Latif Hasan, médico palestino e integrante da FEPAL. (Acervo do blog Sanaúd – Voltaremos).



Figura 26 – O I Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Palestino também contou com a presença internacional de Abla Sa'adat (no centro), que atualmente coordena uma campanha pela libertação de seu marido, Ahmad Sa'adat e dos demais presos políticos palestinos. Ao seu lado esquerdo está Jamile Abdel Latif, advogada brasileira-palestina e ativista da FEPAL e ao seu lado direito, Emir Mourad, atual secretário-geral da FEPAL. (Acervo do blog Sanaúd-Voltaremos).



Figura 27 – O ativista da *Al-Fatah*, conhecido internacionalmente pelo movimento de resistência não-violenta em *Bil'in* na Cisjordânia, Abdallah Abu Rahma (à direita) junto com Marcelo Buzetto e dois militantes do MST. (Acervo do blog Sanaúd-Voltaremos).



Figura 28 – Emir Mourad e Ali El-Khatib com crianças camponesas próximo à uma plantação de oliveira, símbolo da ligação dos palestinos com a terra da Palestina na Escola Nacional Florestan Fernandes. (Acervo do blog Sanaúd – Voltaremos).

Os eventos políticos-culturais, as missões de solidariedade e as manifestações de rua, muito embora conseguissem demonstrar claramente o apelo popular que tem a causa palestina no Brasil, não podem ser equiparados ao maior evento realizado em apoio à Palestina no Brasil: O primeiro Fórum Social Mundial da história sobre a temática exclusivamente palestina. O evento internacional, que passou a ser conhecido como o Fórum Social Mundial Palestina Livre (FSMPL), havia sido organizado por um grupo plural nacional e contava com a FEPAL e o comitê “Estado da Palestina Já!” como protagonistas. Todas as reuniões preparatórias foram realizadas na sede do sindicato dos bancários em São Paulo. Foi inclusive nessa ocasião que pôde ser constatado publicamente o teor das rixas em oposição aos ideais da FEPAL e consequentemente às diretrizes dos integrantes do comitê “Estado da Palestina Já!”. Na ocasião das reuniões preparatórias, houve uma série de discussões entre os integrantes do comitê organizador do FSMPL. Os principais grupos organizados que se opõem veemente às diretrizes da FEPAL como o Movimento Palestina para Todos (MOPAT) e o Movimento de Boicote, Desinvestimentos e Sanções (BDS) debatiam os principais pontos de conflito, referentes

à questão de um ou dois Estados para a solução do conflito Israel-Palestina, o boicote comercial, cultural e acadêmico à Israel ou somente o boicote de produtos produzidos dentro dos assentamentos ilegais localizados na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, ou ainda simplesmente priorizar o fim dos acordos comerciais de armas e de tecnologia de segurança israelense, sobretudo previstos para os grandes eventos no Brasil, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.



Figura 29 – Meses antes da abertura do Fórum Social Mundial Palestina Livre, em março de 2012, o então governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e o Deputado Estadual Adão Villaverde recebem em audiência o embaixador da Palestina no Brasil e o comitê brasileiro do Fórum Social Mundial Palestina Livre. (Arquivo do blog Sanaúd-Voltaremos).



Figura 30 – A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a FEPAL apresentam o projeto do Fórum Social Mundial Palestina Livre ao governador do Rio Grande do Sul. (Arquivo do blog Sanaúd-Voltaremos).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO que celebram o **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, o **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, e o **COMITÊ ORGANIZADOR NACIONAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL PALESTINA LIVRE**, visando à realização do Fórum Social Mundial Palestina Livre - FSMPL.

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro, s/nº, Porto Alegre-RS, inscrito no CNPJ sob o nº 87.934.675/0001-96, neste ato representado pelo Governador, Tarso Fernando Herz Genro, CPF nº 044693210-87, o **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, com sede administrativa na Praça Montevideo, nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 92963560/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito, José Fortunati, CPF nº 200.434.650.72, doravante denominado **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE** e o **COMITÊ ORGANIZADOR NACIONAL DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL PALESTINA LIVRE**, com sede administrativa na Rua Jerusalém, nº 141, Jardim do Trevo, Quaraí, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 93.245.389/0001-16, doravante denominado **COMITÊ**; representado neste ato pela **FEDERAÇÃO ÁRABE PALESTINA DO BRASIL**, neste ato representada pelo Presidente da Federação Árabe Palestina no Brasil –FEPAL, Elayyan Taher Alladin, CPF nº 919.783.780-68 visando a realização do FÓRUM SOCIAL MUNDIAL PALESTINA LIVRE nos dias 28 de novembro a 01 de dezembro de 2012, conforme as cláusulas e condições expressas neste termo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **TERMO DE COMPROMISSO** tem como objeto a cooperação técnica entre as instituições públicas e as organizações sociais, visando à realização do **Fórum Social Mundial Palestina Livre - FSMPL**, a ser realizado nos dias 28 de novembro a 01 de dezembro de 2012 no Município de Porto Alegre, de acordo com o previsto na **Lei Estadual nº 13.725 de 16 de maio de 2011**, que institui o 29 de novembro como o Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

Figura 31 – Termo de compromisso para a realização do Fórum Social Mundial Palestina Livre na cidade de Porto Alegre (RS) protocolada pela legítima representante da diáspora palestina no Brasil, a Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL). (Arquivo do blog Sanaúd – Voltaremos).

O evento internacional, ocorrido entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro de 2012, de acordo com a programação oficial contida no blog “Sanaúd-Voltaremos”⁵⁹, seguiu as diretrizes da FEPAL, como a principal e maior entidade representativa da diáspora palestina no Brasil, fato que pôde ser comprovado pelas temáticas abordadas nas principais mesas do evento, organizadas pela FEPAL, ocorridas em sua maioria nos auditórios de dentro da Usina do Gasômetro, centro de toda programação do FSMPL.

⁵⁹ *Atividades do Fórum Social Mundial Palestina Livre*. Sanaúd-Voltaremos, dia 24 de novembro de 2012, disponível em: <http://sanaud-voltaremos.blogspot.com/2012/11/atividades-do-forum-social-mundial.html>. Acessado no dia 22 de janeiro de 2017.

Paralelamente, o comitê “Estado da Palestina Já!” foi também responsável pela maior plenária do Fórum Social, que contou com cerca de 300 pessoas presentes e composta por dezenas de entidades nacionais. Na parte cultural do evento, o comitê “Estado da Palestina Já!” também foi responsável pelo lançamento de *Qas aêd ila falastin* – Poemas para a Palestina, uma antologia com poemas de 15 autores brasileiros. O responsável pela iniciativa, Claudio Daniel, poeta, escritor e editor da revista *Zunái*, nessa mesma ocasião publicou um manifesto, *Somos Todos Palestinos*, documento que reuniu a assinatura de alguns intelectuais brasileiros como Milton Hatoum, Armando Freitas Filho e Luiz Costa Lima em apoio ao reconhecimento do Estado da Palestina pela ONU⁶⁰.

Ainda no campo cultural, foi durante o Fórum que a Biblioteca e Centro de Pesquisa – América do Sul – Países Árabes (BibliASPA) lançou três obras de grande importância para a literatura palestina e brasileira: *A Terra nos é estreita e outros poemas*, uma antologia das poesias do poeta palestino Mahmoud Darwish traduzidas para a língua portuguesa, a reedição da obra *Noite Grande*, do escritor brasileiro de origem palestina, Permínio Asfora e a tradução da obra *Homens ao Sol* do escritor palestino Ghassan Kanafani. Ainda e, de acordo com a programação oficial do FSMPL⁶¹, a BibliASPA foi responsável por quatro exposições de arte, são elas: exposição de charges políticas do cartunista brasileiro, Carlos Latuff; exposição *Palestina: Uma paisagem fragmentada*; Composição gráfica da Palestina à partir de poesia e uma exposição interativa *Uma terra sem povo para um povo sem terra*. A programação da BibliASPA também contou com a transmissão de filmes e documentários, em uma Mostra de Cinema *Palestina Livre*.

⁶⁰ O manifesto *Somos Todos Palestinos* pode ser acessado através do link: <http://estadodapalestinaja.blogspot.com.br/>.

⁶¹ *Atividades do Fórum Social Mundial Palestina Livre*. Sanaúd-Voltaremos, dia 24 de novembro de 2012. Op.cit.



Figura 32 – Antologia de poesias do poeta palestino Mahmud Darwish, *A terra nos é estreita e outros poemas*, produzido e editado pela BibliASPA teve o seu lançamento durante o Fórum Social Palestina Livre. (Acervo pessoal)

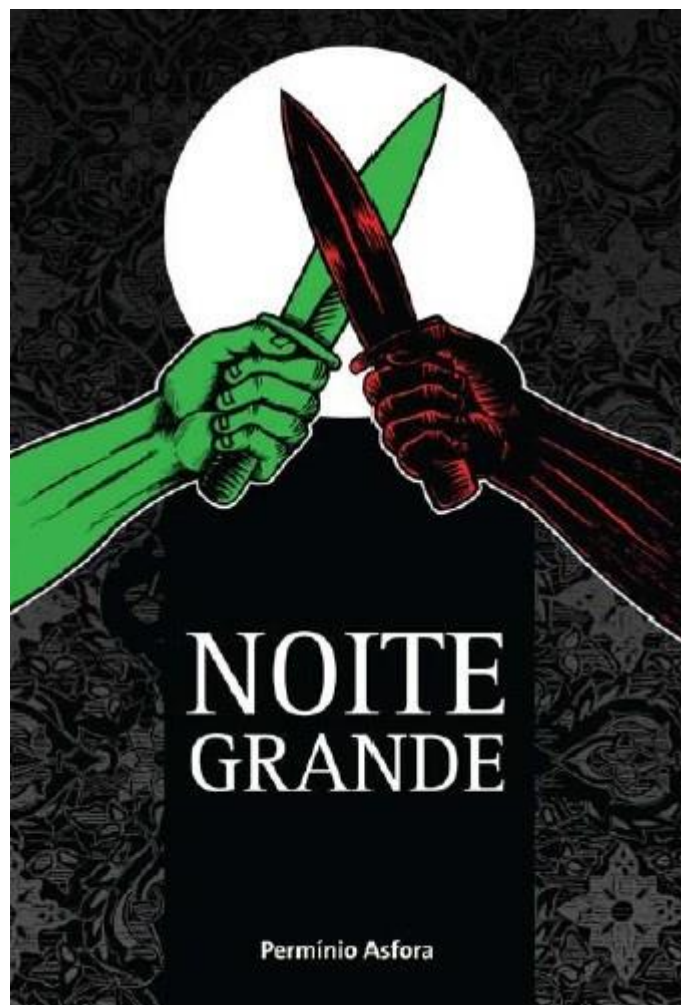


Figura 33 – O Livro *Noite Grande*, de autoria do escritor brasileiro de origem palestina, Permínio Asfora, relata a chegada de um palestino ao Piauí que se envolve em conflitos contra os coronéis da região. O romancista Permínio Asfora nasceu em Valença, Piauí, em 1913, filho de Sales Moysés Asfora, imigrante palestino e de Maria Elisa de Carvalho, piauiense. A obra pode ser considerada como a primeira na literatura brasileira a apresentar um palestino como protagonista. O lançamento da obra reeditada no Fórum Social Palestina Livre contou com a presença do neto do autor, o jornalista Lúcio Asfora. (Acervo pessoal).

Um dado interessante é que a maioria dos integrantes da diáspora palestina, notadamente os mais simpatizantes às diretrizes da FEPAL, evitavam mencionar problemas religiosos na cena pública, buscando priorizar aspectos do nacionalismo palestino nos mais diversos eventos, desde o ano de fundação da FEPAL até os anos 2000 e 2012. Durante o trabalho de observação participante nas reuniões do *GT Árabe* e do comitê “Estado da Palestina Já!” era observado que nas manifestações políticas foi destacada a tentativa de aproximação entre palestinos e brasileiros, ao se comunicarem em língua portuguesa na inter-relação com os não árabes.

De um modo concreto, os discursos na esfera pública salientavam, em um primeiro plano, o direito humanitário internacional e o reconhecimento do Estado

palestino pela ONU desde o ano de 1980. Para os integrantes da FEPAL, a adoção dessas medidas, juntamente ao acompanhamento atento das mudanças no discurso do líder Yasser Arafat, já lhes retirava o estigma de extremistas religiosos, fanáticos e “terroristas”.

O prolongamento do conflito Israel-Palestina implicou mudanças comportamentais e discursivas dos militantes do movimento nacional palestino. As primeiras gerações de imigrantes palestinos em 1940 e 1950, sobretudo os palestinos que deixavam a terra natal em decorrência do episódio conhecido como a *Nakba* (1948), tendiam a se manifestarem sob uma lógica ultranacionalista, com base no primeiro estatuto da OLP, de 1964, cujo texto revelava explicitamente, a expulsão dos judeus europeus da Palestina ou, de todos aqueles que, de fato, não poderiam ser considerados palestinos nativos:

“Artigo 5: Os palestinos são aqueles nacionais árabes que, até 1947, residiam normalmente na Palestina independentemente de terem sido expulsos ou terem permanecido lá. Qualquer um nascido, depois dessa data, de um pai palestino - seja dentro da Palestina ou fora dela - é também um palestino.

Artigo 6: Os judeus que normalmente residiam na Palestina até o início da invasão sionista serão considerados palestinos ...” (COBBAN, 1984, p. 267)⁶²

Até meados da década de 1970, era muito comum os palestinos evocarem a libertação de toda a Palestina e não de parte dela. Foi no fim da década de 1970 que a OLP passou a demonstrar um sério interesse pela solução de dois Estados para o fim do conflito Israel-Palestina, por intermédio das ideias do diplomata e jornalista palestino Said Hammami⁶³ que manifestava-se em prol da coexistência pacífica entre palestinos e israelenses, em apoio a solução de dois Estados nas fronteiras de 1967. Nesse sentido,

⁶² “Article 5: The Palestinians are those Arab nationals who, until 1947, normally resided in Palestine regardless of whether they were evicted from it or have stayed there. Anyone born, after that date, of a Palestinian father - whether inside Palestine or outside it – is also a Palestinian.

Article 6: The Jews who had normally resided in Palestine until the beginning of the Zionist invasion will be considered Palestinians” *The Palestinian National Charter as revised by the Fourth PNC meeting, July 1968 (extracts).*

⁶³ Said Hammami foi assassinado no escritório da OLP em Londres no dia 04 de janeiro de 1978, local em que estabelecia contato com alguns ativistas israelenses pela paz, como Uri Avnery. Após a morte de Hammami, Avnery escreveu o livro *My Friend the Enemy*.

muitos militantes das grandes organizações da diáspora palestina em São Paulo, em 1980, os pioneiros FEPAL e a segunda geração da Associação Cultural *Sanaúd*, já manifestavam-se em apoio à solução de dois Estados, em conformidade à cúpula da OLP. Cabe ressaltar que nos grandes eventos da década de 1980 em São Paulo, como o III Congresso da Confederação das Comunidades Palestinas (COPLAC) e o 1º Encontro da Juventude Árabe-Palestina da América Latina e Caribe, havia a presença de representantes do então presidente da Autoridade palestina, Yasser Arafat, que já repercutia a ideia de solução de dois Estados em muitos Encontros internacionais.

Foi no início da década de 1990 que os militantes da FEPAL e da extinta Associação Cultural *Sanaúd*, começaram a divergir com relação às posições adotadas pela Autoridade palestina durante os Acordos de Paz de Oslo, sobretudo com relação a segurança em troca do direito dos palestinos de constituírem um Estado soberano em algumas pequenas porções territoriais da Palestina, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Os Acordos entre os líderes Yasser Arafat e Yitzhak Rabin em 13 de setembro de 1993, foram culminante para que a FEPAL diminuísse seu quadro de integrantes e simpatizantes. As lideranças que permaneceram na FEPAL, após os Acordos de Paz de Oslo, acompanharam e respeitaram as mudanças da OLP, adotavam discursos baseados na coexistência pacífica, sob um tom diplomático e passaram a rechaçar medidas bélicas na resistência nacional palestina. Prova disso foi a associação entre alguns integrantes da FEPAL e a comunidade judaica de São Paulo na criação da ONG *Shalom, Salam, Paz* (2000).

A experiência de união entre palestinos e judeus brasileiros reergueu a FEPAL, após alguns anos com poucas atividades e aparições públicas. Segundo as palavras do atual secretário da FEPAL, Emir Mourad, foi após a desintegração da ONG *Shalom, Salam, Paz*, em 2002, que ocorreram dois congressos nacionais da FEPAL, em 2004 e em 2007 em São Paulo e em Porto Alegre, respectivamente. As lideranças da FEPAL passaram a se tornar referência quando a Palestina ocupava as manchetes dos noticiários brasileiros. Muito embora entre os anos de 2000 até 2012, já houvesse algumas organizações palestinas dissidentes em São Paulo como o Movimento Palestina para Todos (MOPAT), a FEPAL ainda era considerada como legítima representante da diáspora palestina no Brasil, seus integrantes expressavam suas opiniões e análises em um tom secular e evitavam o apelo a violência em público, o que, de fato, conquistou a simpatia do público brasileiro.

A manutenção da legitimidade da FEPAL, ao longo dos anos, e a aproximação dos integrantes da FEPAL aos grandes partidos políticos de esquerda do Brasil, como o PT e o PC do B, facilitou a mobilização de um grande público em São Paulo na manifestação de setembro de 2011, na ocasião do requerimento para o reconhecimento do Estado da Palestina na ONU, quando cerca de 3.000 pessoas se reuniram no centro da capital paulista, o mesmo ocorreu no Fórum Social Mundial Palestina Livre, citado anteriormente, em 2012, evento nacional que reuniu milhares de militantes de diversas partes do Brasil e do mundo na cidade de Porto Alegre (RS). É observado que a programação política-cultural da FEPAL tende a atrair um maior número de simpatizantes brasileiros, quando comparada às demais organizações dissidentes, que geralmente se restringem aos espaços universitários e aos partidos políticos de extrema esquerda brasileira, como PSOL e PSTU, com praticamente nenhuma representatividade no governo brasileiro. Seus militantes geralmente adotam um tipo de discurso com um alto grau de sofisticação acadêmica, com ideais utópicos, muito distantes ao apelo popular e às soluções realistas para o fim do conflito Israel-Palestina. O escasso conhecimento sobre a complexidade do conflito Israel-Palestina contribuiu para o uso repetitivo de *slogans* maniqueístas na tentativa de atrair mais seguidores para esses grupos.

A popularidade das ações e intervenções da FEPAL junto ao público de São Paulo e a proximidade de muitos palestinos da FEPAL aos partidos políticos da base governista, inclusive estimulou melhores condições de apoio às demandas da Palestina nas esferas das relações internacionais do governo do Brasil. Vale a pena ressaltar que a comitiva do então presidente Lula em sua viagem a Israel e à Palestina em março de 2010 foi composta por representantes e simpatizantes da FEPAL, como veremos no capítulo 4.

2.3 A FEPAL E O HAMAS

Muito embora entre os imigrantes árabes de classe média alta do Brasil tenham emergido organizações puramente nacionalistas, no Oriente Médio, desde a avassaladora vitória israelense contra os exércitos vizinhos em 1967, a ideologia nacionalista, através do pan-arabismo, já encontrava-se profundamente desgastada no mundo árabe. De acordo com Fouad Ajami (1978), a morte de seu porta-voz, o presidente egípcio Gamal Abdel

Nasser, em 1970, foi seguida pela aproximação do Egito com os Estados árabes do Golfo, aliados históricos dos Estados Unidos, conforme será analisado no capítulo 3. A longa campanha Nasserista contra os militantes da Irmandade Muçulmana foi determinante para o retorno do Islã político, que até então se encontrava às margens no Egito, na Palestina e no Líbano. Nesse aspecto, a aliança do novo presidente do Egito, Anwar Sadat com a Arábia Saudita favoreceu o alastramento do fundamentalismo islâmico após 1967.

Foi também na década de 1960 que ocorreu o histórico julgamento do nazista Adolf Eichmann em Jerusalém, momento em que as memórias do Holocausto nazista ficaram em evidência em Israel. De acordo com o professor do Departamento de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Londres, Gilbert Achcar (2009, p. 233), a invocação das histórias do Holocausto após a derrota na guerra dos Seis Dias e diante de uma nova ocupação territorial em 1967 provocaram reações viscerais sobretudo por parte das esferas mais fanatizadas entre os árabes e os palestinos. Foi nesse momento em diante que algumas teorias negacionistas sobre o genocídio judaico tornaram-se populares entre líderes religiosos, intelectuais e nos meios de comunicação árabes. A repercussão constrangedora de teorias conspiratórias no mundo árabe, islâmico e na Palestina, por outro lado, fomentou uma efusiva reação de intelectuais árabes de renome internacional, como foi o caso do poeta palestino Mahmoud Darwish:

“Não é dever dos judeus, por si só, não esquecer os massacres nazistas. Todos aqueles cuja consciência não está morta e todos aqueles que amam a liberdade comemoram junto com as vítimas do nazismo e tiram as lições que eles têm para ensinar, especialmente quando a semelhança histórica entre o nazismo e os movimentos racistas reaparece no mundo de hoje. Por mais intensa que seja a hostilidade entre israelenses e árabes, nenhum árabe tem o direito de sentir que o inimigo de seu inimigo é seu amigo, pois os nazistas são o inimigo de todos os povos do mundo” (tradução livre da autora).⁶⁴

A guerra dos Seis Dias alterou radicalmente a imagem de Israel para si mesma e no Ocidente, Israel já não era mais vista como um país ameaçado, inseguro e indefeso diante dos vizinhos hostis. O Estado de Israel passou a ser visto sob uma imagem de conquistador e de ocupante insensível. A perpetuação das cenas de uma nova e impiedosa ocupação territorial, de acordo com Achcar (2009), provocou comparações entre o

⁶⁴ “It is not the duty of Jews alone not to forget the Nazi massacres. All those whose conscience is not dead and all those who love liberty commemorate them together with the victims of Nazism and draw the lessons they have to teach, especially when the historical similarity between Nazism and the racist movements resurfaces in today’s world. However intense the hostility between Israelis and Arabs, no Arab has the right to feel that his enemy’s enemy is his friend, for Nazis is the enemy of all the world’s peoples”.

governo do Estado de Israel e o regime da África do Sul, durante a vigência do sistema de *Apartheid* racial.

O discurso palestino tornou-se ainda mais bélico e radical em 1982, durante a guerra do Líbano frente aos massacres nos campos de refugiados palestinos de *Sabra* e *Chatila*. É nesse momento que as comparações entre o Estado de Israel e o nazismo tornaram-se, de fato, “inevitáveis”, de acordo com as palavras de Yasser Arafat proferidas após a tragédia no Líbano:

“Você sabe, Alan, não é realmente meu jeito comparar os israelenses ou alguns israelenses com os nazistas. Eu não acho que realmente serve a qualquer propósito falar dessa maneira. Mas eu tenho que lhe dizer algo de dentro de mim. Quando penso nas táticas, na estratégia e no poder de fogo que os israelenses usaram para tentar liquidar os meus refugiados mal armados e principalmente desarmados, um povo com a justiça do seu lado, eu acho que é justo dizer que os israelenses, certos israelenses, se comportaram como nazistas, são nazistas em suas mentes” (ACHCAR, 2009, p. 241)⁶⁵.

A expulsão da OLP de Beirute, no Líbano em 1982 e a observância da Revolução no Irã em 1979 contribuiu para a ascensão da ideologia fundamentalista islâmica que, até então, era mantida às margens em muitos Estados árabes contagiados pelo pan-arabismo. Segundo Gilbert Achcar (2009), a forte repressão israelense durante a primeira *Intifada*, fortaleceu o movimento sunita palestino de resistência islâmica até a criação do *Hamas* em 1987. A carta de fundação do movimento islâmico, *Hamas*, publicada no dia 14 de agosto de 1988 refletia um discurso antissemita, compatível com uma enorme hostilidade e revolta contra o Estado de Israel. Em certas partes do textos são citados trechos dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, de modo a “demonstrar” a conspiração judaica internacional.⁶⁶

Por outro lado, em janeiro de 1998, ainda no clima dos Acordos de Paz de Oslo, era esperado que o líder da OLP, Yasser Arafat, visitasse o Memorial do Holocausto em Washington. Porém, de acordo com uma matéria publicada no jornal *The New York Times*, a visita de Arafat foi subitamente cancelada diante da recusa dos diretores do

⁶⁵ “You know, Alan, It is not really my way to compare the Israelis or some Israelis with the Nazis. I don’t think it really serves any purpose to speak in such a way. But I have to tell you something from deep inside me. When I think over the tactics, the strategy and the firepower the Israelis have used to try to liquidate my poorly armed and mainly unarmed refugee people, a people with justice on their side, I think it is fair to say that the Israelis, certain Israelis, have behaved like Nazis, are Nazis in their minds”.

⁶⁶ The Charter of the *Hamas*, disponível em: http://www.mythsandfacts.org/conflict/statute-treaties/hamas_charter.htm. Acessado no dia 02 de fevereiro de 2016.

Memorial em receberem o líder palestino com honrarias de chefe de Estado.⁶⁷ O mal-estar gerado pela negativa teria motivado uma abrupta mudança de postura por parte dos diretores do Museu que haviam reconsiderado o convite à Arafat na condição de visitante comum. Muito embora Yasser Arafat tivesse aceitado ao convite, a visita foi adiada a fim de evitar a propagação de uma imagem humilhante do líder palestino. Por outra parte e, a fim de reafirmar um posicionamento propenso ao diálogo e ao entendimento, Yasser Arafat realizou uma visita a casa de Anne Frank em Amsterdam, três meses depois, exatamente no dia 31 de março de 1998.⁶⁸ Mesmo não obtendo a mesma cobertura midiática que eventualmente iria ser gerada caso a visita ao Memorial de Washington se concretizasse, a ida a casa de Anne Frank tinha uma grande importância simbólica, levando em consideração o aumento do discurso negacionista na Palestina.

⁶⁷ STOUT, David. *Holocaust Museum Rejects Visit by Arafat*, dia 17 de janeiro de 1998. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1998/01/17/world/holocaust-museum-rejects-visit-by-arafat.html>. Acessado no dia 18 de janeiro de 2017.

⁶⁸ MANSFIELD, Laurie. *Arafat visits Anne Frank Museum*. Associated Press: <http://www.apnewsarchive.com/1998/Arafat-Visits-Anne-Frank-Museum/id-e638a5efa7798b6cbe4ca3db0562633e>. Acessado no dia 02 de fevereiro de 2016.



Figura 34 – Registro da visita de Yasser Arafat à Casa de Anne Frank em Amsterdã, Holanda. (Arquivo retirado do site www.annefrank.org).

O desencadeamento de uma guerra de emoções e de propaganda entre palestinos e israelenses tomou o lugar do que era antes uma guerra armamentista e territorial. Até a segunda *Intifada*, a imagem de Israel já encontrava-se bastante desgastada e a opinião pública internacional demonstrava toda a sua comoção diante da imagem do Exército de Defesa de Israel que reprimia com força as manifestações de civis palestinos, mulheres e crianças armados com pedras.

No ano seguinte, em 2001, diante dos ataques terroristas em Nova York, conhecido como o “11 de Setembro”, houve um fortalecimento da extrema direita israelense nas esferas governamentais. Foi nesse mesmo ano que Ariel Sharon foi eleito primeiro ministro de Israel. E, em contrapartida, o aumento da retórica anti-israelense já estava muito presente nas esferas islâmicas tradicionais. Alguns expoentes do *Hamas*, como o Sheik Ahmad Yassin, defendiam a destruição de Israel e criticavam o comportamento da OLP frente ao governo israelense.

“Sheikh Yassin [a figura histórica principal do movimento] nunca escondeu seu desgosto por Arafat. “Comedores de porcos e bebedores de vinho”, é

mostrado que ele renunciou a liderança da OLP e que ele tinha desprezo especial pela esquerda porque eles violaram o preceito (Santificado por todo muçulmano piedoso [esta é uma interpretação peculiar a Schiff e Ya'ari])” (ACHCAR, 2009, p. 249)⁶⁹

O aumento da retórica anti-israelense na Palestina e no Oriente Médio contribuiu para que o *Far Right Group Truth and Justice*, sediado na Suíça e o *Neo Nazi Institute for Historical Review (IHR)*, sediado nos Estados Unidos, tentassem organizar um evento “acadêmico” em Beirute, no Líbano em 2001 a fim de discutir ideias negacionistas sobre o Holocausto nazista. De acordo com o portal *Palestine – Israel journal of Politics, Economics and Culture*, as notícias sobre a possibilidade da Conferência gerou mobilização por parte de algumas personalidades ilustres como Edward Said, Adonis, Mahmoud Darwish e Elias Khoury, que imediatamente assinaram uma petição que solicitava o cancelamento do evento ao governo libanês.⁷⁰

Mais adiante, os apoiadores da linha negacionista no Oriente Médio, ganharam um novo interlocutor em 2005, após a vitória do candidato Mahmoud Ahmadinejad nas eleições presidenciais do Irã. O então presidente iraniano passou a declarar em público, afirmava que o Holocausto era um mito. As ideias do então presidente iraniano Ahmadinejad resultaram na organização de uma nova Conferência, a Conferência Internacional sobre o Holocausto em Teerã, em dezembro de 2006.⁷¹

Conforme analisado (com as devidas exceções), as grandes lideranças islâmicas do *Hamas* na Palestina, da Irmandade Muçulmana no Egito, do *Hezbollah* no sul do Líbano e do Irã tendiam a ser mais rígidas nas opiniões sobre a colonização da Palestina pelos judeus, a proclamação do Estado de Israel e principalmente no que se refere ao reconhecimento do Holocausto nazista. Ao passo que os líderes políticos como Yasser Arafat, o rei Hussein Abdallah e Gamal Abdel Nasser tendiam a ser mais flexíveis no tratamento desses assuntos relacionados ao “campo inimigo”. Segundo Achcar (2009, p.

⁶⁹ “Sheikh Yassin [the movement’s main historical figure] never concealed his distaste for Arafat. “Pork eaters and wine drinkers” is shown he dismissed the PLO leadership, and he had special contempt for the leftist because they violated the precept (hallowed by every pious Muslim [this is an interpretation peculiar to Schiff and Ya’ari])”.

⁷⁰ LEON, Dan. *Repudiating the Holocaust Denial*. Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture, vol. 8, nº 1, 2001. Disponível em: <http://www.pij.org/details.php?id=168>. Acessado no dia 4 de janeiro de 2017.

⁷¹ *Holocaust deniers gather in Iran for “scientific” conference*. The Guardian, 2006: <http://www.theguardian.com/world/2006/dec/12/iran.israel>. Acessado no dia 02 de fevereiro de 2016.

262), a ênfase no discurso antissemita no meio árabe e palestino não poderia ser considerado como a causa do conflito Israel-Palestina, mas como resultado das tensões geradas desde a independência de Israel. Nesse passo, atitudes e discursos antissemitas tornaram-se, acima de tudo, uma arma política nessa batalha. “Por que esperamos que o mundo acredite em nossos sofrimentos como árabes se (a) não podemos reconhecer os sofrimentos dos outros, nem mesmo dos nossos opressores, e (b) não podemos lidar com fatos que causam problemas simplistas” (tradução livre da autora).⁷²

Um fenômeno bastante sintomático da situação de hostilidades entre os palestinos e Israel e dentro do movimento de resistência nacional palestina, foi a vitória do *Hamas* em janeiro de 2006 nas eleições parlamentares da Palestina. De acordo com o site *Global Security*, dos 132 assentos no Parlamento da Palestina, o *Hamas* ganhou 76, enquanto o *Fatah* contabilizou 43. Imediatamente após as eleições, foi desencadeada uma guerra civil na Faixa de Gaza, entre o *Fatah* e o *Hamas*, resultando na execução de 12 palestinos do *Fatah* e de mais de 100 feridos. Após os conflitos, o *Hamas* expulsou lideranças da *Al-Fatah* da Faixa de Gaza e, como consequência, o grupo islâmico perdeu suas posições na Autoridade palestina da Cisjordânia.⁷³

O *Hamas* aparece oficialmente como uma alternativa islâmica ao movimento nacional palestino e, no início, rejeitava publicamente a ideia da solução de dois Estados por considerar que descumpria com os direitos palestinos básicos como o direito de retorno. O artigo 11 do estatuto do *Hamas* proclama que: “O Movimento de Resistência Islâmica acredita que a terra da Palestina é uma terra islâmica confiada a gerações muçulmanas até o Dia do Juízo. Ninguém pode abandoná-la toda ou mesmo parte dela”. Além disso, o artigo 15 complementa: “Quando um inimigo usurpa uma terra muçulmana, então a *jihad* é o dever religioso individual de todo muçulmano” (ABU-RABI’, 2011, p. 130).

A questão da terra no estatuto do *Hamas* está de acordo com a jurisprudência islâmica e, conforme pode ser percebido no seu estatuto, o *Hamas* considera a Palestina uma terra islâmica, de modo a excluir toda a comunidade de cristãos palestinos. Além

⁷² “Why do we have expect the world to believe our sufferings as Arabs if (a) we cannot recognize the sufferings of others, even of our oppressors, and (b) we cannot deal with facts that trouble simplistic”.

⁷³ *Palestinian Civil War*. GlobalSecurity.org, disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/war/palestine-civilwar.htm>. Acessado no dia 22 de janeiro de 2017.

disso, as execuções e a expulsão de dirigentes do partido político de oposição ao *Hamas* transformou a Faixa de Gaza em um ambiente inóspito para o *Al-Fatah*, o que contribuiu para que, em seguida, os políticos do *Hamas* fossem excluídos das bases da OLP.

O desagrado dos militantes do *Hamas* frente aos Acordos de Paz de Oslo, entre o mês de abril de 1993 e 2005 repercutiram nos ataques suicidas que atingiam a população civil israelense, como o ataque em *Dizengoff Center* (1996) e na pizzeria *Sbarro* (2001) em Israel, ao mesmo tempo que chamavam a atenção dos meios de comunicação internacional. Foi nessa época que muitos palestinos e descendentes brasileiros se tornaram simpatizantes das ações e discursos do *Hamas*. Os palestinos menos abastados passaram a se sentir melhor representados pelo *Hamas* em uma conjuntura em que a Autoridade palestina estava profundamente desacreditada. De acordo com o professor do Departamento de Artes da Universidade do Qatar, Khaled Hroub (2008, p. 180), muitos palestinos passaram a considerar o governo do *Fatah* como corrupto e ineficiente, ao passo que o *Hamas*, nesses anos, realizava um “movimento efetivo de resistência” em defesa dos palestinos contra a ocupação israelense. O aumento da popularidade do *Hamas* ocorria por diversas razões: na Faixa de Gaza havia inúmeros programas sociais, culturais e religiosos financiados pelas lideranças do *Hamas*, o que de fato, aproximou os palestinos mais pobres da ideologia do grupo islamita. O fracasso dos Acordos de Paz, combinado com a progressiva brutalidade da ocupação israelense impulsionou muitos palestinos a desacreditarem no diálogo com o governo de Israel. Ainda e, de acordo com Hroub (2008, p. 167), o estilo de vida extravagante da alta cúpula dos políticos da *Al-Fatah* enfureciam os palestinos de Gaza, dos campos de refugiados e de algumas esferas da diáspora do Brasil. Em contrapartida, os funcionários do *Hamas*, viviam próximo dos palestinos de Gaza e nos campos de refugiados dos países árabes vizinhos, sem quaisquer tipos de ostentação, o que de fato, aumentava a simpatia do povo palestino ao *Hamas*. E, apesar dos islamistas serem vistos como um grupo social atrasado pelos palestinos de esquerda, com o passar do tempo, as diferenças ideológicas prevaleceram sobre uma causa comum. É possível encontrar palestinos do Partido Comunista, da Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) e da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) que apoiam pragmaticamente as ações do *Hamas* no conflito contra Israel. De acordo com o depoimento de um imigrante palestino, antigo militante da *Al-Fatah*, Taisir Fattash, entrevistado no mês de agosto de 2016:

“O *Hamas*, eu sou simpatizante, eu sou esquerdista, eu sou ... A minha ideologia é comunista, pode parecer loucura mas eu sou simpatizante do *Hamas*, fiel! Nunca fui membro de *Hamas*, ia contra a minha vida política, eu iniciei ela na Palestina com 13 pra 14 anos como membro do *Fatah*, que é o maior opositor do *Hamas*, agora ... Só que o *Hamas* é ... Eu falo com neutralidade, como pessoa física Taisir, eu tenho mil razões por causa de coisas pessoais de odiar *Hamas*, mas o Taisir palestino fala mais alto, o meu lado palestino fala mais alto porque o *Hamas* foi o único que me representa agora no momento. Na segunda *Intifada* o *Hamas*, a reação dele sobre os massacres de Israel, de fazer atentados de Atentados não! Ações legítimas que o *Hamas* fazia, conseguiram fazer “homem bomba”, tudo mais, é a coisa mais legítima do mundo!”

Fora do Oriente Médio, os palestinos mais simpatizantes das ações e discursos do *Hamas* são, geralmente, aqueles que permaneceram com graves problemas financeiros desde que chegaram ao Brasil e os que ainda detém memórias latentes da violência que sofreram quando viviam na Palestina. De um modo geral, os palestinos que chegaram ao Brasil décadas mais tarde, em virtude de uma deportação por “motivos políticos”, que já estiveram presos e que sofreram violência dentro dos presídios israelenses tendem a adotarem um discurso muito mais bélico, sem quaisquer indícios de uma disposição à coexistência pacífica. Em outro trecho do depoimento de Taisir Fattash, ele diz:

“Eu sofri tortura israelense cruel, eu vi amigo meu, primo meu, que levou tiro no olho que saiu do ouvido dele, o cérebro dele caiu na minha frente, na minha mão, eu vi crianças morrendo, na minha cidade, onde eles mataram 8 pessoas na segunda *Intifada*, eu fui visitar lá, eu vi um helicóptero *Apache* americano – israelense, ele lançou míssil à terra, matou 8 jovens palestinos que poderiam ser muito bem cercados, eram armados, pertenciam ao *Hamas*, sim! Mas poderiam ser muito bem ... Cercar eles, desarmar eles, ferir e prender, só que a solução como Israel quer sempre, soluções baseadas sempre no que eles pensam, mataram 8 jovens em um dia na minha cidade. Eu vi eles em 2005, eu vi esses jovens despedaçados por causa do míssil que o helicóptero israelense lançou.”

Por outro parte, as discordâncias e a oposição ao *Hamas* foram devidamente observadas nos depoimentos dos integrantes e simpatizantes da FEPAL em São Paulo. Muito embora a maioria dos entrevistados evocassem o princípio de autodeterminação dos povos como instrumento de reação à ocupação territorial da Palestina,⁷⁴ praticamente todos os depoimentos apresentam graus de repúdio às ações do *Hamas* desde a segunda *Intifada*. Muitos entrevistados, quando surpreendidos com a pergunta sobre o *Hamas*,

⁷⁴ O princípio de autodeterminação dos povos aparece no texto da Carta do Atlântico (1941), como instrumento de reação às invasões perpetradas pelos nazistas. O documento está disponível em: *Declaración conjunta publicada el 16 de agosto de 1941 por los gobiernos americano y británico*. In BELLINGER, Sanz A. Jacobsen-Sanz. *La segunda guerra mundial*. Buenos Aires: Ed. Plaza & James, 1965, anexo 3.

imediatamente reiteram que a ocupação também ataca civis, através das punições coletivas na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. A maioria dos entrevistados ficam visivelmente constrangidos em repudiar completamente um grupo palestino e assim, correr o risco de divulgar uma imagem do movimento nacional palestino desorganizado e sem coesão. Emir Mourad apresentou a sua opinião sobre o *Hamas*, com as seguintes palavras:

“O *Hamas* é tão parte do povo palestino como qualquer outro palestino, agora eu digo o seguinte, eu por exemplo, eu defendo o Estado laico, eu defendo o Estado laico. Nós temos palestinos cristãos, palestinos muçulmanos, eu acho que o Estado da Palestina tem que ser laico. Eu acho que entre os palestinos não pode haver o uso da arma para conquistar o poder ou para controlar o outro como aconteceu na Faixa de Gaza, são atitudes que desunificam, que quebram a unidade palestina e nós que apoiamos a luta do povo palestino como é que nós podemos apoiar a quebra dessa unidade? Então nós não apoiamos que um partido palestino ou outro volte as armas uns contra os outros (...)”

Da mesma forma, Abdel Latif Hasan, apresentou desaprovação aos discursos e ações do *Hamas* durante a segunda *Intifada*. De acordo com suas palavras:

“(...) eu sou contra o islamismo se envolver na política. A luta dos palestinos não é uma luta religiosa, resumir uma luta de um povo pela liberdade pela dimensão religiosa é muito perigoso isso. Eu sou contra qualquer atividade que poderia evoluir e envolver civis dos dois lados, precisa minimizar o máximo ou evitar qualquer dano aos civis. O que o *Hamas* fez foi usado contra a luta dos palestinos e foi muito prejudicial para a nossa causa.”

De modo ainda mais assertivo, os palestinos da segunda geração, como é o caso da Samara Bonduki Sayegh, filha de Souheil Sayegh, idealizador da FEPAL na década de 1980, repudia com mais veemência as ações e discursos do grupo *Hamas* no contexto do conflito Israel-Palestina: “Eu acho o *Hamas* muito radical e ele acaba, na verdade, sendo contraproducente assim ... Acho que em vez de ajudar ele acaba atrapalhando, acaba sendo um motivo contra ...”. O depoimento de Samara, extraída de uma entrevista concedida em fevereiro de 2016, expõe a realidade dos descendentes mais jovens de palestinos no Brasil. A maioria dos filhos e netos de palestinos integrantes\simpatizantes da FEPAL são seculares e absolutamente assimilados à sociedade, costumes e cultura brasileira. Muitos não sabem falar árabe e sequer conhecem os territórios palestinos ocupados. Para eles o grupo islamita *Hamas* parece absolutamente distante à realidade urbana, moderna e cosmopolita da cidade de São Paulo.

O problema do *Hamas* apontado pela maioria dos entrevistados é o fato de o grupo islamita não aceitar a autoridade da OLP. As ações do *Hamas* não permitem que o grupo se integre ao movimento de libertação nacional da Palestina, representado pela OLP, que a partir do ano de 2010 optou pelo movimento de resistência com manifestações massivas, semelhante ao desempenhado pelo movimento de resistência pacífica nas aldeias de *Bi'lin* e *Ni'lin* na Cisjordânia, e, por intermédio da diplomacia exercida nos foros internacionais.

A distância entre o *Fatah* e o *Hamas* também foi percebido pelo então ministro de relações exteriores, Celso Amorim (2015, p. 242), em sua segunda viagem à Palestina durante o segundo mandato do presidente Lula, em 2009, no momento em que se encontrou pessoalmente com o primeiro-ministro, Fayyad Salam, e com o ministro de exterior, Riad Malki em virtude das conversas sobre um possível acordo de unidade nacional palestina após a Operação *Cast Lead* (2008-2009) na Faixa de Gaza. Apesar de ambas as autoridades serem muito críticas às ações de Israel nos territórios palestinos, tampouco pareciam estar inclinados a um diálogo com o *Hamas*, definido por eles como “um braço da Irmandade Muçulmana, incrustado na Palestina”. Ainda na mesma ocasião, ao encontrar o presidente da Autoridade palestina, Mahmoud Abbas, Celso Amorim (2015, p. 274) foi surpreendido com um pedido do próprio Abu Mazen para que o presidente Lula convencesse o regime iraniano a deixar de apoiar ativamente o *Hamas*. O pedido de Abbas fazia alusão aos acordos entre Brasil, Turquia e Irã para o encaminhamento positivo do programa nuclear iraniano, conforme será melhor analisado no capítulo 4 desta dissertação. A desaprovação do apoio de Teerã ao *Hamas* por parte da Autoridade palestina comprovava o grande desagrado da maioria dos palestinos com as ações do *Hamas*, tendentes a prejudicar o andamento do processo de paz na região. O pedido de Abbas demonstrava o quanto que a possibilidade de união entre as duas facções palestinas ainda estava longe de ser concretizado.

De um modo geral, os integrantes e simpatizantes da FEPAL são bastante distantes ideologicamente dos projetos e discursos fundamentalistas do *Hamas*. As notícias que versam sobre a violência extrema contra os militantes da *Al-Fatah* desde a vitória do *Hamas* nas eleições parlamentares da Palestina em 2006 e as recentes práticas persecutórias aos cristãos na Faixa de Gaza, como os ataques às Igrejas e às escolas cristãs geralmente são recebidas com muita preocupação pela diáspora palestina de São Paulo, receosa pela imagem do movimento nacional palestino ficar associada ao fanatismo e ao fundamentalismo do *Hamas*. Em julho de 2012, centenas de palestinos protestaram em

frente à uma igreja em Gaza em clamor ao retorno de alguns membros da comunidade cristã que, segundo eles, havia sido sequestrados por “islamistas proselitistas”, e forçados a se converterem ao Islã.⁷⁵ Nesse mesma ocasião, algumas famílias cristãs de Gaza reclamavam que viviam sendo pressionadas por colegas de trabalho e nas Universidades a se converterem à religião islâmica. Ainda nesse mesmo ano, houve muitas denúncias sobre a imposição do uso do *hijab* (véu islâmico) entre as mulheres e pela adoção de práticas segregacionistas entre os gêneros nas dependências das escolas e Universidades da Faixa de Gaza. As notícias frequentemente causam constrangimento entre os palestinos cristãos e muçulmanos da diáspora em São Paulo.⁷⁶

As ações militares do *Hamas* contra Israel, como o lançamento de foguetes *Qassam* e os ataques suicidas nas cidades israelenses, desde antes da segunda *Intifada* também são repudiados pela maioria dos integrantes e simpatizantes da FEPAL, pois além de causar uma deformação na imagem da resistência nacional palestina, geram inúmeras dificuldades para os acordos de paz na região, além de contribuir para o atraso do reconhecimento de um Estado palestino soberano, secular e democrático nas fronteiras anteriores a junho de 1967, conforme é defendido oficialmente pela Autoridade palestina. Por outro lado, diante do aumento da ocupação territorial através da construção de assentamentos na Cisjordânia após os Acordos de Paz de Oslo, é possível depararmos com depoimentos que contradizem as diretrizes da OLP e da FEPAL. Jamile Abdel Latif, ao ser questionada sobre o *Hamas*, afirmou categoricamente:

“A questão que me vem é o seguinte: Qual é a opção que Israel nos deixa? Eu vou repetir a frase do pai do soldado sequestrado, esqueci o nome do soldado ... O Shalit! A frase dele: O que o senhor faria se fosse palestino? Ele disse: "eu seria do *Hamas* e iria sequestrar soldados israelenses" (...). Eu vou ser muito franca, é assim, não existe, de fato, historicamente, até hoje, um movimento, de fato, pacífico que tenha acontecido alguma libertação, é triste falar isso mas é verdade. Falar que a Índia de Gandhi obteve resultado, você vai dizer o que a Inglaterra fez, a divisão foi algo positivo, não! Nem Gandhi se sentia vitorioso ...”

⁷⁵ AL-MUGHRABI, Nidal. *Gaza Christians sense pressure to convert to Islam*. Reuters, 26 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-palestinians-christians-conversion-idUSBRE86P0J420120726>. Acessado no dia 15 de fevereiro de 2016.

⁷⁶ OTHMAN, Orouba. *Hamas Law Threatens Christian Schools in Gaza*. Alakhbar English, June 20, 2013. Disponível em: <http://english.al-akhbar.com/node/16186>. Acessado no dia 15 de fevereiro de 2016.

Apesar de ser parte integrante da FEPAL, Jamile Abdel Latif demonstra ceticismo frente às iniciativas e ao modo como a FEPAL e a Autoridade palestina compreendem o conflito Israel-Palestina. De acordo com o seu depoimento, os movimentos de resistência pacífica na Palestina infelizmente não apresentaram resultados concretos no que cerne o fim da ocupação dos territórios ocupados e a proclamação de um Estado palestino independente. Ao contrário, a proliferação dos assentamentos israelenses continua mesmo após as tentativas de acordos de paz e diante da existência de manifestações não violentas na Palestina. Desse modo, predomina-se uma divisão de opiniões entre os integrantes e simpatizantes da FEPAL ao referir-se às ações armadas do *Hamas* contra israel. Existem aqueles que repudiam as ações armadas do *Hamas* por as considerarem prejudiciais à imagem da resistência palestina e do povo palestino em âmbito internacional e por desrespeitarem as diretrizes da Autoridade palestina. Por outro lado, atualmente, existem aqueles que, como a Jamile Abdel Latif, sentem-se bastante pessimistas com relação às iniciativas e discursos da Autoridade palestina diante do aumento da ocupação e da violência na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Para eles, as ações do *Hamas* geram visibilidade à causa palestina, servem, acima de tudo, para “chamar a atenção do mundo” para a ocupação da Palestina e para a violação dos direitos humanos básicos do povo palestino, portanto não devem ser completamente repudiados. Ao contrário das práticas e discursos islamistas tendentes a cercear a liberdade de expressão da população palestina, principalmente entre as mulheres, os cristãos e a juventude da Faixa de Gaza.

CAPÍTULO 3

TERRA NATAL E DIÁSPORA BRASILEIRA

TERRA NATAL E DIÁSPORA BRASILEIRA

“Registra-me:

Sou árabe

Trabalho com meus companheiros de luta em uma pedreira

Tenho oito filhos

Arranco pedras

O pão, as roupas, os cadernos

E não venho mendigar em tua porta

E não me dobro

Diante das lajes de teu umbral

Acaso te irrita?”

(*Carteira de Identidade*, Mahmoud Darwish)

Quando pensamos em uma questão normalmente nos referimos àquilo que é incerto e instável, um problema que se pretende resolver, solucionar. O uso da palavra “questão” em associação à Palestina certamente traduz estes significados. O mesmo aconteceu com o povo judeus no século XIX e XX: A questão Judaica debatida pelos gentios e pelos judeus foi considerado um problema de difícil solução.

A Palestina continua até os dias de hoje como objeto de infindáveis debates, isso ocorre muito devidamente à Palestina não ser considerada fisicamente um Estado, mas uma experiência política e humana, resultante da existência de milhões de árabes cristãos e muçulmanos que se apresentam pelo mundo como palestinos.

A questão da Palestina apareceu pela primeira vez na pauta da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974, com a presença controversa do líder Yasser Arafat e, em diversas ocasiões a questão da Palestina tem sido associada à problemas. De acordo com Edward Said (2012, p. 08), ‘eles não vão embora como deveriam, não aceitam o destino de outros refugiados (que aparentemente se resignaram a ser refugiados e estão satisfeitos desse modo) e causam problemas’. A Palestina e os palestinos tornaram-se uma questão nacional mais intensa após uma decisão exclusivamente europeia de recuperar a Palestina

para os judeus. E, a partir de então, a realidade palestina continua sendo construída como um ato de resistência contra uma forma de colonialismo estrangeiro.

A Palestina antes da ocupação territorial era uma região formada por uma maioria de muçulmanos sunitas que conviviam com uma minoria formada por cristãos, drusos, judeus e muçulmanos xiitas, todos os habitantes falavam o idioma árabe. De acordo com a obra *A Questão da Palestina*, de Edward Said (2012), estima-se que cerca de 65% dos palestinos viviam em regiões agrícolas e o restante habitavam as grandes cidades como Nablus, Jerusalém, Nazaré, Acre, Jaffa, Jericó, Ramallah, Hebron e Haifa. Após a decisão pela partilha da Palestina, foi desencadeada uma guerra que resultou na expropriação e no deslocamento de cerca de 780 mil palestinos em 1948 rumo, em sua maioria, aos países árabes vizinhos como Jordânia, Egito, Síria e Líbano. Os palestinos que permaneceram na Palestina foram submetidos aos Regulamentos para a Defesa em caso de Emergência, concebidos anteriormente durante o Mandato britânico. E, muito embora o direito de retorno seja reconhecido em todo o mundo, as autoridades israelenses criaram uma legislação que declarara as terras dos palestinos como propriedade abandonada e passível de desapropriação por parte do Fundo Nacional Judaico. Ainda, a promulgação da Lei do Retorno passou a instituir que todos os judeus do mundo têm o direito de reclamar cidadania em Israel. A lei do Retorno, obviamente produz conflitos e é vista como discriminatória.

A colonização da Palestina e o deslocamento da população nativa contribuiu para que a imagem de Israel se tornasse absolutamente negativa. Antes mesmo de se instalarem na Palestina muitos sionistas acreditavam na possibilidade de que os nativos não estivessem na região, alguns colonos chegaram a divulgar que o território estaria desabitado. Entretanto e, ainda de acordo com Said (2012), algumas atrocidades como o massacre de 250 civis palestinos em *Deir Yassin* em abril de 1948 produziram efeito contrário, a região era de fato povoada. Os que sobreviveram fugiram apavorados e tornaram-se refugiados. Após 1948 os palestinos remanescentes passaram a ser denominados juridicamente como “não judeus” e os que partiram obtiveram novas identidades: árabes, europeias e americanas.

Mais tarde, após 1967 desencadeou-se mais violência na Cisjordânia, nas Colinas de Golan, no Sinai e na Faixa de Gaza que provocaram uma nova onda de deslocamento palestino. A guerra dos Seis Dias iniciou-se no momento em que a força aérea israelense atingiu preventivamente as bases aéreas egípcias no Sinai, pois havia suspeitas de que o

Egito se preparava para uma guerra contra Israel. Como consequência do conflito armado foram ocupadas a Faixa de Gaza; as colinas de Golan, no sul da Síria; o norte do Sinai, no Egito, Jerusalém Oriental e a Cisjordânia. A guerra da 1967 também provocou um aumento expressivo do número de refugiados palestinos notadamente na Jordânia, Síria e Egito. O povo palestino se encontra hoje espalhado pelo mundo, em Israel, Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jordânia, Líbano, nos Estados do Golfo Pérsico, Síria, Egito, Líbia, Iraque e, em menor quantidade na Europa e nas Américas do Norte e Sul.

3.1 A IDENTIDADE E AS DIVISÕES DA COMUNIDADE PALESTINA NO MUNDO ÁRABE

A identidade palestina é expressada de modos bastante diversos e, em muitos casos, conflitantes. Em algumas ocasiões a ideologia palestina é identificada pela lealdade ao povo palestino, em outras, por influência “arabista” e “islamista”. Por outra parte, de acordo com o professor do Departamento de História da Universidade de Columbia, Rashid Khalidi (2010, p. 93), foi a partir da presença de “outros” na Palestina, mais precisamente, dos imigrantes europeus e, principalmente dos contingentes cada vez maiores de colonos judeus nas primeiras décadas do século XX, com o objetivo de estabelecer um Estado judaico nessa região, que a expressão da identidade palestina foi enfim reafirmada.

Muitas famílias palestinas migraram antes da fundação do Estado de Israel e da *Nakba*, em uma conjuntura em que a resistência nacional palestina já estava sendo formada. Foi entre 1908 e 1914 que o movimento de resistência armada palestina, liderado por Ruhi al-Khalid e Sa'id al Hussayni foi documentado por inúmeros artigos jornalísticos da imprensa árabe e palestina, sobretudo por meio do jornal *Filastin* e *Al Karmil*⁷⁷.

⁷⁷ Na página 106 da obra *Palestinian Identity* de Rashid Khalidi é mencionado que, em meados da década de 1930, os movimentos armados palestinos eram descritos como a resistência heroica (*muqawama*) frente aos imigrantes estrangeiros. “Both the peasant headdress (the *Kaffiyya*) and the term “resistance” were picked up by these later movements as symbolic of their continuity with these first armed opponents of Zionist settlement in Palestine”.

Outra questão bastante recorrente na imprensa árabe e palestina era a venda desenfreada de terras palestinas aos “forasteiros sionistas”. Foi no jornal *Filastin* que, por diversas ocasiões, Segundo Khalidi (2010, p. 145):

Essas outras questões passaram a estar conectados ao sionismo, quer em termos de patriotismo local, que gerou muito da preocupação dos editores pela educação das questões de identidade religiosa e nacional que foram criados pela luta dentro da igreja ortodoxa, ou o problema da pobreza rural com seu vínculo inevitável com as vendas de terras para o movimento sionista e a consequente desapropriação dos *fellahin*. (tradução livre da autora) ⁷⁸

Os primeiros conflitos durante as primeiras imigrações sionistas na Palestina na década de 1930 contribuíram para que a identidade palestina atingisse um alto grau de complexidade⁷⁹. A complexidade da relação dos palestinos com a “terra natal” é apresentada por uma multiplicidade de identidades, como a islamista, arabista, ao mesmo tempo com uma carga de lealdade a um determinado local, endereço e aldeia. É muito comum, até os dias de hoje, um palestino da diáspora se identificar com a ideologia do pan-arabismo e do nacionalismo palestino simultaneamente como consequência de que durante muitos anos o regime *Baathista* da Síria considerava as regiões compreendidas pela Palestina, Jordânia e Líbano, bem como os seus povos, como parte intrínseca do território sírio. De acordo com a obra *Palestinian Identity – The construction of modern national consciousness*, de Rashid Khalidi (2010), durante as décadas de 1920 e 1930 o partido *Baath* da Síria considerava a Palestina como parte do sul da Síria e um segmento do território árabe.

A ideologia de união dos povos, países e civilizações de língua árabe, vinculado com o nacionalismo árabe e baseado em preceitos seculares e em oposição à ingerência de países ocidentais no Oriente Médio, foi fortalecida mais tarde durante o regime de Gamal Abdel Nasser no Egito. A popularidade do movimento pan-arabista vigorou durante a década de 1950 até a Guerra dos Seis Dias, em 1967⁸⁰. A guerra de junho de

⁷⁸ “These other issues came to be connected to Zionism, whether in terms of the local patriotism which engendered much of the editors’ concern for education the questions of religious and national identity which were raised by the struggle within the Orthodox church, or the problem of rural poverty with its inevitable linkage to land-sales to the Zionist movement and the consequent dispossession of the *fellahin*”.

⁸⁰ Em *Palestinian Identity* (p.163) é citado que, “thus, while *Suriyya al-Janubiyya* printed the words “*biladuna lana*” (our country\ countries are ours) across the masthead of every issue, the slogans are the top of the inside pages on issues ranging from October 1919 to March 1920 were either overtly Arabist (“we live for the Arabs and die for the Arabs”) or expressed general nationalist sentiments (such as “there is no majesty, no glory, no honor and no life except Independence”). By contrast, *al-Sabah* employed the more general – and more ambiguous – “*bilad al – ‘Arab lil – ‘Arab*” (“the Arabs countries are for the Arabs”) on its masthead. While an unexceptionable sentiment in Arab nationalist terms, this slogan also

1967 levou consigo a honra dos Estados devastados no campo de batalhas, mais particularmente no Cairo e em Damasco. Segundo Fouad Ajami (1978, p. 359), nessa ocasião, o presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser já não era mais o mesmo, estava disposto a reaproximar-se com as monarquias saudita e jordaniana, até então rivais do Estado egípcio durante longos anos. Mesmo assim, o enorme carisma de Nasser evitou que a sua liderança perdesse a admiração de seus seguidores.

Por outro lado, o mito do pan-arabismo, “*Umma Arabiyya Wahida Dhat Risala Khalida*” (“Uma nação árabe com uma missão imortal”), perdeu espaço e eloquência, mais precisamente durante o início do governo de Anwar Sadat no Egito (1970 – 1981). Foi no governo posterior a Nasser que o Estado egípcio foi pressionado à negociar e à exercer decisões diplomáticas em caráter individual, assim como os demais Estados nacionais. De acordo com Ajami, as chamadas “razões de Estado” foram substituindo progressivamente o imaginário pan-arabista (AJAMI, 1978, 357).

A diáspora palestina que vivia no Egito também sofreu com os impactos do fim do pan-arabismo. Após o fim da guerra dos Seis Dias, em 1968, o líder palestino Yasser Arafat proclamou o movimento nacional palestino independente, o que, de acordo com a pesquisadora do Centro de Estudos Palestinos da Universidade de Londres, Oroub El-Abed (2009), provocou discursos e práticas xenófobas contra a presença palestina no Egito e na Jordânia. A separação do movimento nacional palestino do pan-arabismo contribuiu para um sentimento de ressentimento no mundo árabe desmoralizado pelas guerras contra Israel. Ideias e observações como “foram os palestinos que venderam suas próprias terras”; “eles (os palestinos) não lutaram o suficiente pelo seu território” ou ainda “deixaram a Palestina muito facilmente”, foram bastante compartilhados entre grandes parcelas da sociedade árabe e por parte de alguns expoentes da diáspora (KHALIDI, 2010, p. 191). Ibrahim Abu-Lughod, professor palestino e fundador do Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Northwestern, em Illinois nos Estados Unidos, em uma entrevista em Beirute, no Líbano, afirmou ter ouvido as seguintes palavras quando ainda vivia como refugiado na Jordânia: “Todos vocês são chulos, filhos da puta. Vocês devem

represented a tacit adjustment to the new realities of 1921, with its implicit recognition that there are many Arab countries”.

vender suas terras para os judeus. Todos vocês colaboraram” (JOHNSON & SHEHADEH, 2013, p. 51)⁸¹.

Se os palestinos ao redor do mundo ainda não estavam completamente certos quanto à sua própria identidade antes de 1948, foi a partir das experiências de deslocamento e de exílio que passaram a ter certeza da sua singularidade enquanto minoria nacional: eles eram de fato palestinos. (KHALIDI, 2010, p. 194). O surgimento de diásporas palestinas que compartilhavam os mesmos traumas de 1948 gradativamente fomentaram o surgimento de uma narrativa comum sobre acontecimentos históricos determinantes como a *Nakba*, a guerra dos Seis Dias e as *Intifadas* (1987 e 2000). A importância de uma “história oficial” palestina, capaz de ser transmitida dentro do sistema educacional, na imprensa nacional e internacional, nos museus e nas mais diversas manifestações culturais, tornou-se imprescindível e, de fato, se transformou em realidade. Um grande passo nessa direção foi a criação, em meados de 1960, da estação de rádio *Sawt Filastin* (“A Voz da Palestina”), veículo capaz de transmitir a história oficial palestina resultante da memória coletiva (KHALIDI, 2010, p. 200).

Contudo, as divisões internas da comunidade palestina dificultaram uma narrativa palestina unificada. A essa altura, muitos palestinos estavam sendo perseguidos no mundo árabe em decorrência do engajamento em organizações de luta armada, especialmente no Líbano e na Jordânia. Particularmente no Líbano, de modo distinto aos Estados pan-arabistas, as divisões da sociedade libanesa dificultaram a aceitação da ideologia de supremacia árabe, sobretudo por parte dos cristãos maronitas. Em 1970, a sede da OLP foi instalada no Líbano, após a expulsão em massa de palestinos da Jordânia em decorrência do episódio conhecido como “Setembro Negro”, momento em que o exército da Jordânia iniciou um confronto aberto contra as organizações de guerrilha da OLP. De acordo com Helena Cobban (1998, p. 49), as perseguições aos palestinos visou a retomada do controle da Jordânia pela monarquia Hashemita, em um período que se estende de setembro de 1970 à julho de 1971. Nessa ocasião, algumas lideranças da comunidade cristã do Líbano tratavam as ideologias do arabismo e islamismo como sinônimos, ao mesmo tempo que a cristandade era compreendida como parte do Ocidente e portanto sob o ponto de vista de supremacia cultural. Muitos cristãos maronitas passaram a reproduzirem as mesmas ações xenófobas e discriminatórias do Egito e da Jordânia contra

⁸¹ “All of you are pimps, sons of bitches. You should sold your land to the Jews. All of you collaborated”.

os refugiados palestinos a fim de evitar que o Líbano se tornasse um Estado “palestinizado” e demasiadamente radicalizado. Nesse passo, os maronitas romperam drasticamente com o sistema árabe e passaram a aliar-se com Israel contra a presença palestina no seu território.

Os diversos contextos políticos e sociais dos refugiados e da diáspora palestina no mundo árabe, Europa e Américas, refletiram nas diferentes percepções dos palestinos acerca do direito de retorno. De acordo com Edward Said (2012), os palestinos refugiados da *Galileia* ou de *Jaffa* que vivem atualmente em um acampamento no Líbano, na Síria ou na Jordânia pensam em tudo aquilo que perderam quando partiram em 1948 ou depois e, evidentemente, eles querem voltar para a Palestina, de preferência para a sua cidade de origem mesmo que o seu local de origem seja considerado hoje parte do território israelense. A insalubridade dos campos de refugiados, os discursos e práticas discriminatórias contra os palestinos nos países árabes, aliada à proximidade geográfica com a terra natal, faz com que os refugiados palestinos do Oriente Médio sintam-se em conflito permanente com Israel, para eles, o direito de retorno à terra natal é indiscutível e imutável. Por outra parte, os cidadãos árabe-israelenses têm dificuldades em visitar seus familiares e amigos no mundo árabe devido à expedição de passaportes israelenses. Para muitos palestinos refugiados, profundamente envolvidos nas mais diversas organizações nacionalistas do Oriente Médio torna-se praticamente inevitável desconfiar de um compatriota que possivelmente poderia ter se transformado em um agente israelense. Em suma, analisar de maneira sucinta a percepção de toda a comunidade palestina exilada (*Ghurba*) é praticamente impossível, pois depende diretamente do modo como os governos dos países anfitriões compreendem a questão Palestina, da distância geográfica de Israel e da Palestina, da classe social e do nível de trauma sofrido durante os ciclos de violência na Palestina, e de como foram recebidos e se adaptaram às sociedades de acolhimento.

3.2 A OLP – UNIDADES E DIVISÕES

Mesmo diante dos transtornos causados pela fragmentação da comunidade palestina ao redor do mundo, logo no seu início, em 1968, a OLP foi capaz de representar todos os palestinos dos territórios ocupados, dos campos de refugiados e da diáspora,

independentemente do seu compromisso ideológico e da sua classe social. Segundo Said (2012), o choque da guerra de junho de 1967 culminou em um distanciamento da política árabe e, em contrapartida, em um maior compromisso com a resistência e com a unidade do povo palestino. Foi nessa ocasião que os palestinos dos campos de refugiados no mundo árabe passaram a associar-se à grupos de resistência armada de libertação nacional do Vietnã, Argélia e Cuba, algumas facções palestinas passaram a adotar práticas idênticas de guerra de guerrilha das lutas anticolonialistas da América Latina. O distanciamento do passado pan-arabista gerou instabilidades e muitos perigos entre os refugiados palestinos. A presença palestina em diversos contextos passou a ser considerada uma ameaça aos governos e às monarquias árabes.

Segundo Oroub El-Abed (2009, p. 46), o distanciamento da causa palestina no Egito foi decretado pelo surgimento de um *slogan* popular “Egito primeiro” que trouxe consigo uma série de referências na imprensa que refletiam o quanto o Egito e os demais países árabes envolvidos na guerra contra Israel haviam se sacrificado em benefício da causa palestina e o quanto os palestinos haviam respondido com ingratidão, transformando os Estados árabes de acolhimento em um campo de batalha de interesses eminentemente palestinos. Uma campanha anti-Palestina havia sido iniciada, no entanto, o ápice da crise com os palestinos no Egito ocorreu momentos após o assassinato do ministro da cultura do país, Yusif al-Siba‘i, em Nicósia, Cyprus, no dia 01 de fevereiro de 1978. O crime havia sido cometido pela facção palestina de Abu Nidal⁸². A morte de Yusif al Siba‘i decretou uma campanha aberta contra a presença palestina no Egito, de um modo geral, os palestinos, foram considerados os culpados pelo assassinato de al Siba‘i.

“Após o assassinato de al-Siba‘i, os egípcios consideravam os palestinos como judeus [em alusão ao poder econômico palestino percebido], embora nós somos árabes como eles. Um dia, a janela da frente da minha loja foi quebrada. Claro, era um egípcio que fez isso. Por quê? O que eu fiz para eles? Só porque eu sou palestino, como aqueles que mataram al Siba‘i?” (EL-ABED, 2009, p. 47).⁸³

⁸² Abu Nidal, cujo nome verdadeiro é Sabri al-Banna foi fundador do grupo extremista Fatah – Conselho Revolucionário, responsável por cerca de 100 atentados terroristas em 20 países. Nidal aproximou-se do líder Yasser Arafat com quem rompeu, mais tarde, em 1974, por considera-lo muito moderado. Mais pra frente Abu Nidal foi condenado à morte pelas instâncias da OLP pela tentativa de assassinato de Abu Mazen, atual presidente da Autoridade Palestina, considerado uma das lideranças mais importantes e moderadas da OLP.

⁸³ “After the killing of al-Siba‘i, Egyptians considered Palestinians as Jews [an illusion to Palestinian perceived economic power], although we are Arabs like them. One day the front window of my shop was

Ainda de acordo com El-Abed (2009, p. 48), nessa ocasião e na tentativa de justificar a expulsão em massa dos palestinos do Egito, era muito comum ouvir os egípcios reiterarem sobre a culpa palestina pelo seu próprio exílio, pois segundo grandes segmentos da sociedade egípcia, os palestinos haviam “vendido suas próprias terras para os sionistas”. Outros culpavam os palestinos pela piora da economia egípcia, uma vez que era notória e ostensiva a presença de muitas empresas e lojas de grande porte de propriedade palestina dentro dos espaços de comércio localizadas nas grandes cidades do Egito. Uma série de matérias jornalísticas publicadas no *Egyptian Weekly Magazine*, dentre outras, divulgavam dados e números superestimados no intuito de demonstrarem o quanto o terceiro setor egípcio estava tomado por “estrangeiros”, e quanto a sociedade nacional egípcia sofria com a pobreza crescente, miséria e pela falta de empregos no país. (EL-ABED, 2009, p. 48)

As lutas de resistência política e o anonimato em um contexto árabe opressor inspirou o surgimento do famoso poema *Betaqit Hawia* (“Carteira de Identidade”) de Mahmoud Darwish no final da década de 1960. O poema de Darwish deu voz ao árabe-palestino ao ser redigido na forma imperativa *Sajjil!* (Registre!) que é repetido em todas as estrofes:⁸⁴

“Registre!
Sou um árabe
E o meu cartão de identidade
É de número cinquenta mil
Tenho oito filhos
E o nono
Chega no meio do verão
Você vai se zangar?
(...)
Registre!

broken. Of course, It was an Egyptian who did it. Why? What have I done to them? It is only because I am Palestinian, like those who killed al-Siba’i?” (p. 9, Wailey, 24 June 2002).

⁸⁴ De acordo com o professor Dr. Paulo Daniel Elias Farah o poema “Carteira de Identidade”, foi inspirado após o poeta Mahmoud Darwish atravessar um *check in point* israelense no fim da década de 1960. Entretanto, de acordo com Edward Said em *A Questão da Palestina* (p. 179) o poema “Carteira de Identidade” retrata, da mesma forma, a emergência dos palestinos ameaçada pela vida política árabe na década de 1970.

Sou um árabe
 Sem um nome – sem um título
 Resignado em um país
 De um povo enfurecido
 (...)

 Portanto!
 Registre no topo da primeira página:
 Eu não odeio o homem
 Nem usurpo direitos
 Mas, se ficar com fome,
 A carne do usurpador será meu alimento
 Cuidado – cuidado – com minha fome
 E com minha ira!” (SAID, 2012, p. 178)

A presença dos *Fedayin*⁸⁵ foi marcante em alguns cenários no mundo árabe, mais notadamente na Jordânia, a instabilidade causada pela guerrilha palestina em solo estrangeiro resultou na perseguição e no assassinato de guerrilheiros e refugiados palestinos pelos militares jordanianos. Os combatentes palestinos no Líbano e os guerrilheiros na Jordânia provocaram uma certa oscilação na OLP. De acordo com a obra *A Questão da Palestina*, de Edward Said (2012, p. 182), a organização palestina tornou-se profundamente dividida entre aqueles que tendiam a uma direção revolucionária (libertação) e outros que compreendiam o movimento nacional palestino dentro de um modelo de Estado árabe (soberania nacional). O resultado imediato dessa situação paradoxal dentro da OLP foi que a organização passou a abrigar o *Al-Fatah*, a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), a Frente Popular Democrática pela Libertação da Palestina (FPDLP), a *Saiqa* (um grupo patrocinado pela Síria) e outras organizações ainda menores que vinculavam a questão Palestina às lutas anti-imperialistas e de libertação nacional que se recusavam a abandonar a luta armada.

O maior grupo palestino, *Al-Fatah*, liderado por Yasser Arafat, adotava um modelo basicamente Nasserista sem se envolver nas políticas dos Estados árabes hospedeiros. Assim como o ex-presidente egípcio, Arafat era profundamente carismático,

⁸⁵ Os *fedayeen* são guerrilheiros palestinos que atuavam nos territórios palestinos ocupados e em alguns Estados árabes que abrigaram refugiados palestinos em 1948 e em 1967 como Jordânia e o Líbano.

ao mesmo tempo que exercia uma influência centralizadora em torno de seu movimento político. Além disso, o *Al-Fatah* contava com muitos recursos financeiros, que segundo o pesquisador do Centro de Estudos da Ásia da Universidade Jawarhalal Nehru, na Índia, Subhash Singh (2015, p. 138), advinham de doações de muitos palestinos da diáspora e de Estados apoiadores da causa palestina. Por outro lado, alguns métodos ilegais adotados pelos militantes da *Al-Fatah*, na década de 1970, como a prática de cobrança de propina mediante ameaça aos comerciantes libaneses que desejavam transportar suas mercadorias pelos portos e os assaltos à “mão armada” aos estabelecimentos comerciais no Líbano desgastaram a imagem do movimento nacional palestino, muito embora o lucro arrecadado com as atividades ilícitas fosse utilizado na construção de hospitais, orfanatos e escolas voltadas para os refugiados palestinos.

Entretanto e, por lidar diretamente com as massas palestinas, o *Al-Fatah* foi e ainda continua sendo considerado o grupo político palestino com maiores chances de vislumbrar acordos políticos com seus inimigos. E, muito embora o *Al-Fatah* seja o grupo de maior representatividade palestina, desde o início se viu que seus dissidentes políticos possuíam um conhecimento mais crítico da questão Palestina. A Frente Popular acreditava na reconquista da Palestina através de uma revolução, seus adeptos recusavam categoricamente qualquer espécie de acordo político com Israel, com os Estados Unidos e com quaisquer países árabes mais conservadores. A Frente Democrática Popular (FDP) possuía uma tendência marxista-leninista e defendia a libertação de toda a Palestina. As críticas ao *Al-Fatah* normalmente eram dirigidas em termos organizacionais, ideológicos e estratégicos. Assim:

“Qual deve ser exatamente a ligação entre a OLP e a Arábia Saudita ou a Síria? Como agir com relação à Jordânia, que tem maioria palestina? Por que e com que finalidade específica membros da OLP e certas figuras públicas israelenses reuniram-se no outono de 1976? Por que não houve uma condenação ampla de Sadat após sua viagem à Jerusalém? Qual é a visão do *Fatah* da sociedade palestina do futuro? Por que não há determinações claras do *Fatah* a respeito do problema do imperialismo, determinações que eliminem de vez qualquer tipo de flerte com os Estados Unidos e seus aliados? Acima de tudo, por quanto tempo os políticos palestinos liderados pelo *Fatah* ainda se contentarão com um pouco aqui, um pouco ali, com um líder dizendo X, outro dizendo Y, com burocracias e slogans cumprindo a função de organização revolucionária e tomada de consciência, com condescendência, em vez de execução do trabalho, com obediência cega aos líderes, em vez de responsabilidade séria?”. (SAID, 2012, p. 185)

Os questionamentos provenientes dos grupos opositores ao *Fatah* ainda não tinham sido capazes de apresentarem as diferenças de classes entre os palestinos, situação

que poderia leva-los a uma profunda sectarização. Uma parcela significativa da população palestina era miserável e uma minoria não desprezível de palestinos bem educados, haviam prosperado na diáspora, principalmente na Europa e nas Américas. Essa contradição tendia a agravar a unidade palestina, sobretudo no que se refere ao conflito entre os ideais das instituições mais ou menos conservadoras. Ainda, existia o perigo que Edward Said (2012, p. 190) denominou de “aburguesamento dos palestinos”, capaz de acentuar o distanciamento e as divisões da comunidade palestina. Ficou claro que o sucesso no exílio produzia uma visão retrógrada do futuro da questão da Palestina.

Todas essas divisões da comunidade palestina aliada às derrotas catastróficas, sobretudo em 1967, ajudaram o movimento nacional palestino a perceber que não poderia mais enfrentar Israel pelas armas. De acordo com Edward Said (2012, p. 192), o acordo político tornou-se a nova ordem do dia. Após a reunião do Conselho Nacional Palestino em 1974, a maioria dos palestinos decidiram pela solução de dois Estados. O que foi determinante para essa decisão foram os resultados nas eleições municipais na Faixa de Gaza e na Cisjordânia onde a OLP era detentora de um grande apoio popular. Foi nesse mesmo ano que mais de uma centena de países reconheceram a OLP na Organização das Nações Unidas.

3.3. O BRASIL COMO ESPELHO

No Brasil, as divisões na comunidade palestina se acentuaram após os Acordos de Paz de Oslo, em 1993. Enquanto a FEPAL diminuía seu quadro de integrantes\simpatizantes, o *Hamas* ganhava adeptos entre muitos palestinos e simpatizantes brasileiros. Mesmo diante do aumento da quantidade de simpatizantes do *Hamas*, muitos palestinos e descendentes, sobretudo dentro das Universidades de São Paulo, se sentiam sem uma referência política palestina que efetivamente pudesse identifica-los no Brasil. Consequentemente, em 2007 foi fundado o Movimento Palestina para Todos (MOPAT), um movimento laico e independente de partidos políticos brasileiros e palestinos em São Paulo. A criação do MOPAT supriu a necessidade de um grupo de palestinos e descendentes que já não se identificam com as ações e discursos da FEPAL, ao mesmo tempo que não se sentiam completamente próximos do *Hamas*. De

acordo com a página desse movimento no *Facebook*,⁸⁶ a maioria dos integrantes e simpatizantes do MOPAT são estudantes palestinos e brasileiros filiados a partidos políticos de extrema-esquerda brasileira, como o PSTU e o PSOL, e que defendem a solução de um Estado único na Palestina. Seus integrantes e simpatizantes normalmente realizam atividades dentro das Universidades em São Paulo com o intuito de apoiar a implementação da campanha internacional de Boicote, Desinvestimentos e Sanções (BDS) contra Israel. Em muitas ocasiões, endossaram campanhas contra convênios e parcerias universitárias envolvendo algumas Universidades brasileiras e as Universidades israelenses, como foi o caso do Instituto de Ciências Matemáticas da Universidade de São Paulo (USP), campus São Carlos, que estabeleceu um convênio em 2010 com a Universidade Ariel, intitulada oficialmente “Centro Universitário Ariel da Samária”, uma instituição de ensino superior de colonos israelenses, situada na Cisjordânia, com vigência de 5 anos.⁸⁷ Foi em fevereiro de 2012 que o MOPAT em conjunto com a Frente Palestina da USP realizaram muitas manifestações dentro do campus de São Paulo a fim de pressionar a USP a abandonar o convênio acadêmico com uma instituição localizada em um território ocupado ilegalmente pelo exército israelense.

A principal bandeira do MOPAT, no entanto, é pressionar a sociedade civil e os movimentos sociais brasileiros em direção ao cancelamento efetivo do Tratado de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Estado de Israel firmado desde o ano 2010, com o objetivo de reforçar as relações econômicas e os investimentos bilaterais no que se refere à cooperação acadêmica e tecnológica. Ainda de acordo com a página do MOPAT no *Facebook*, o Tratado envolvendo o MERCOSUL e Israel prevê a comercialização de produtos israelenses, de um modo geral, o que inclui produtos produzidos nos assentamentos israelenses localizados na Cisjordânia, com vantagens e tarifas reduzidas, o que ajudaria a legitimar a ocupação ilegal dos territórios palestinos por parte do Estado brasileiro⁸⁸. Em outubro de 2011 foi realizado um ato em defesa do BDS na faculdade de Direito da USP. O evento apresentou o plano de BDS “com uma rodada de mesas com

⁸⁶ Página do Movimento Palestina para Todos (MOPAT) no *Facebook*, disponível em: <https://www.facebook.com/movimentopalestinaparatodos/?fref=ts>. Acessado no dia 29 de agosto de 2016.

⁸⁷ AVELAR, Idelber. *USP – Ariel: As minutas de uma afronta ao direito internacional*. Revista Fórum, disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/02/29/usp-ariel-as-minutas-de-uma-afronta-ao-direito-internacional/>. Acessado no dia 29 de agosto de 2016.

convidados que discutiram a importância da campanha, além de debater questões sobre as relações militares e comerciais entre Brasil e Israel”⁸⁹.

O Tratado de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Estado de Israel, firmado no ano de 2010, em plena vigência do governo Lula, contribuiu para que a maioria dos integrantes e simpatizantes do MOPAT reafirmassem um posicionamento bastante crítico frente à política externa brasileira com relação à Palestina durante os dois mandatos do presidente Lula (2003-2006 e 2007-2010) e, da mesma forma, durante o governo de Dilma Rousseff. A maioria considera o discurso e ações do Partido dos Trabalhadores (PT) com relação à Palestina absolutamente insuficientes e com graus de demagogia. Essa mesma percepção negativa foi estendida ao atual presidente da Autoridade palestina, Mahmoud Abbas e à FEPAL.

Por não obter apoio efetivo dos partidos políticos da base governista do Brasil, como o PT e o PC do B, as atividades e as manifestações de rua patrocinadas exclusivamente pelo MOPAT geralmente são mais esvaziadas quando comparadas às atividades da FEPAL.



Figura 35 – O Movimento Palestina para Todos (MOPAT) surge no ano de 2007, em um contexto de crise de legitimidade da Autoridade palestina após os fracassos dos Acordos de Paz de Oslo.

⁸⁹ *Campanha de boicotes à Israel ganha força*. Portal de notícias da Federação Nacional dos Petroleiros, disponível em: <http://fnpetroleiros.org.br/?p=397>. Acessado no dia 29 de agosto de 2016.



Figura 36 – Passeata rumo ao consulado de Israel, em novembro de 2015, na cidade de São Paulo. De um modo geral, as manifestações organizadas pelo MOPAT atraem jovens simpatizantes da Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) e, do mesmo modo, alguns muçulmanos frequentadores da Mesquita sunita mais simpáticos ao *Hamas*. (Acervo de Mohamad El-Kadri).

Muito embora as atividades do MOPAT tenha pouca adesão por parte da sociedade brasileira, devido ao pouco apoio público dos partidos políticos apoiadores, ou pelo fato dos discursos nessas manifestações serem proferidos em língua árabe, de modo a causar estranheza à sociedade brasileira, as atividades, ações e projetos do MOPAT adquiriram, com o passar do tempo, uma maior visibilidade, sobretudo quando compararmos às atividades da FEPAL. Essa singularidade ocorre principalmente tendo em vista a presença marcante dos integrantes e simpatizantes do MOPAT dentro das mais tradicionais Universidades de São Paulo, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), o que de certo modo, facilitou a adesão de alguns membros do corpo docente e discente ao discurso do MOPAT, deixando a FEPAL em um estado de anonimato entre os estudantes de São Paulo.

CAPÍTULO 4

A FEPAL E O GOVERNO LULA – PROXIMIDADE E VISIBILIDADE (2003-2010)

A FEPAL E O GOVERNO LULA – PROXIMIDADE E VISIBILIDADE (2003 – 2010)

“A posição brasileira foi uma das mais avançadas do mundo e contribuiu em busca da conquista de mais espaço no mundo inteiro porque se firmou num ponto fundamental que é a questão da justiça. E pra isso foram feitos trabalhos conscientes tanto no Brasil como na Palestina de solidariedade efetiva concreta! E aí foi que o mundo acabou reconhecendo as fronteiras do Estado palestino de 67, o reconhecimento ao direito do retorno e da capital de Jerusalém Oriental e que isso hoje é pacífico para todo o mundo.”

Ali El-Khatib

Desde que a Palestina passou a ser mencionada nos discursos do presidente Lula e de seu ministro das relações exteriores, Celso Amorim, muitos imigrantes árabes, palestinos e descendentes, como Ali El-Khatib, passaram a avaliar a política de relações internacionais do Brasil entre 2003 e 2010 de modo exagerado. A visibilidade da questão da Palestina adquirida durante esse período, foi fundamental para que os palestinos da FEPAL passassem a distorcer a importância do Brasil nas relações internacionais durante o governo Lula.

A existência de instituições, organizações nacionalistas e grupos de pressão da diáspora palestina no Brasil está diretamente relacionada à identificação entre a causa palestina e os problemas sociais brasileiros. A identidade da diáspora palestina não se resume tão somente a uma narrativa advinda de uma memória coletiva, mas de uma realidade política comum no Brasil e na Palestina.

De acordo com William Safran (2007, p. 160), as condições de assimilação e de envolvimento no movimento político nacional estão intrinsecamente associadas aos contextos políticos de regimes autoritários e democráticos. No caso de regimes autoritários como as monarquias e as ditaduras, a realidade permeada pela carência de liberdades individuais pode impedir as manifestações políticas da diáspora palestina, levando ao seu enfraquecimento até o desaparecimento completo, essa situação ocorre na Arábia Saudita, no Qatar e nos Emirados Árabes. Por outro lado, em algumas realidades se observa que quanto maior a opressão, maior é o engajamento político pela expressão da identidade palestina conforme os casos do Líbano, da Jordânia e do Egito. Evidentemente, a maior parte das diásporas palestinas existem ou se estabelecem em países democráticos porque são considerados preferidos sob o ponto de vista político e

econômico. Contudo, os regimes democráticos podem contribuir para um efeito contrário, caso o modelo de política internacional adotada no país de exílio não for considerado completamente livre e independente. Nesse caso, os interesses das minorias étnicas e da diáspora reascendem com força em resposta às políticas internacionais adotadas pelo governo do país hospedeiro que sejam contrários às pretensões dos movimentos nacionalistas, como ocorre nos Estados Unidos e na Alemanha.

O aumento e a persistência da afirmação nacional palestina está relacionada diretamente às políticas internas do país hospedeiro. Muitas das políticas adotadas no Brasil são consideradas inclusivas e, ao longo do tempo, ajudaram as minorias nacionais e religiosas a atingirem um patamar de igualdade na sociedade brasileira. Tais avanços políticos, em certa medida, contribuíram para a diminuição da intensidade das afirmações étnicas e culturais da diáspora palestina e, na mesma medida, propiciaram a assimilação dos palestinos à sociedade e à cultura brasileiras. Segundo Safran (2007, p. 162), as organizações institucionais de uma minoria étnica ou religiosa requerem um elevado número de pessoas e uma elite étnica capaz de dar continuidade à diáspora. Esse tipo de engajamento político somente é possível nos regimes democráticos, pois permitem a existência de grupos sociais e, em alguns casos, até podem fornecer subsídios públicos para instituições e grupos de pressão capazes de influenciar a política internacional do país de exílio. Nesse contexto, os imigrantes tornam-se gradualmente habituados com o país hospedeiro que passam a considerarem o “lar distante do lar”, ou seja, uma “segunda casa”. Esse é o caso da diáspora judaica nos Estados Unidos e na maioria dos países nos quais, atualmente, existem comunidades judaicas, e dos palestinos no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 e a partir do ano 2003, durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010).

4.1. A APROXIMAÇÃO DO BRASIL NO MUNDO ÁRABE

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a política externa brasileira acompanhava os votos dos Estados Unidos na ONU. Tanto que a presidência do chanceler Osvaldo Aranha na Assembleia Geral da ONU em 1947, que aprovou o Plano de Partilha da Palestina (Resolução 181 de 1947) e permitiu a criação do Estado de Israel no Oriente Médio, perdura até hoje na memória coletiva da comunidade judaica brasileira e de

muitos israelenses. “Em Israel, ao menos três ruas – em *Beer-Sheva*, *Ramat-Gan* e *Tel Aviv* -, e uma praça em Jerusalém têm o nome de Osvaldo Aranha” (SANTOS, 2015, p. 192).

Foi somente em meados dos anos de 1970 que as tendências da política externa brasileira foram modificadas. As mudanças estavam diretamente atreladas a questões estruturais internacionais, à crise do petróleo seguida pela guerra do *Yom Kippur* em 1973. Essa última ofensiva, particularmente, foi determinante para que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ameaçasse interromper a exportação do insumo aos países que haviam apoiado Israel na guerra do *Yom Kippur*. A necessidade de importação do petróleo em pleno “Milagre Econômico” do Brasil contribuiu para que o governo brasileiro passasse a defender o direito palestino à autodeterminação com muito mais vigor. A realidade da crise do petróleo, exigia por parte da diplomacia brasileira respostas pragmáticas.

Como lembra a professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Norma Breda Santos (2000, p. 51), em meio à crise e, com déficit na balança comercial, o Brasil promove sua primeira ação pragmática: fura o boicote internacional contra o Iraque, de modo a autorizar a *Petrobras* a importar petróleo iraquiano. O choque do petróleo de 1973 ocasionou um aumento vertiginoso do preço do barril do petróleo, que passou de US\$ 3 para US\$ 12. Nesse ínterim, o Iraque tinha dinheiro e determinação suficientes para investir no projeto de modernização do Brasil. Vale a pena ressaltar que os tratados e acordos com o Iraque não poderiam ser considerados fato corriqueiro, pois tratava-se, acima de tudo, de um Estado não alinhado ao sistema internacional, que detinha como inimigos declarados os Estados Unidos e o sionismo. Por outro lado, a “opção iraquiana” era considerada a melhor alternativa para o Brasil, pois além do fornecimento de petróleo, o Iraque necessitava importar praticamente tudo, de alimentos, manufaturados, até prestação de serviços diversos. De acordo com o pesquisador em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Seme Taleb Fares (2007, p. 133), até meados da década de 1980, setores expressivos da sociedade brasileira consideravam as relações Brasil-Iraque muito bem sucedidas.

No governo Geisel foi adotada uma nova atuação diplomática: os alinhamentos automáticos com os principais países ocidentais foram rejeitados e houve um estímulo em direção ao nacionalismo brasileiro, por intermédio do aprimoramento da economia nacional. Isto ocasionou a implementação da multilateralização da política externa, em

pleno contexto bipolar da Guerra Fria. A diplomacia do chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira demarcou posições independentes para o país, sem a preocupação por satisfazer as pressões das superpotências dominantes. O que implicaria, mais tarde, em mudanças de posições com o mundo árabe, reafirmado inclusive no seu primeiro discurso, em 15 de março de 1974, a qual já anunciava as posições do universalismo na política externa brasileira, com a provável aproximação com a África, Oriente Médio, Ásia e Europa (SANTOS, 2000, p. 32).

Foi com relação ao Oriente Médio que a política diplomática pragmática do governo Geisel foi utilizada de maneira a intensificar a “Diplomacia do Interesse Nacional”, anterior ao seu governo. A principal meta, por sua vez, seria impulsionar o projeto desenvolvimentista com o crescimento do comércio com os países árabes, viabilizando assim a consecução do II Plano de Desenvolvimento, lançado pelo general Geisel, em setembro de 1974.

Nesse passo, o discurso diplomático brasileiro passou a mencionar a questão Palestina, dentro do contexto do conflito no Oriente Médio. Isto impulsionou que no dia 10 de novembro de 1975 fosse encaminhado pelo embaixador Sérgio Correia da Costa, chefe da delegação do Brasil nas Nações Unidas, o voto a favor de um projeto de resolução da Assembleia Geral que, em seu conteúdo, declarava o sionismo uma forma de racismo e de discriminação racial, considerando-o historicamente esgotado (SANTANA, 2006, p. 168). O que contribuiu para que, em seguida, a embaixada do Brasil em Israel passasse a ser palco de inúmeras manifestações. Em uma matéria, intitulada *Israelenses protestam contra o Brasil*, o jornalista Mário Chimanovitch divulgou, por sua vez, a manifestação de centenas de estudantes em frente à embaixada do Brasil em *Tel Aviv*, a qual tinha sido entregue um manifesto escrito em inglês: “Somos sionistas e temos o direito de viver”⁹⁰.

Foi a partir de 1974 que se expandiu a presença do Brasil nos países árabes, tanto do ponto de vista político como econômico. Diante das relações bem sucedidas entre o Brasil e o Iraque, o chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, em 1979, viu-se obrigado a se defrontar com o chanceler do Iraque, que exigia a abertura do escritório da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Brasília (FARES, 2007, p. 134). Assim, o Brasil

⁹⁰ CHIMANOVITCH, Mário. *Israelenses protestam contra o Brasil*. O Estado de São Paulo, dia 13 de novembro de 1975, p. 22.

foi o segundo país da América Latina, depois de Cuba, a autorizar a instalação de um escritório da OLP em território nacional.

O Brasil voltou a adotar uma política externa com ênfase na soberania nacional, décadas depois, após as eleições presidenciais de 2003. De acordo com Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007, p. 293), a política de aproximação com países do Oriente Médio, durante o governo Lula, marcava uma política externa terceiro-mundista, mais visível no período do “Pragmatismo Responsável”. As mudanças no modelo de relações exteriores registrou um maior interesse pelo mundo árabe e, em especial, pela questão Palestina reproduzidas pelas viagens do então presidente Lula, sempre acompanhado de seu ministro de relações exteriores, Celso Amorim, a diversos países árabes, inclusive àqueles considerados “proibidos” pela imprensa brasileira, como a Síria e a Líbia. O estreitamento político, cultural e comercial com os Estados árabes foi simbolizado através da criação da Cúpula América do Sul – Países Árabes. A ASPA é um órgão que buscou facilitar o diálogo com os interlocutores árabes principalmente pelas pretensões brasileiras na mediação do conflito Israel-Palestina e no apoio ao estabelecimento de um Estado palestino soberano. Ao longo dos dois mandatos do presidente Lula (2003-2006 e 2007-2010), houve, no total, três viagens de representantes do governo brasileiro à Palestina em 2005, 2008 e 2010. Mas, foi somente a última visita à Palestina que contou com a presença física do presidente Lula, as demais viagens foram realizadas pelo ministro de relações exteriores, Celso Amorim.

A ideia da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) surgiu ao longo de uma viagem realizada pelo ministro Celso Amorim a cinco países árabes logo no ano de 2003, entre eles: Egito, Emirados Árabes Unidos, Líbano, Líbia e Síria. A concretização da ASPA aconteceu em 2005, no momento que ocorreu a I Cúpula de Chefes de Estados da América do Sul e dos Países Árabes em Brasília. A partir de então, houve um aumento considerável do fluxo comercial entre o Brasil e os países árabes e o estabelecimento de novas representações brasileiras no Oriente Médio. De acordo com Norma Breda dos Santos (2015, p. 201), foi durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006) que foram criadas três novas embaixadas no Oriente Médio, em Mascate (Omã), em Nicósia (Chipre) e em Doha (Qatar), e três novos consulados, em Istambul (Turquia), em

Ramallah (Palestina) e em Beirute (Líbano), totalizando 67 novos postos diplomáticos. De acordo com o ex-integrante da Associação Cultural *Sanaúd*, Ali El-Khatib, a ASPA obteve resultados bastante promissores e abrangentes entre o Brasil e os países árabes:

“(...) aconteceu em Brasília a Cúpula América do Sul – Países Árabes com a presença dos 12 presidentes da América do Sul e os 22 presidentes e chefes de Estados árabes. E aí, muitos assuntos que eram levantados de uma forma simplista foram concretizados, por exemplo, o Brasil tem 13 milhões de brasileiros de origem árabe, pra ter este número precisa a população completa de 5 pequenos países árabes. Ora, se decidiu então, o Brasil é um país árabe! Foi aí que surgiu um projeto completo, em consequência se estabeleceu maiores relações na área cultural, de turismo e de negócios. Na minha formação acadêmica e de militância, acabei fazendo um projeto ou fundamentando um projeto de turismo, mas na base de economia solidária para o desenvolvimento de negócios dos palestinos na área de turismo, porque é realmente o turismo que, não só na Palestina, no Brasil e no mundo, que se desenvolve 63 setores de toda a economia e, evidentemente, com as peregrinações desde a época de Jesus é que começou essa forma de turismo. Então, isso foi se formulando (...)”.

De acordo com essa visão, o Brasil, como um país detentor de uma expressiva comunidade árabe, entre imigrantes e descendentes, não poderia permanecer com poucas relações políticas, culturais e de comércio com os 22 países árabes espalhados pelo mundo. Segundo o depoimento de Ali El-Khatib, o Brasil tinha o dever de manter relações abrangentes com o mundo árabe, tendo em vista a ampla influência árabe na cultura e na sociedade brasileira. Ainda, como ex-militante da juventude *Sanaúd*, ressaltou a importância do incentivo ao turismo na Palestina como uma forma dos brasileiros conhecerem a história e narrativa palestinas através do ponto de vista palestino.

As inovações do modelo de política externa que aconteceram ao longo do governo Lula foram precedidas por um contexto internacional que já vivia as consequências dos ataques de 11 de setembro de 2001 e da chamada “Guerra contra o Terror” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 295). A posterior invasão do Iraque, em 2003 acarretou trágicas consequências e uma profunda desestabilização do Oriente Médio. A busca por novos aliados foi uma necessidade apresentada pelos países dessa região. Assim, logo no início do primeiro mandato do presidente Lula, a postura de repúdio à ação unilateral norte-americana, contribuiu para que o governo brasileiro classificasse a invasão do Iraque como um verdadeiro desastre. O que certamente reforçou os laços de confiança com os governos e a opinião pública dos países do Oriente Médio.

A retórica do presidente recém eleito foi marcada pela palavra “mudança”, com relação ao seu antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Como consta na edição da BBC Brasil (2016):

“Mudança: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. [...] Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.”⁹¹

Mais adiante, a ideia de uma representação do Brasil em Ramallah, ocorreu quando o presidente Lula e o ministro Celso Amorim estavam no Egito. Ambos teriam sido procurados pelo ministro das relações exteriores da Autoridade Nacional Palestina, Nabil Shaat, que teria feito duas sugestões: “a primeira, que o Brasil criasse uma representação em Ramallah; a segunda, que o Brasil nomeasse um enviado especial para o Oriente Médio” (AMORIM, 2011, p. 185). Os dois pedidos foram prontamente atendidos pelo governo brasileiro pouco meses depois e em abril de 2004 foi designado o embaixador Affonso Celso de Ouro Preto como Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio e, em setembro, foi instalado o Escritório de Representação do Brasil em Ramallah. A nomeação de um Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio não deixa dúvidas acerca do aumento do interesse do governo brasileiro aos assuntos do Oriente Médio, uma vez que não existem embaixadores para regiões e sim para Estados.

Em junho de 2005, durante uma reunião sobre a reconstrução do Iraque, em Bruxelas, o governo brasileiro manifestou-se em prol da intenção em reabrir a embaixada brasileira em Bagdá, fechada desde 1991. Decisão que demarcou, acima de tudo, o distanciamento do modelo de política externa do governo anterior. Ainda, em praticamente todas as Assembleias das Nações Unidas em 2005 foi reafirmado o interesse brasileiro pelos países árabes por intermédio de um acompanhamento atento dos resultados da ASPA.

No ano seguinte, em 2006, o Brasil marcou presença em algumas “Conferências de doadores”, especialmente voltadas para o Líbano e para a Palestina, convocadas pelo

⁹¹ *Lula assume com discurso de mudança e combate à fome*. BBC Brasil, dia 01 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030101_posse.html. Acessado no dia 09 de setembro de 2016.

governo da Suécia. Ainda, de acordo com Celso Amorim (2015, p. 184), houve também muitas negociações entre o MERCOSUL e os países que compõem o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), o que resultou em um aumento expressivo do fluxo de comércio e investimentos entre a América do Sul e o CCG. A proximidade com os países do Golfo também rendeu um importante intercâmbio acadêmico. O resultado concreto do intercâmbio entre intelectuais do Brasil e do CCG foi a inauguração da Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul – Países Árabes (BibliASPA) em São Paulo⁹².⁹³

Ademais, o Brasil também acompanhava “de perto” os conflitos no Oriente Médio. No dia 14 de julho de 2006 em resposta aos ataques do grupo Hezbollah ao território israelense, o governo de Israel bombardeou a região sul de Beirute, os ataques deram início a um conflito armado que durou cerca de um mês. A manifestação do governo brasileiro diante do conflito veio durante uma reunião da Cúpula do MERCOSUL, em Córdoba na Colômbia. Lá o ministro das relações exteriores do Brasil condenou veemente os ataques de Israel no Líbano. O conflito passou a ser motivo de grande preocupação para o governo brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores já tinha o conhecimento da morte de 7 brasileiros no Líbano. O número de vítimas brasileiras foi considerado o maior desde a Segunda Guerra Mundial. A nota do Itamaraty frente à tragédia do Líbano expressou o seguinte:

“Além do drama dos brasileiros (...) há [que considerar] a própria situação do Líbano, cuja fragilidade (...) vem novamente à tona. É difícil saber o que resultará da ofensiva israelense. Além do possível alastramento do conflito – que não parece provável, por falta de apetite dos demais países árabes –, haverá muitas mortes e destruição (...); as divisões internas [do Líbano] poderão se acentuar com o risco de que o país mergulhe de novo em uma guerra civil. Ou isso, ao contrário, o fortalecimento das tendências mais radicais (...). Essas questões, antes algo abstratas e longínquas estão hoje presentes na nossa agenda e nos nossos sentimentos” (AMORIM, 2015, p. 187)

⁹² BibliASPA está localizada na rua Baronesa de Itu, 639 – Santa Cecília – São Paulo – SP. A biblioteca e o centro de pesquisa possui um acervo de obras literárias, de história e de ciências sociais sobre o mundo árabe e a América do Sul para consulta de pesquisadores e do público em geral. A BibliASPA desenvolve cursos de língua; cultura; literatura; história; arqueologia e caligrafia árabe, exposições de arte e fotográficas e publicação/tradução de livros. Para mais informações, o site da biblioteca e centro de pesquisa é o seguinte: <https://bibliaspa.org/>.

⁹³ Foi nesse mesmo período, mais especificamente à partir de dezembro de 2007, após a assinatura do Acordo entre o MERCOSUL e Israel, que houve um aumento do comércio e de investimentos entre Brasil e Israel, em pleno governo Lula. As relações comerciais entre Brasil e Israel foram inclusive consideradas maiores aos dos demais países do MERCOSUL. Mais informações podem ser encontradas no documento sobre as relações comerciais e de cooperação entre Brasil e Israel da embaixada de Israel no Brasil: http://embassies.gov.il/brasil/AboutTheEmbassy/Artigos_e_publicacoes/Documents/Parceria%20Brasil%20Israel%20PDF.pdf. Acessado no dia 21 de março de 2017.

Segundo Celso Amorim, foi durante a guerra do Líbano de 2006 que muitos brasileiros de origem libanesa se tornaram refugiados. A maioria deles se dirigiram rumo à Turquia. Nessa ocasião, haviam sido retirados em torno de 3.000 brasileiros do Líbano, em um operação considerada inédita para a diplomacia brasileira. O ministro Celso Amorim foi pessoalmente à Adana, na Turquia, cidade que abrigava a maioria dos brasileiros que fugiram do Líbano. Durante a visita aos hotéis onde os brasileiros estavam hospedados ouviu de uma senhora que “aquela era a terceira vez que fugia de uma guerra, mas a primeira em que tivera apoio do governo brasileiro”⁹⁴.

Ao retornar ao Brasil, em um encontro entre algumas autoridades do governo brasileiro e representantes da comunidade libanesa do Brasil no clube Monte Líbano, em São Paulo, no dia 26 de setembro de 2006, em discurso, Celso Amorim reafirmou solenemente que: “O Brasil é parte do Líbano e o Líbano é parte do Brasil”. Certamente a proximidade do Brasil com o mundo árabe em termos políticos foi enfim concretizada desde a guerra de 2006, muito embora sob o ponto de vista cultural o Brasil ter assimilado a cultura árabe.

Ao final da solenidade no clube Monte Líbano, Amorim ainda ressaltou não ver “solução para o Oriente Médio sem que se resolva a questão da Palestina”. Com esse propósito, foi salientada a necessidade de uma presença mais assertiva do Brasil nos diálogos pela construção da paz no Líbano e na Palestina. Afinal, em termos numéricos, a população brasileira conta com aproximadamente 20 milhões de imigrantes árabes e descendentes além de uma forte presença da comunidade judaica na composição da população brasileira.

⁹⁴ *Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de encontro com representantes da comunidade libanesa no Clube Monte Líbano*. Ministério das Relações Exteriores, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7883-palavras-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-de-encontro-com-representantes-da-comunidade-libanesa-no-clube-monte-libano>. Acessado no dia 18 de janeiro de 2017.

4.2 LULA, O “HOMEM DA PAZ”

No Brasil, o benefício de viver em paz com os países vizinhos, mesmo em um contexto de guerras, conflitos e perseguições étnicas e religiosas, foi construído através de um árduo trabalho diplomático, que, ao longo de gerações, evitou participar de aventuras agressivas. A natureza pacífica e diplomática do Brasil tornou-se um modelo para os Estados que vivem turbulências perigosas e contribuiu para que o Brasil também pleiteasse ser um porta voz da paz.

A crise da visão unipolar para a solução de conflitos foi gerada após os ataques terroristas em Nova York, no dia 11 de setembro de 2001, exatamente no momento em que os Estados Unidos, uma superpotência, adotou uma concepção ofensiva com o objetivo de “prevenção” contra uma possível ameaça. A invasão do Iraque foi considerada uma expressão militar unipolar capaz de desrespeitar as normas multilaterais previamente estabelecidas pelas Nações Unidas. Foi justamente após o “11 de setembro” que surgiram novos polos de poder na cena internacional, de modo a favorecer a multipolaridade e a integridade entre os atores do sistema internacional. De acordo com Cecília Baeza (2012, p. 121), a América do Sul surge, então, como um polo e uma entidade político-econômica muito importante, simbolizada pela avanço da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e pela ascensão dos encontros entre o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), capazes de aprofundar uma tendência de diluição de novos centros de poder.

De acordo com a obra *Teerã, Ramalá e Doha – Memórias de uma política externa ativa e ativa*, de Celso Amorim (2015), a intenção do Brasil na mediação de acordos para pôr fim ao conflito Israel-Palestina surge em um contexto de crise de legitimidade dos Estados Unidos, após três tentativas de acordos de paz fracassadas. Em 1993, nos Acordos de Paz de Oslo durante o governo Clinton, criou-se uma expectativa de resolução do conflito em um prazo de cinco anos que foi frustrada pelo desencadeamento da segunda *Intifada* em 2000. A segunda tentativa veio mais tarde, em 2007, em um encontro sobre o processo de paz no Oriente Médio, em Annapolis (EUA), durante o governo de George W. Bush, interrompidas com a retirada do *Hamas* das negociações após a Operação israelense na Faixa de Gaza em 2008. A terceira em 2010, sob o comando do presidente

Barack Obama também foi subitamente paralisada devido à aprovação da construção de centenas de assentamentos israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental pelo atual governo israelense.

A crise financeira internacional em 2008 afetou os Estados Unidos de tal modo que abriu espaço às vozes dos Estados emergentes na cena internacional. A situação econômica relativamente confortável do Brasil contribuiu para que o governo fosse mais proativo no âmbito das relações internacionais. Nesse ínterim, o Brasil aparece como uma novidade e uma alternativa viável para o papel de mediador do conflito Israel-Palestina. A campanha do Brasil em Israel e na Palestina havia sido personificada na figura do presidente Lula, um líder popular internacionalmente, ex-sindicalista que ascendeu ao cargo de presidente da república no Brasil. Logo no início de seu primeiro mandato em 2003, havia anunciado dois programas sociais tendentes a amenizar a desigualdade social no Brasil que, mais tarde, foram bastante reconhecidos internacionalmente, o “Fome Zero” e o programa “Bolsa Família”. O primeiro foi criado primordialmente para combater a fome e assegurar a segurança alimentar do povo brasileiro, o segundo trata-se de um programa de transferência de renda a fim de erradicar a miséria e\ou pobreza extrema. O programa Bolsa Família, particularmente, é considerado um dos principais programas de combate à pobreza no mundo, e tem sido modelo de inspiração para a criação de uma série de programas análogos ao redor do planeta. O histórico e os projetos políticos e ideológicos do presidente brasileiro recém-eleito ganhou a simpatia dos palestinos, sobretudo dos palestinos da diáspora do Brasil, conforme é expressado nas palavras de Emir Mourad:

“Olha, como brasileiro, entre os presidentes que nós já tivemos desde que eu me conheço por gente que eu vi ou ouvi, o presidente Lula foi um dos melhores ou o melhor presidente que o Brasil já teve, isso eu estou te dizendo como brasileiro e aí nós podemos encontrar várias razões para eu poder dizer isso e o primeiro deles é acabar com a fome no Brasil, então se tem algum mal, ou algum sofrimento que o ser humano não merece sofrer é a fome. Isso é um mal terrível, acho que isso ninguém pode admitir e o Lula está sendo premiado até hoje internacionalmente por esse programa Fome Zero”.

Em outro depoimento, Taisir Fattash, expressa uma grande devoção e empatia pelo ex-presidente Lula:

“Eu amo o Lula! Por isso que eu sempre votei no PT porque eu acho que é um partido sério, além de Eu sempre respeitei o PT, eu sempre votei no PT, sempre vou votar no PT. Primeiro, olhando para o lado interno que eu logo que eu vi Lula eu vi que é um homem sério, que é pobre, miserável, passou fome, então sempre vi que ele vai fazer algo para o povo brasileiro. A história do

Brasil, aliás o que a gente vive agora, atualmente, prova que o Lula, o que ele fez em 8 anos, todos esses marajás que governaram o país, a ditadura militar, tudo o que ele fez em 10 anos, os políticos brasileiros desde o Dom Pedro, eu não entendo muito da história do Brasil Mas, o que ele fez, tirou dezenas de milhões da pobreza e tal, me parece “cabra-macho”, então as posições dele sobre a causa palestina que me fizeram assim enxergar ele como um homem E a história, a história vai escrever o nome do Lula, não é o Temer, não é o povo palestino, ninguém escreve a história, a história ela se escreve automaticamente, a história vai escrever o nome do Lula com letras de ouro, o nome dele vai ser igualado com Gandhi, Martin Luther King Com esses homens que escreveram a história e deixaram o nome deles para a eternidade”.

O depoimento de Taisir Fattash deixa claro a sua empatia pelo ex-presidente Lula e pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A história de vida do ex-presidente Lula, um homem simples, migrante nordestino que conquistou o cargo de presidente da república faz lembrar a história de muitos palestinos que se esforçam diariamente para viver com dignidade na Palestina, nos campos de refugiados e na diáspora mundo afora. De acordo com o depoimento de Fattash, se o ex-presidente Lula não tivesse essa biografia provavelmente não teria sensibilidade o suficiente para defender o Estado da Palestina com tamanho empenho nos foros internacionais.

Nos discursos do presidente Lula sobre a temática do conflito foi numerosas vezes enfatizada a convivência pacífica entre as diásporas árabe e judaica no Brasil, de modo a destacar o Brasil como um exemplo a ser seguido e o presidente Lula como o “homem da paz”, uma das únicas lideranças internacionais capazes de dialogar com representantes políticos situados nos diversos lados do conflito entre Israel e o mundo árabe.

Ainda de acordo com as memórias de Celso Amorim (2015), no primeiro encontro oficial na Palestina após as eleições presidenciais no Brasil, o ministro das relações exteriores do Brasil foi recebido como um verdadeiro chefe de Estado pelo presidente da Autoridade palestina, Mahmoud Abbas, pelo primeiro ministro, Ahmed Qurei e pelo ministro do exterior, Nabil Shaath. Foi durante esse primeiro contato que o ministro das relações exteriores do Brasil pôde dialogar mais profundamente sobre a participação do Brasil no processo de paz e sobre a Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA). A simpatia pela alternativa brasileira entre os palestinos era tão intensa que durante coletiva de imprensa, Celso Amorim, ao ser questionado por um jornalista se o fato de o Brasil manter relações com Israel poderia prejudicar a participação da Palestina no processo de paz, foi imediatamente interrompido por Nabil Shaath que adiantou: “Nós confiamos no Brasil” (AMORIM, 2015, p. 141). A impressão de Shaath sobre o Brasil, confirmava a

enorme expectativa que as lideranças palestinas nutriam com relação a uma eventual participação brasileira no processo de paz com Israel. Ainda durante a estadia da comitiva brasileira na Cisjordânia, houve a inauguração da exposição *Amrik* no centro cultural da cidade de Ramallah.

A proximidade brasileira nos países árabes e na Palestina, por outro lado, despertava desagrado em algumas esferas do governo israelense, muito embora o imenso descontentamento da comunidade judaica do Brasil fosse continuamente amplificado pela imprensa brasileira. Sobre isso, Celso Amorim (2015) reiterou que o sucesso da participação brasileira no processo de paz só seria possível através da preservação e aprofundamento das relações com Israel.

Dois anos após a primeira visita em Israel e na Palestina, no dia 27 de novembro de 2007, foi realizada uma importante conferência internacional sobre o processo de paz no Oriente Médio na sede da academia naval norte-americana na cidade de Annapolis, Maryland, Estados Unidos. Entre os países convidados, o Brasil foi um dos três países em desenvolvimento “não árabe, não islâmico, não membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), convidado a participar do encontro” (AMORIM, 2015, p. 199). A participação brasileira foi garantida pela presença do ministro Amorim, que expôs o apoio brasileiro na direção de uma solução negociada e duradoura para o fim do conflito Israel-Palestina. De acordo com André Luiz Reis da Silva e Bruno Pilla (2012, p. 126), a diplomacia brasileira valorizava tal processo negociador pelo fato de que este se mostrava mais abrangente do que os anteriores. De modo equidistante, o governo brasileiro defendeu a proclamação de um Estado palestino soberano e democrático e o direito de defesa de Israel contra atos de violência. Por outro lado, Amorim repudiou publicamente a deterioração das condições de vida na Faixa de Gaza, salientou a importância do diálogo entre as sociedades civis, através dos organismos de coexistência existentes em Israel e na Palestina. Vale a pena ressaltar que na ocasião da conferência de Annapolis, o grupo *Hamas* lançava mísseis em direção ao território israelense, com certa regularidade. O que acarretou na resistência do governo de Israel em realizar concessões para o fortalecimento da Autoridade palestina nas negociações de paz com Israel.

As relações do Brasil com o Oriente Médio e a simpatia pelas posições brasileiras foram determinantes para levarem algumas lideranças palestinas a cobrarem ações e discursos mais assertivos do Brasil com relação às políticas israelenses na Cisjordânia e,

principalmente, na Faixa de Gaza. Durante o encontro em Annapolis, o ministro do exterior, Riad Malki, chegou a fazer duas cobranças ao ministro das relações exteriores do Brasil: pedia que o Brasil sediasse uma reunião do comitê de apoio ao povo palestino e pedia que o nosso país cancelasse o acordo recém firmado de livre comércio entre o MERCOSUL e Israel.⁹⁵ Entretanto, de acordo com Celso Amorim (2015), o governo brasileiro hesitou em atender aos pedidos do ministro palestino, devido à preocupação com a repercussão que poderia causar na imagem do Brasil em Annapolis. Por outra parte, foi assegurado que o Brasil seguia votando à favor das resoluções sobre a Palestina nas sessões especiais do conselho de direitos humanos da ONU.

Mais adiante, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2008, foi realizada uma reunião de chanceleres dos países da América do Sul e do mundo árabe em Buenos Aires, com vistas para a preparação da II Cúpula ASPA em Doha, Qatar, previsto para o ano de 2009. Foi nessa ocasião que o governo brasileiro pôde constatar publicamente o avanço positivo da ASPA, apesar de frequentemente ter sido atacada pelos setores de direita do Brasil. O projeto do governo Lula chamava a atenção internacional, frente à ótima receptividade do Brasil em todos os países árabes visitados e em Israel. O respeito pela imagem do Brasil permitia a tomada de posicionamentos políticos em situações consideradas de gravidade extrema. Foi diante da operação israelense *Cast Lead* na Faixa de Gaza que o Itamaraty manifestou-se em nota, no dia 03 de janeiro de 2009, que afirmava o seguinte:

“O governo brasileiro deplora a incursão militar terrestre israelense na Faixa de Gaza, que tende a agravar ainda mais o conflito israelo-palestino. Reiterando declarações anteriores em que conclama ambas as partes a se absterem de atos de violência, o governo brasileiro apoia os esforços, inclusive no Conselho de Segurança da ONU, por um cessar-fogo imediato, de modo a permitir a pronta retomada do processo de paz”.⁹⁶

A segunda visita do chanceler brasileiro a Israel e à Palestina se realizou justamente durante a invasão terrestre na Faixa de Gaza. O clima pesado ao desembarcar em Israel foi determinante para que, durante o primeiro encontro com as autoridades israelenses, a ministra Tzipi Livni, sugerisse ironicamente, que o Brasil pedisse ao regime iraniano que “parasse de enviar foguetes ao *Hamas*” (AMORIM, 2015, p. 231). O pedido

⁹⁵ O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) firmou um acordo simbólico com Israel e a Palestina com o objetivo de equilibrar as relações políticas e comerciais do Brasil no Oriente Médio.

⁹⁶ Resenha de Política Exterior do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, número 104, 1º semestre de 2009, p. 157.

da ministra do exterior fazia alusão à visita de Celso Amorim à capital do Irã em outubro\novembro de 2008 e ao encontro com o então presidente Mahmoud Ahmadinejad.⁹⁷

Ainda de acordo com as memórias de Celso Amorim (2015), após a visita a Israel e à Palestina, o ministro das relações exteriores do Brasil seguiu em direção ao Egito, onde participou de uma Conferência de Doadores de Gaza em *Sharm El-Sheik*, no dia 02 de março de 2009. Foi nessa ocasião que o Brasil anunciou a doação de uma quantia de US\$ 10 milhões para a reconstrução da Faixa de Gaza. E, em meio a amplas manifestações em apoio à Autoridade palestina, o Brasil defendeu publicamente a importância da implantação da Resolução 1860 do CSNU, referente ao cessar fogo imediato entre o *Hamas* e Israel e à livre circulação da ajuda humanitária na Faixa palestina.⁹⁸

De volta ao Brasil, em novembro do mesmo ano, o governo brasileiro recebeu coincidentemente, no mesmo mês, os chefes de Estado de Israel, Palestina e Irã (PILLA & SILVA, 2012, p. 128). Os encontros políticos foram classificados pela imprensa brasileira como uma “disputa” entre forças conflitantes pelo apoio do Brasil. A primeira visita foi do presidente israelense, Shimon Peres, que transmitiu ao público brasileiro a preocupação com o destino de Mahmoud Abbas, pois o presidente da Autoridade palestina encontrava-se bastante debilitado politicamente. De modo bastante surpreendente disse não se opor a que “países amigos” mantenham diálogo com o *Hamas* para fins pacíficos. Contudo, quando questionado sobre o Irã, Peres foi mais incisivo em ressaltar sobre a dificuldade de dialogar com um líder como Mahmoud Ahmadinejad que negava o holocausto nazista.

Poucos dias depois, estava prevista a visita do presidente do Irã ao Brasil. De acordo com o portal de notícias *Terra*, na expectativa da chegada do líder iraniano, houve uma série de manifestações populares contra a presença de Ahmadinejad.⁹⁹ Muitos

⁹⁷ As relações políticas e comerciais do Brasil com países como a Líbia, Síria e Irã criaram um clima de desconfiança em *Tel Aviv*. Foi por isso que a visita do presidente Lula a Israel foi recepcionada friamente pelo governo israelense, tanto que o ministro Avidgor Lieberman boicotou o discurso de Lula no *Knesset*, o parlamento israelense, dois anos depois, em 2010, como veremos adiante.

⁹⁸ Resolução 1860 do Conselho de Segurança das Nações Unidas - 09 de janeiro de 2009 – “Pede a Israel e ao *Hamas* o cessar fogo em Gaza, a retirada israelense e a entrada sem impedimentos de ajuda humanitária no território palestino”.

⁹⁹ MAGALHÃES, Vagner. *Nove capitais terão protestos contra a visita de Ahmadinejad*. Portal Terra, dia 15 de novembro de 2009. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/nove-capitais-terao-protestos->

ativistas do grupo LGBT e da comunidade judaica brasileira protestaram contra a aproximação do Brasil com um líder que, supostamente havia fraudado as últimas eleições presidenciais em 2008 e que frequentemente reprimia com força as manifestações pacíficas após as eleições, conhecida como “Movimento Verde”. O Irã, ainda, tinha um largo histórico de violações dos direitos das minorias étnicas, nacionais e a diversidade sexual em seu país.

Nesse ínterim, havia sido confirmada a participação do Brasil nas negociações sobre o programa nuclear iraniano, ocorrida entre 2009 e 2010. A participação brasileira foi considerada positiva do ponto de vista da política internacional, pois visava uma alternativa ao impasse nuclear do país. Conforme é analisado pela pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Camila Feix Vidal (2013, p. 55), para a diplomacia do Brasil, o desenvolvimento de energia nuclear no Irã tinha objetivos pacíficos, até que se provasse o contrário, portanto não se justificava a aplicação de sanções e nem uma possível intervenção externa. Ao contrário, muitos dirigentes brasileiros acreditavam que a possibilidade de intervenção externa e as sanções políticas e econômicas contra o Irã somente aceleraria o programa nuclear iraniano. Apesar disso, houve manifestações contrárias por parte de Israel, que afirmava através de um alto funcionário do governo israelense, que o Brasil e a Turquia haviam sido enganados pelo governo iraniano a fim de ganhar tempo. As críticas israelenses aos *Acordos de Teerã* foram endossadas por grande parte da comunidade judaica do Brasil.

O aumento das manifestações contrárias com relação às negociações entre Brasil e Irã coincidiam com os discursos e as declarações do então presidente iraniano que, de modo algum, ajudavam a amenizar o clima hostil. Ahmadinejad negava o holocausto e frequentemente sustentava em público que o Estado de Israel deveria desaparecer.

“Em longa conversa de Lula com Ahmadinejad, à margem da Assembleia Geral da ONU (cerca de dois meses antes da visita), nosso presidente procurou convencê-lo não só dos equívocos contidos nessas afirmações, do ponto de vista histórico, mas do caráter contraproducente de tais arroubos. O presidente do Irã minimizou o alcance de suas declarações, alegando que não pregava a destruição física do Estado de Israel ou de seus habitantes, mas a dissolução jurídica do Estado judeu (ou “entidade sionista, como ele o chamava) em um Estado não confessional que abrigasse tanto judeus como palestinos e cristãos. No caso do holocausto, dizia Ahmadinejad, não se tratava de negar que judeus tivessem sido mortos em grande número, mas de evitar que isso fosse usado para justificar a opressão e a perseguição dos palestinos. Evidentemente, essas

contra-visita-de-ahmadinejad,b0c96f7d7fc4b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html. Acessado no dia 17 de janeiro de 2017.

qualificações canhestras, feitas em privado, não eram suficientes para melhorar a imagem pública do presidente iraniano” (AMORIM, 2015, p. 24)

A terceira visita brasileira a Israel e a Palestina e a primeira do presidente Lula ocorreu em março de 2010, mais especificamente no dia 13 de março em um momento em que os acordos entre israelenses e palestinos, com a intermediação norte-americana, havia sido cancelada em função do anúncio da construção de cerca de 1.600 assentamentos em Jerusalém Oriental.¹⁰⁰ A comitiva presidencial era formada pelo então governador da Bahia, Jacques Wagner, o ministro Franklin Martins, o embaixador brasileiro em *Tel Aviv*, Pedro Motta, a assessora do presidente Lula, Clara Ant, além de alguns nomes da FEPAL, do *GT Árabe* e da antiga Associação *Sanaúd*, a exemplo de Ali El-Khatib, Salem Jabbar e Eduardo Elias. De acordo com Celso Amorim (2015), o discurso do presidente Lula em Jerusalém, como era esperado, destacava a convivência pacífica entre árabes e judeus no Brasil e a defesa da solução de dois Estados nas fronteiras de 1967 para o fim do conflito Israel-Palestina. Entretanto, a investida diplomática e o comprometimento com a questão Palestina durante a viagem do presidente Lula a Israel e aos territórios palestinos, segundo o professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Guilherme Casarões (2012, p. 01), foi realizada de uma maneira pouco pensada porque o governo brasileiro havia demonstrado pouca sensibilidade às ameaças que alguns países vizinhos, como o Irã, representavam à sociedade israelense. Foi salientado que o tema da segurança, tão caro aos israelenses, passou despercebido por toda a comitiva brasileira. Ainda, durante uma reunião privada com Shimon Peres e empresários brasileiros e israelenses, Lula afirmou que tinha disponibilidade de solucionar o conflito porque disse ser “portador do “vírus da paz”, desde que estava no útero da sua mãe. A esponeidade de Lula causou mal-estar entre alguns empresários e autoridades israelenses presentes.

Mesmo assim, o presidente Shimon Peres, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e a ex-ministra do exterior Tzipi Livni, ofereceram a possibilidade de o Brasil participar ativamente das negociações com a Síria sobre as Colinas de Golan. E, antes de

¹⁰⁰ Sobre a construção de assentamentos nos territórios palestinos ocupados, em novembro de 2009, o Itamaraty emitiu uma nota crítica à expansão dos assentamentos em Guiló, Jerusalém Oriental. De acordo com a nota oficial: “a decisão do governo israelense de expandir o assentamento situado em território palestino viola resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas a respeito do tema e contraria as obrigações assumidas por Israel no âmbito do “Mapa do Caminho”.

partir para a Cisjordânia, o presidente Lula não deixou de visitar o museu *Yad Vashem*, dedicado às vítimas do Holocausto. Em seguida, encontrou-se com algumas organizações das sociedades civis de Israel e da Palestina voltadas ao convívio pela paz e ao diálogo. Deve-se salientar que a boa receptividade da sociedade civil de Israel não gerou grande repercussão por parte da imprensa do Brasil. Por outro lado, de acordo com Celso Amorim (2015), um único aspecto da comitiva presidencial em Israel chamaria a atenção: a recusa em incluir no roteiro a visita ao mausoléu de Theodor Herzl, fundador do movimento sionista, com base nas orientações políticas dos assessores do presidente do Brasil que consideravam essa visita uma provocação aos palestinos justamente no momento em que o governo israelense expandia a construção de assentamentos em Jerusalém.



Figura 37 – Além da comitiva presidencial se recusar a visitar o mausoléu de Theodor Herzl, o presidente Lula e seus assessores, entre eles, o integrante da FEPAL Salem Jabbar, o presidente da FEARAB-SP e integrante do *GT Árabe*, Eduardo Elias, e o ex-integrante da *Sanaúd*, Ali El-Khatib, marcaram presença em uma cerimônia no mausoléu de Yasser Arafat, onde ocorreu uma homenagem brasileira e a deposição de flores. Esse gesto causou muitas críticas na imprensa brasileira, e foi classificado como uma “gafe presidencial”. (Arquivo pessoal de Salem Jabbar).



Figura 38 – O presidente Lula inaugurou a rua Brasil na cidade de Ramallah, na Palestina. (Acervo do site do Estadão: <http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-palestina/lula-inaugura-a-rua-brasil-em-ramallah-na-palestina-e-recebe-um-turbante-palestino-de-presente,54A812F6-7635-4993-9776-C24D1E9666FC>.)

No caminho rumo à Palestina, o veículo do presidente Lula teve que atravessar o *checkpoint Raquel* na fronteira entre Israel e a Cisjordânia, foi nesse instante que toda a comitiva presidencial pôde sentir as dificuldades enfrentadas pelos palestinos que trabalham em Israel. De acordo com o depoimento de Ali El-Khatib, que estava presente na delegação brasileira, dentro dos territórios palestinos, Lula foi abraçado calorosamente e, em sua passagem pela cidade de Ramallah, a delegação brasileira não deixou de visitar o mausoléu de Yasser Arafat. O presidente da Autoridade palestina, Mahmoud Abbas, recebeu pessoalmente a comitiva brasileira em seu palácio presidencial na cidade de Belém, a recepção consistiu em muitas trocas de cortesias de Abbas à Lula. Após a primeira audiência, a comitiva visitou a igreja da Natividade guiada por uma mulher palestina que havia morado no Chile. Durante uma pausa em um “café árabe”, Celso Amorim foi surpreendido pela filha da guia turística, uma menina de 16 anos que jogava na equipe juvenil feminina de futebol da Palestina. Foi graças a esse encontro fortuito que o ministro brasileiro teve a ideia de organizar um estágio para a equipe feminina de futebol da Palestina no Brasil, que acabou ocorrendo um pouco depois, no Santos Futebol Clube (AMORIM, 2015, p. 273). Todas as percepções e avanços da viagem presidencial

a Israel e à Palestina em março de 2010, foram relatadas por Ali El-Khatib, que estava presente:

“(...) quando houve a delegação do presidente Lula e também da Câmara de Comércio Árabe – Brasileira para a Palestina, fui convidado e estive presente. Foi um momento histórico muito importante em que se firmou para o Brasil a importância do Brasil e deixou claro a diferença do que seria a justiça em busca de uma verdadeira paz, por que? Porque antes o presidente Lula e sua delegação de empresários, inclusive, estiveram em Israel. Então, o normal seria passar de um país para o outro de uma forma tranquila e não! Ele foi com um carro israelense, do governo israelense, até a fronteira, na fronteira ele passou por um *check in point*, teve que trocar de carro, o carro que ele estava não poderia passar para o outro lado ocupado. Ele falou: Mas o que é que é isso? É uma humilhação pra mim, então se eu sou tratado, como presidente amigo, humilhando assim, o que passa esse outro povo de humilhação coletiva? E, aí teve uma forma delicada de recepção dele em Israel e muito diferente na Palestina: o calor, a receptividade, os encontros, o encontro em Ramallah, os brasileiros, filhos de brasileiros, de palestinos em Ramallah ... Foi uma recepção completamente histórica que desenvolveu mais ainda, conseguiu desenvolver mais ainda as relações comerciais, as relações de negócios de turismo, de educação e de saúde, que foi criado um núcleo de atendimento e de saúde para pessoas atingidas por fósforo branco, por ataques do exército israelense. E no esporte, um centro esportivo, algo que fortalecesse mais a vida e tranquilizasse mais a sociedade palestina. Então, essa é uma contribuição realmente clara e evidente, continua até hoje e são caminhos importantes em busca da paz.”

De acordo com o depoimento de Ali El-Khatib o fato de o veículo do presidente Lula ter sido parado em um *check in point* da região aguçou a sua sensibilidade com relação aos prejuízos do povo palestino em um território ocupado pelas forças militares de Israel. O que certamente foi determinante para que o governo brasileiro inaugurasse um hospital e um centro esportivo que promovesse um intercâmbio da equipe juvenil de futebol feminino da Palestina para o Brasil.



Figura 39 – Equipe feminina de futebol da Palestina treinando no Santos F.C. (Acervo fotográfico do site IG:<http://jovem.ig.com.br/igirl/noticia/2010/07/06/meninas+da+selecao+palestina+deixam+amizades+e+evam+licos+de+santos+sp+9531738.html>).

De volta ao Brasil, a repercussão positiva da visita presidencial aos territórios palestinos ocupados fez com que o presidente Lula recebesse muitos convites a eventos nas instituições da comunidade árabe de São Paulo. Em um desses encontros, foi oferecido um jantar ao presidente do Brasil no clube Monte Líbano, ocasião que Lula teve a oportunidade de compartilhar algumas situações vividas em sua última viagem à Palestina. De acordo com Mourad:

“(...) quando ele voltou da Palestina ele foi homenageado pela comunidade árabe no clube Monte Líbano em um jantar com mais de mil pessoas, estava lá governador do Estado de São Paulo, estava lá a ministra Dilma Rousseff, estava lá o Michel Temer, estava o prefeito de São Paulo Gilberto Kassab e na frente de todo esse seleto grupo ele disse o seguinte: “Estive em Belém, que vergonha que é para a humanidade que o Muro separa, o Muro da Vergonha que Israel construiu, o Lula denunciou como o Papa denunciou quando foi lá e beijou o Muro”.

Meses depois, em junho de 2010, foi a vez do presidente sírio, Bashar Al-Assad visitar o Brasil. O encontro havia sido registrado como o primeira visita de um presidente

da Síria ao nosso país. Em seu discurso, em Brasília, Assad elogiou a política externa independente do Brasil, sobretudo com relação à questão do programa nuclear iraniano (AMORIM, 2015, p. 279). A receptividade brasileira ao presidente sírio foi tão intensa que o próprio presidente Lula sugeriu que Assad e o ministro do exterior da Síria, Walid al-Muallem permanecessem no Brasil por mais um dia para se encontrarem com alguns membros da comunidade árabe de São Paulo.

Após a visita do presidente da Síria ao Brasil, o presidente Lula participou da Primeira Cúpula entre o Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), na Ilha do Sal, Cabo Verde. De volta à Brasília ocorreu outra Cúpula, dessa vez a Parceria Estratégica com a União Europeia, que contava com a presença do encarregado de relações internacionais do *Fatah*, Nabil Shaath. Durante o encontro entre Lula e Shaath, o representante palestino solicitou que o Brasil reconhecesse formalmente a Palestina como um Estado, pedido que Lula respondeu prontamente de maneira positiva, muito embora tal posicionamento exigisse certa cautela durante o período eleitoral no Brasil (AMORIM, 2015, p. 282).

Passadas as eleições presidenciais em 2010, a vitória da candidata do governo, Dilma Rousseff garantiu que o presidente Lula fosse o primeiro presidente da América Latina a reconhecer formalmente o Estado da Palestina nas fronteiras de junho de 1967 através de uma carta endereçada ao presidente da Autoridade palestina, Mahmoud Abbas: “Por considerar que a solicitação apresentada por Vossa Excelência é justa e coerente com os princípios defendidos pelo Brasil para a questão Palestina, o Brasil, por meio desta carta, reconhece o Estado palestino nas fronteiras de 1967”.¹⁰¹ O gesto brasileiro influenciou muitos países da América Latina a adotarem a mesma atitude, conforme é mencionado por Cecília Baeza (2011, p. 38), o peso do Brasil sobre os seus vizinhos sul-americanos é imediato. O reconhecimento brasileiro foi precedido pelos reconhecimentos da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Peru, Paraguai e Uruguai. A reação em cadeia na

¹⁰¹ RAATZ, Luiz. *Leia as cartas de Lula e Abbas sobre o reconhecimento do Estado palestino*. Estadão, dia 3 de dezembro de 2010, disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/leia-as-cartas-de-lula-e-abbas-sobre-o-reconhecimento-do-estado-palestino/>. Acessado no dia 6 de outubro de 2016.

América Latina provocada pelo gesto brasileiro em apoio ao reconhecimento do Estado palestino foi destaque, inclusive, na revista *Foreign Policy*.¹⁰²

4.3. AS MUDANÇAS NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2012)

A nova presidente do Brasil, Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores (PT) apesar de garantir a continuidade das políticas sociais da administração anterior, na política internacional adotou uma estratégia mais equidistante, muito embora os votos favoráveis ao reconhecimento do Estado da Palestina e, o repúdio às ações israelenses nos territórios ocupados fossem mantidos no conselho de direitos humanos da ONU. A nomeação de Antônio Patriota para a pasta do ministério das relações exteriores foi interpretada pelos analistas críticos da política externa do governo Lula, como Guilherme Casarões (2012) e Bernardo Sorj (2016), como uma retomada da política internacional brasileira por parte do Itamaraty, após oito anos centralizados pelo presidente Lula e o ex-ministro Celso Amorim.¹⁰³ As mudanças de prioridades diplomáticas foram sentidas no início de seu mandato, logo nos primeiros 3 meses de governo Dilma os diplomatas brasileiros votaram favoravelmente a designação de um relator especial que fiscalizasse a situação humanitária no Irã no conselho de direitos humanos da ONU. Foi a partir de então que os meios de comunicação passaram a anunciar o começo da “era Dilma” na política exterior do Brasil.

Posteriormente, a presidente Dilma Rousseff, surpreendida com o alastramento das manifestações no mundo árabe, conhecida como a “Primavera Árabe”, foi muito pressionada pela enorme diáspora síria no Brasil a manter relações políticas e comerciais com o presidente da Síria, ao mesmo tempo em que setores da imprensa brasileira pressionaram a diplomacia do Brasil a romper relações com os governos da Síria e da Líbia que, a essa altura, já estavam sendo denominados ditadores. No ministério das relações exteriores, o princípio de não intervenção foi mantido como uma marca

¹⁰² KEATING, Joshua. *Brazil recognizes Palestinian state*. Foreign Policy, disponível em: <http://foreignpolicy.com/2010/12/03/brazil-recognizes-palestinian-state/>. Acessado no dia 05 de setembro de 2016.

¹⁰³ BELLESA, Mauro. *A política externa brasileira sob o olhar crítico de Bernardo Sorj*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/bernardo-sorj>. Acessado no dia 05 de setembro de 2016.

registrada da diplomacia brasileira. Por outro lado, as relações políticas com a Líbia, Irã e Síria perderam a intensidade adquirida no governo anterior. Durante observação participante nas reuniões do *GT Árabe* nesse período, reparei que a mudança no tom da diplomacia brasileira, principalmente com relação à Síria, foi sentida pela enorme diáspora síria, sobretudo por parte de algumas lideranças do Esporte Clube Sírio, do Centro Cultural Árabe Sírio e da Federação das Entidades Árabes de São Paulo e da América do Sul (FEARAB SP e América), que passaram a repudiar os discursos da presidente Dilma Rousseff com relação à guerra civil na Síria e com relação às novas ações diplomáticas voltada ao país árabe.

Foi na Assembleia Geral da ONU e no Conselho de Segurança em 2012 que a presidente Dilma Rousseff condenou publicamente as violações humanitárias na Síria, de modo a reforçar o discurso em prol dos direitos humanos, mesmo que seguisse rechaçando qualquer intervenção militar. No mesmo ano, de acordo com o portal da revista Carta Capital, o embaixador do Brasil, na Síria, Edgard Casciano, deixou a capital Damasco, com destino a Beirute, no Líbano, por orientação do governo da presidente Dilma Rousseff, por motivos de segurança.¹⁰⁴ Tal atitude decretou a perda de popularidade da presidente Dilma Rousseff entre a comunidade síria do Brasil, muitas lideranças da diáspora síria passaram a se sentirem nostálgicos do ex-presidente Lula.

De acordo com Guilherme Casarões (2016, p. 21), durante o mandato de Dilma Rousseff houve esforços para uma reaproximação com Israel, sobretudo no plano de intercâmbio comercial e acadêmico nas áreas de ciência, tecnologia e nos setores da indústria de defesa, de modo a resgatar a confiança israelense e conquistar espaços como um possível mediador do conflito Israel-Palestina. Uma das iniciativas mais importantes nesse sentido foi a realização de um encontro de debates *Lado a Lado – A construção da paz no Oriente Médio: um papel das diásporas* em julho de 2012, sob a iniciativa do ministro das relações exteriores, Antônio Patriota, inspirado pela leitura da obra *O Mundo em Desajuste*, de autoria do escritor franco-libanês Amin Maalouf (2012). É nesse livro que o autor aponta sobre uma maior possibilidade de coexistência pacífica entre

¹⁰⁴ GIRALDI, Renata. *Brasil fecha embaixada na Síria*. Carta Capital, dia 06 de junho de 2015, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/brasil-fecha-embaixada-na-siria>. Acessado no dia 8 de janeiro de 2017.

comunidades árabes e judaica fora do Oriente Médio, ou seja, nas diásporas nas Américas do Norte e Sul e na Europa.

O evento contou com a participação de líderes das comunidades árabes e judaicas do Brasil e de países do Mercosul, como dos professores da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Daniel Farah e Peter Robert Demant; do secretário da FEPAL, Emir Mourad; da correspondente internacional em Israel, Guila Flint; do diretor do Instituto Jerusalém e ex-integrante da Associação Cultural *Sanaúd*, Ali El-Khatib; do ativista israelense-brasileiro, Yuri Haasz; da representante da *Bnei Brit* do Rio de Janeiro, Patrícia Tolmasquim; do embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Al-Zebem e do próprio Amin Maalouf, a fim de solicitarem a colaboração das diásporas junto ao governo brasileiro em um projeto para o fortalecimento dos diálogos entre Israel e o mundo árabe.



Figura 40 – Debate *Lado a Lado – Construção da paz no Oriente Médio: Um papel das diásporas*, no dia 10 de julho de 2012, no auditório do Itamaraty em Brasília. Da esquerda para a direita estão o jornalista Henrique Cymerman, o ministro Antônio de Aguiar Patriota, o escritor Amin Maalouf e o presidente da Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs (PASSIA), Mahdi Abdul Hadi (Acervo da página do Ministério das Relações Exteriores no *Facebook*).



Figura 41 – Auditório do Itamaraty em Brasília – DF (Acervo da página do Ministério das Relações Exteriores no Facebook).

Apesar da relevância da temática do encontro e da aproximação das diásporas árabes e judaicas no Brasil e na América do Sul, o evento promovido pelo Itamaraty em julho de 2012 teve pouca repercussão nos meios de comunicação. As informações sobre o encontro de debates podem ser encontradas nos sites e blogs das associações da comunidade judaica do Brasil como o da Federação Israelita do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Israelita do Brasil (CONIB). Do lado árabe e palestino houve um silêncio sobre a iniciativa do Itamaraty e expectativas para futuras ações conjuntas entre árabes e judeus. O clima de frustração no lado palestino desde fevereiro de 2011, quando os Estados Unidos vetaram a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas contra a expansão dos assentamentos israelenses influenciou na falta de otimismo no lado palestino sobre as ações conjuntas de coexistência pacífica entre árabes e judeus. A pouca ou nenhuma repercussão nos sites e nos blogs das associações dos palestinos no Brasil, como no blog *Sanaúd-Voltaremos*, na página da FEPAL do Facebook e do MOPAT, reafirma, de fato, a pouca importância dispensada pela diáspora palestina da América do Sul ao evento diante de um contexto de expansão da ocupação israelense em terras palestinas. Para os palestinos da FEPAL que participaram do encontro de julho de

2012 no Itamaraty, o evento teve um caráter mais simbólico do que um projeto concreto em um momento de violência acirrada.

Como assinala Casarões (2016, p. 24), após o encontro, o ministro das relações exteriores, Antônio Patriota, embarcou para Israel e para a Palestina, a convite do presidente da Autoridade palestina, Mahmoud Abbas, adotando uma agenda e um discurso mais equilibrado do que a de seu predecessor, Celso Amorim. A viagem visava, acima de tudo, o estreitamento das relações com o governo de Israel. Em Israel, Patriota se encontrou com o ministro da ciência e tecnologia, Daniel Hershkowitz e de Inteligência e Energia Atômica, Dan Meridor, além de ter sido recebido pelas duas autoridades máximas do Estado israelense, pelo presidente Shimon Peres e pelo primeiro ministro, Benjamin Netanyahu. Durante os encontros, os assuntos predominantes foram as relações comerciais entre o Brasil e Israel e a intenção brasileira em mediar a paz no Oriente Médio. A essa altura, o governo brasileiro já não mantinha a mesma proximidade com o Irã, o que lhe conferia certa credibilidade por parte do governo israelense. Na Palestina, de modo à reafirmar os laços de solidariedade com a causa palestina, Antônio Patriota pôde se encontrar com Mahmoud Abbas, com o primeiro ministro da Autoridade palestina, Salam Fayyad e com diversas lideranças locais. Em território palestino, o ministro das relações exteriores do Brasil reafirmou o apoio brasileiro ao reconhecimento do Estado da Palestina na Organização das Nações Unidas (ONU), de acordo com o discurso da presidente Dilma Rousseff durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) dias atrás, na qual a presidente afirmou:

“(...) lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título”.¹⁰⁵

O governo brasileiro seguia, por sua vez, condenando o uso extremo da violência durante as operações israelenses em território palestino. Após o lançamento da Operação *Pilar Defensivo* em novembro de 2012, o Brasil, juntamente com os países membros do

¹⁰⁵ Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do debate geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Portal do Planalto – Presidência da República, dia 21 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acessado no dia 08 de setembro de 2016.

MERCOSUL, lançaram um comunicado em conjunto, condenando a violência entre Israel e a Palestina e manifestavam a sua preocupação com o “uso desproporcional da força” por parte de Israel (nota nº 281\2012). Dias depois, o Brasil em conjunto aos demais países do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) lançaram uma declaração em conjunto que expressava uma firme condenação à violência e a preocupação pelo “uso desproporcional e excessivo de força” (nota nº 292\2012). Durante a operação *Pilar Defensivo*, o governo brasileiro reiterou sua disponibilidade para atuar como mediador no conflito Israel-Palestina, Antônio Patriota alegava estar em contato permanente com os protagonistas do conflito como o presidente egípcio Mohammed Morsi e o secretário-geral da Liga Árabe, Nabil El-Arabi. O pedido brasileiro foi negado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Com o fim da Operação *Pilar Defensivo* a atenção brasileira ficou concentrada no reconhecimento do Estado da Palestina pelas Nações Unidas na qualidade de Estado observador não-membro. Nesse passo, o governo brasileiro reiterou suas críticas ao governo israelense que expandia as construções de assentamentos nos territórios palestinos ocupados pondo em risco a solução de dois Estados, em retaliação ao reconhecimento multilateral do Estado da Palestina na ONU.

Os esforços da diplomacia brasileira em direção a uma posição protagonista no Oriente Médio não evitou críticas por parte de especialistas em Oriente Médio. De acordo com a avaliação do cientista político e pesquisador da Universidade de *Harvard*, Hussein Ali Kalout (2012), a diplomacia brasileira ainda carecia pela falta de conhecimentos mais apurados sobre cultura, política, sociedade e religião dos povos que compõem o Oriente Médio. Ainda, a ausência de diplomatas de alto escalão não fluentes nas línguas locais e a escassez de estudos acadêmicos (teses de mestrado e doutorado) sobre temáticas relacionadas ao Oriente Médio, refletiu numa atuação bastante inconsistente e contraditória diante da complexidade do conflito Israel-Palestina.¹⁰⁶ O ministro Antônio Patriota após organizar um encontro de debates *Lado a Lado – Construção da Paz no Oriente Médio: um papel das diásporas* no Itamaraty com a participação pouco entusiasmada dos palestinos-brasileiros e, após estabelecer um diálogo próximo aos protagonistas do conflito Israel-Palestina de modo equilibrado em um conflito que, sob a

¹⁰⁶ KALOUT, Hussein Ali. *Oriente Médio: Itamaraty sem estratégia*. Folha de São Paulo, 23 de julho de 2012.

avaliação da diáspora palestina, não pode, de modo algum, ser encarado de modo simétrico, segue condenando a ações israelenses dentro dos territórios palestinos ocupados. O que, por outro lado, gerou descontentamento das autoridades israelenses. Durante a Operação *Pilar Defensivo* o embaixador israelense no Brasil, Rafael Eldad, manifestou preocupação com as declarações brasileiras, pois, segundo ele, poderiam conferir legitimidade a atos que Israel considera como terroristas. Assim, em uma entrevista declarou: “não se trata de um conflito entre Israel e a Palestina, mas entre Israel e uma organização terrorista chamada *Hamas*”.¹⁰⁷ Eldad ainda criticou o fato do governo brasileiro não se manifestar em solidariedade aos milhões de israelenses que sofriam ataques constantes.

As contradições do governo brasileiro frente ao conflito Israel-Palestina geraram desagrado tanto por parte da comunidade judaica como por parte de muitos palestinos no Brasil. Entre os palestinos, a insatisfação pela atuação do governo Dilma referiu-se, especificamente, à reaproximação com Israel refletida no aumento vertiginoso da importação de tecnologia de segurança e de técnicas de treinamento militar desse país que, na visão dos palestinos da FEPAL, reforça e legitima as violações aos direitos humanos do povo palestino por parte do Estado brasileiro ao mesmo tempo que condena frequentemente o “uso desproporcional da força” de Israel durante as operações israelenses dentro dos territórios palestinos ocupados. Ainda, cabe destacar que o desânimo gerado pela colonização israelense em terras palestinas, sobretudo após o veto dos Estados Unidos contra a resolução sobre a expansão dos assentamentos israelenses nos territórios palestinos em 2011, acirrou a indignação da diáspora palestina a qualquer aproximação do Brasil com o Estado israelense, mesmo que o governo Dilma Rousseff seguisse rechaçando as ações israelenses na Faixa de Gaza e na Cisjordânia nos foros internacionais e nos meios de comunicação.

¹⁰⁷ JORDAN, Lucy. *Brazil condemns bloodshed in Gaza*. The Rio Times – News in English for Rio de Janeiro and Brazil. Disposal in: <http://riotimesonline.com/brazil-news/front-page/brazil-condemns-bloodshed-in-gaza/#>. Accessed on 08 September, 2016.

CONCLUSÃO

**A DIÁSPORA PALESTINA NO BRASIL – A FEPAL: TRAJETÓRIAS,
REIVINDICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS (2000-2012)**

CONCLUSÃO

“A palavra saudades é ligada com o passado, uma coisa que aconteceu. A Palestina pra mim não é passado, é futuro. Eu tenho saudades do futuro”.

Isam Ahmad Issa

O fato de o Brasil ser um país de imigração, pluricultural e pluriétnico estimula que a identidade de imigrantes e descendentes sejam constantemente negociadas com a identidade nacional brasileira. No caso da diáspora palestina no Brasil, essa nova categoria hifenizada, a exemplo do palestino-brasileiro ou brasileiro-palestino é reafirmada tanto por parte dos palestinos como pelos seus descendentes. Praticamente todos os colaboradores entrevistados se autodenominam “palestinos-brasileiros”, “brasileiros-palestinos” e, em alguns casos como tão somente “brasileiros”. Geralmente os entrevistados mencionam a pluralidade do Brasil e o acolhimento do povo brasileiro aos seus antepassados ou a si mesmos, o que contribuiu para que não houvesse grandes dificuldades de adaptação aos costumes e à cultura brasileira. De um modo geral, apesar de os entrevistados serem muçulmanos e cristãos, todos em grande medida se secularizaram no Brasil. Isso certamente contribuiu para que não houvesse grandes traumas na adaptação à nova terra. De acordo com as palavras do iraquiano de origem palestina, Isam Ahmad Issa, em uma entrevista concedida em setembro de 2016: “Na verdade a cultura brasileira é a cultura de todo mundo, olha, eu nunca senti que sou estrangeiro no Brasil.”. Em 2008, Isam publicou um artigo *Saudações à bandeira do Brasil*¹⁰⁸ em agradecimento ao governo brasileiro que aceitou receber centenas de famílias de refugiados palestinos vítimas da guerra do Iraque em 2003. A escolha do Brasil como destino decorreu de várias razões, em alguns casos pelo conhecimento da existência de imigrantes árabes no Brasil, pela presença de familiares, pela proximidade afetiva do povo brasileiro com o árabe e em alguns casos por razões políticas. Em

¹⁰⁸ O artigo *Saudações à bandeira do Brasil* está disponível em: <http://somostodospalestinos.blogspot.com.br/2009/04/saudacoes-bandeira-do-brasil.html>. Acessado em 21 de setembro de 2016.

depoimento, Isam Ahmad Issa, que chegou ao Brasil em 2007, quando questionado sobre a escolha pelo Brasil, revelou:

“Por causa, a primeira coisa, o Brasil não participou da guerra contra o Iraque, e nós todos não aceitamos a guerra, as Nações Unidas, o conselho, o Brasil não aceitou essa guerra. A segunda coisa, o Brasil reconheceu a nossa identidade original, eu escrevi um artigo traduzido para a língua portuguesa em 2008, “Saudações para a Bandeira do Brasil”, analisando que foi corajoso aceitar nós”.

O amor pelo país hospedeiro foi resultante da empatia dos palestinos e descendentes com os problemas sociais enfrentados no Brasil, que detém certas semelhanças com a causa palestina. Sobre isso, vale a pena mencionar a prevalência de conflitos territoriais no Brasil, a violência no campo e a existência de movimentos sociais que reivindicam uma ampla reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fundado em 1980, no mesmo ano da fundação da Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL) e do partido dos trabalhadores (PT). Os conflitos no campo entre os movimentos camponeses e os latifúndios e o agronegócio desde o regime militar aproximou muitos palestinos da FEPAL à militância em prol do PT, PCdoB e do MST. Muitos depoimentos mencionam que a visibilidade da causa palestina no Brasil está intrinsecamente relacionada ao modo como esses imigrantes se manifestam diante dos problemas políticos e sociais do Brasil. De acordo com as palavras do médico palestino e integrante da FEPAL, Abdel Latif Hasan:

“Eu acho que para ser palestino no Brasil, precisa ser um bom brasileiro, com compromisso com sua ... Somos brasileiros aqui, é nosso país, nossa cidade enfrenta desafios muito grandes e servindo nossa sociedade brasileira de uma forma honesta, decente, ser exemplo, ser diferente, isso é o nosso papel em relação à causa palestina, primeiro ser bons brasileiros (...)”.

Assim como muitos imigrantes, o depoimento de Abdel Latif demonstra claramente a lealdade à terra natal e ao país hospedeiro. Muitos estudiosos da diáspora, como Peggy Levitt (2009, p. 1226), reconhecem que, em muitos casos, os imigrantes sentem-se divididos, ao mesmo tempo que mantêm laços sentimentais com a terra natal, tornam-se, com o passar do tempo, profundamente integrados dentro dos países que os acolheram, a charge de Latuff, além de humorística, é emblemática nesse sentido. Levitt explica que apesar dessa divisão afetiva entre a terra natal e o país hospedeiro ser mais

comum entre os filhos e netos de imigrantes, não devemos descartar o forte efeito potencial dessas identidades de viver em um campo transnacional.

Na visão de Abdel Latif Hasan, o fato de a comunidade palestina organizada pela FEPAL se envolver na política brasileira contribuiu para que os palestinos fossem respeitados pelos movimentos sociais e pelos partidos de esquerda brasileiros, justamente por isso ganharam visibilidade dentro das grandes manifestações dos trabalhadores, dos estudantes e das mulheres do Brasil. Nesse mesmo sentido está orientado o depoimento de uma imigrante palestina que não quis se identificar:

“Eu sou, na verdade, palestina-brasileira, mas eu falo assim pra todo mundo, “eu sou mais brasileira do que vocês” porque vocês são brasileiros por acaso, eu por opção”, optei, optei para ser brasileira e você sabe, como mãe, a mãe é sempre o que o filho quer, que o filho é, entendeu? Meus filhos, eu ensinei eles a serem bons brasileiros porque eu quando eu era pequena, estudava os estudos sociais, nunca vai embora da minha mente o seguinte: a gente pertence, nos estudos sociais, a gente pertence para o país que nós bebemos da água dele, respiramos o ar dele e comemos da terra dele”. Então meus filhos tem que ser bons brasileiros, então eu sou brasileira junto com meus filhos”.

No Brasil, os conflitos territoriais são traduzidos pelas ocupações de terra e pelos acampamentos, enquanto a violência no campo são comprovadas pelo alto índice de assassinatos, ameaças de morte e pelas expulsões da terra. A criminalização da luta pela terra também é capaz de gerar mais violência entre camponeses e o Estado brasileiro. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) os dados sobre a violência no campo estão disponíveis desde a década de 1980 e foi a partir de 1986 que a CPT publicou um estudo sobre o aumento da violência no campo no “Caderno Conflitos no Campo”. Assim, nos vinte anos que compreendem o período analisado (1986-2006), foram 1.100 camponeses e trabalhadores rurais assassinados, 3.200 ameaças de morte e mais de 1000 tentativas de assassinato. A pesquisa demonstra um crescimento acelerado durante o primeiro governo Lula em decorrência do estímulo à retomada das ocupações de terra. Ainda de acordo com esse estudo, somente no ano de 2006, a CPT registrou 1.809 famílias expulsas da terra, 19.449 famílias despejadas da terra, 12.394 famílias ameaçadas de expulsão, 16.389 famílias ameaçadas de despejo, 5.222 casas destruídas, 2.363 roças destruídas e 4.165 bens destruídos.¹⁰⁹

¹⁰⁹ GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da questão agrária brasileira*. UNESP, disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>. Acessado no dia 22 de setembro de 2016.

A demonstração de empatia dos palestinos da FEPAL com a militância do MST esteve presente no I Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Palestino realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes no município de Guararema, São Paulo, em 2011. A instituição construída no ano de 2005 pelos próprios militantes do MST foi palco do encontro entre muitos movimentos sociais palestinos e brasileiros de luta pela terra. Na ocasião, estavam presentes representantes da Frente Democrática pela Libertação da Palestina (FDLP), do Movimento Palestina para Todos (MOPAT), da FEPAL e de muitos trabalhadores rurais e estudantes da Escola Nacional Florestan Fernandes. Ainda, entre os meses de outubro e novembro do mesmo ano, 17 militantes do MST tiveram a oportunidade de viajar para a Palestina por 30 dias a fim de contribuírem na colheita de azeitonas junto às famílias camponesas palestinas. Os militantes brasileiros também visitaram algumas das localidades mais vulneráveis à violência, nas proximidades dos assentamentos construídos em território palestino ocupado. O grupo ainda participou do 1º Encontro de Camponeses, Trabalhadores Rurais e Pescadores da Palestina organizado por uma diversidade de entidades palestinas como a União dos Comitês de Trabalho Agrícola, a União dos Comitês de Mulheres Palestinas, o Centro de Informação Alternativa e o *Mundobat*. Nessa ocasião os militantes do MST puderam aprofundar os conhecimentos sobre a situação econômica, política e cultural na Palestina e a história do conflito Israel-Palestina. O grupo brasileiro também testemunhou de perto as reivindicações dos trabalhadores israelenses por moradia, inclusive visitaram um grupo de famílias “sem-teto” judias que ocuparam um prédio em Jerusalém. Muitas dessas famílias israelenses organizaram um Comitê em Defesa da Moradia Pública com o intuito de pressionar o governo de Israel a criar uma política habitacional a fim de atender aos mais pobres. Os brasileiros também estiveram presentes em uma das manifestações do comitê popular de *Bil’in*, comunidade da Cisjordânia conhecida internacionalmente por realizar passeatas todas as sextas-feiras nas proximidades da cerca de arame farpado que separa o vilarejo palestino de *Bil’in* de um assentamento israelense criado após os Acordos de Paz de Oslo.¹¹⁰

¹¹⁰ BUZETTO, Marcelo. *Sem terra contribuem na colheita de azeitonas por 30 dias na Palestina*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dia 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/Brigada-de-Solidariedade-Internacional-fica-30-dias-na-Palestina>. Acessado no dia 22 de setembro de 2016.



Figura 42 – Militantes do MST junto aos camponeses palestinos em Ramallah, na Palestina em 2011.



Figura 43 – Dirigente do MST do Rio Grande do Sul, Mário Lill junto ao Arafat em Ramallah na Palestina em 2002.

A modo de conclusão, pode afirmar-se que foi a partir da década de 1970 que o nacionalismo palestino ganhou visibilidade no Brasil, mais precisamente durante o

primeiro choque do petróleo, quando o governo brasileiro, receoso por um eventual embargo do insumo, votou pragmaticamente na resolução nº 3379, que qualificava o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial em 1975, quatro anos depois, em 1979, a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) inaugurou seu escritório em Brasília. A essa altura, o Brasil havia se transformado em um cenário propício a inúmeras manifestações de solidariedade ao povo palestino, apesar da vigência de um regime militar no Brasil. A efervescência política palestina favoreceu a criação de duas grandes instituições representativas: a FEPAL, em 1980 e a Associação Cultural *Sanaúd* em 1982. A vasta programação política e cultural foi bastante intensa até meados da década de 1990. A violência da primeira *Intifada* em 1987, as frustrações e as divisões dentro da FEPAL ocorridas em decorrência dos Acordos de Paz de Oslo em 1993 interromperam a militância palestina no Brasil, até o ano 2000, quando foi enfim retomada. A segunda *Intifada* em 2000 seguida pela ascensão de governos de esquerda e de centro-esquerda na América Latina ajudou os integrantes da FEPAL a ganharem um novo impulso. No Brasil, a eleição do presidente Lula em 2003 trouxe consigo a temática da causa palestina nos foros internacionais, o que de fato, proporcionou a criação de duas novas instituições, o *GT Árabe* em 2010 e o comitê “Estado da Palestina Já!” em 2011.

Mesmo diante da grande visibilidade da causa palestina no Brasil durante os dez anos pesquisados (2000-2012), o permanente e o violento conflito contra Israel tornou os palestinos-brasileiros e os brasileiros-palestinos indivíduos desconfiados do pesquisador acadêmico. A maioria das entrevistas realizadas foram possíveis somente pela amizade cultivada com a maioria dos colaboradores entrevistados. Entre aqueles com os quais não tinha intimidade, foi necessário recorrer à intervenção de amigos ou conhecidos. Ademais, durante as entrevistas com colaboradores amigos e desconhecidos, algumas questões suscitaram constrangimento. Assim, por exemplo, colher depoimentos sobre as divisões internas do movimento nacional palestino e sobre a oposição ao *Hamas* não foi tarefa fácil, muitos resistiam em responder, outros não responderam com sinceridade por temer uma divulgação do movimento nacional palestino muito desunido e desorganizado. Algumas respostas foram pouco fiéis aos discursos de alguns dos colaboradores em vários eventos em que estive presente e, em muitas conversas pessoais. Após o desencadeamento da guerra civil na Síria, alguns palestinos da FEPAL repudiaram a saída do *Hamas* de seu escritório localizado na cidade de Damasco, na Síria, rumo ao Qatar, país acusado de financiar grupos terroristas na Síria que visam a derrubada do governo deste país. A

mudança de sede do *Hamas* foi classificada por muitos sírios, libaneses e palestinos, que integram o *GT Árabe*, como um ato de traição.

Apesar das críticas ao *Hamas*, é possível observar que o discurso dos palestinos e descendentes integrantes e simpatizantes da FEPAL tornaram-se mais pessimistas diante da ideia de soluções pacíficas para o fim do conflito, alguns colaboradores demonstram repúdio ao grupo *Hamas* no que cerne aos discursos e ações que visam uma “Palestina islâmica”, no entanto, com relação às ações armadas, alguns colaboradores confessaram considerar como sendo a única forma da causa palestina chamar atenção da comunidade internacional, frente à postura irredutível do atual governo de Israel. A lacuna com relação às divergências entre a FEPAL e o *Hamas* e sobre o grau de lealdade dos entrevistados à FEPAL é fruto de uma pesquisa pioneira sobre os palestinos em São Paulo. Muito embora a maioria dos entrevistados se consideram integrante e/ou simpatizantes da FEPAL, muitos depoimentos apresentaram graus de contradição, fruto de um descontentamento dos palestinos com as ações promovidas pela FEPAL e pela Autoridade palestina nos últimos anos. Além do mais, dois colaboradores que afirmaram apoiar as ações e os discursos da Autoridade palestina disseram em entrevista não conhecer a FEPAL. O que, de fato, confirma a perda de visibilidade da FEPAL diante do agravamento do conflito Israel-Palestina nos últimos anos e do aumento da popularidade de outras instituições dissidentes, como o MOPAT.

Por outro lado, o mérito mais importante desta pesquisa é ter historicizado a diáspora palestina em São Paulo, com riqueza de dados, isto é, ter organizado informações, não só para o conhecimento da FEPAL pelos brasileiros, mas para a construção da memória palestina no Brasil. Caso o contrário, essas informações se perderiam completamente.

Por fim e, de um modo geral, a diáspora palestina no Brasil se caracteriza por uma preocupação pela reafirmação da identidade palestina através da manutenção de certos hábitos culturais e na transmissão da narrativa palestina às novas gerações nascidas no Brasil, muito embora alguns entrevistados nascidos no Brasil desconhecerem o idioma árabe e a terra de seus antepassados. O mais importante foi e ainda é se apresentarem como palestinos, mesmo quando essa apresentação aparece através de uma identidade hifenizada, de modo a reafirmarem que a Palestina e o povo palestino existem diante de uma realidade em que a pátria está sendo ameaçada, seja pela redução do território palestino em decorrência dos conflitos, seja em virtude da expansão dos assentamentos

construídos sobre o território palestino ocupado. A Palestina descrita pela maioria dos entrevistados é um Estado laico, separado do Estado de Israel, um lugar que possam visitar ocasionalmente, sem perigo de serem deportados, e não um lugar para retornar definitivamente em virtude da estabilidade e da liberdade que conquistaram no seu exílio do Brasil. Esse dado é de suma relevância, uma vez que abre o horizonte para repensar a noção de exílio e como ele é vivenciado pelas diferentes diásporas e pelas diversas gerações dessas diásporas.

Os “palestinos-brasileiros” e os “brasileiros-palestinos” amam o Brasil porque o país hospedeiro lhes proporcionou asilo e visibilidade, mesmo durante os governos de exceção. Por isso, a maior parte dos entrevistados desta pesquisa participa ativamente dos movimentos sociais e dos partidos políticos brasileiros, são filiados ao PT e ao PCdoB, e costumavam frequentar manifestações de rua em apoio ao governo Lula e Dilma e em defesa dos direitos defendidos pelo MST. Os palestinos e seus descendentes, de um modo geral, são brasileiros orgulhosos de suas raízes palestinas, expõem com espontaneidade suas conexões com a terra natal, seja através dos escritores e poetas palestinos, da música, da culinária, das viagens à Palestina e através dos rituais religiosos cumprido nas festas, casamentos e nas cerimônias fúnebres. Ao mesmo tempo, falam com orgulho de sua identidade brasileira:

“Quando eu ouço o hino nacional brasileiro, acredite, eu choro, me emociono muito mais quando eu ouço o hino da Palestina. Eu estou aqui! Eu tenho um filho brasileiro, então eu me considero mais como disse no começo, “cidadão do mundo”, mas meu amor pelo Brasil é, as vezes fala mais alto”.¹¹¹

A maioria dos depoimentos demonstra que não há contradição alguma em ser palestino e amar viver no Brasil, pois praticamente todos os entrevistados são pessoas com um vasto histórico político. Assim, para qualquer militante que apoia a liberdade e a autodeterminação dos povos oprimidos, a simpatia pela causa palestina aparece de forma absolutamente espontânea. Segundo Emir Mourad, “eu não vejo contradição nenhuma em ser brasileiro, nem militar pela causa palestina. Eu vejo que uma soma a outra perfeitamente, é uma harmonia perfeita”.

¹¹¹ Entrevista concedida pelo imigrante palestino, Taisir Fattash, em agosto de 2016.



Figura 44 – Charge política feita pelo cartunista brasileiro, Carlos Latuff, em 2002 retrata uma mulher camponesa brasileira com uma *keffiyeh* palestina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS, ARTIGOS E TESES:

ABU-RABI', Ibrahim M (org.). **O Guia Árabe Contemporâneo sobre o Islã Político**. São Paulo: Madras, 2011.

ACHCAR, Gilbert. **The Arabs and the Holocaust – The Arab-Israeli war of narratives**. London: Picador, 2011.

AHMAD, H. As'di and ABU-LUGHOD, Lila (Org). **Nakba – Palestine, 1948, and the Claims of Memory**. New York: Columbia University Press, 2007.

AJAMI, Fouad. The End of Pan-Arabism. **Foreign Affairs**, vol. 57, nº 2, p. 355- 373, winter, 1978.

AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha – memórias da política externa ativa e altiva**. São Paulo: Benvirá, 2015.

ASFORA, João Sales. **Compacto Palestina**. Olinda: Centro Cultural Palestino Brasileiro, 2010.

ASFORA, Permínio. **Noite Grande**. São Paulo: editora BibliASPA, 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco – O negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAEZA, Cecilia. Palestinians in Latin America: Between Assimilation and Long-Distance Nationalism. California: **Journal of Palestine Studies**, v. XLIII, nº 2, p. 59-72, 2014.

BAEZA, Cecília. América latina y la cuestión palestina (1947-2012). **Araucária – Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, ano 14, nº 28, p. 111-131, segundo semestre, 2012.

BAEZA, Cecília. O reconhecimento do Estado palestino: origens e perspectivas. **Meridiano 47**, v. 12, nº 126, p. 34-42, julho-agosto de 2011.

BONACICH, Edna. A Theory of Middleman Minorities. **American Sociological Review**, vol.38, nº 5, p. 583-594, outubro de 1973.

BRAIA, Nathaniel. **O apartheid de Israel – Racismo, agressão e usurpação: os focos do conflito atual**. São Paulo: editora Alfa Omega, 2002.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. Diálogo posible y necessário: las relaciones entre Brasil e Israel. Coloquio – **Publicación del Congreso Judío latinoamericano**. Edición nº 16, p. 01-08, Julio, 2012.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. Continuidade na mudança: As relações entre Brasil e Israel no governo Dilma Rousseff. **Revista Digital do NIEJ**, ano 5, nº 8, p. 21-34, 2016.

COBBAN, Helena. **The Palestinian Liberation Organization – People, power and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

COHEN, Robin. Sólidas, Dúcteis e Líquidas. Noções em mutação de “lar” e “terra natal” nos estudos da diáspora. **Caderno CHR**, Salvador, v.21, nº 54, p. 519-532, set/dez. 2008.

EL-ABED, Oroub. **Unprotected – Palestinians in Egypt since 1948**. Washington DC: Institute for Palestine Studies, 2009.

FARAH, Paulo Daniel. **Mahmud Darwich – A terra nos é estreita e outros poemas**. BibliASPA: São Paulo, 2012.

FARES, Seme Taleb. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 50, n. 2, p. 129-145, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. São Paulo: Editora FGV, 2015.

HAJJAR, Claude Fahd. **Imigração árabe – 100 anos de reflexão**. São Paulo: Ícone editora, 1985.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HALBWACHS, Maurice (Org.). **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HANAFI, Sari. Opening the Debate on the Right of Return. **Middle East Report**, nº 222, Spring, 2002.

HROUB, Khaled. **Hamas – Um guia para iniciantes**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

JARDIM, Denise Fagundes. Os imigrantes palestinos na América Latina. **Estudos Avançados** 20 (57), p.171-181, 2006.

JARDIM, Denise Fagundes. Palestinos: as redefinições de fronteiras de cidadania. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, nº 19, p. 223-243, julho de 2003.

JARDIM, Denise Fagundes e MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. Televisão e imigração palestina: perigos e invisibilidades no trabalho antropológico. **Iberoamerica Global**, The Hebrew University of Jerusalem, vol. 2, nº 1, p. 71-93, fevereiro de 2009.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos de produção da etnicidade**. Chuí\RS. 2000. 493f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5249/000298770.pdf?sequence=1>.

JOHNSON, Penny and SHEHADEH, Raja (org.). **Seeking Palestine – New Palestinian Writing on Exile and Home**. Massachusetts: Olive Branch Press, 2013.

KARPAT, Kemal H. The Ottoman Emigration to America, 1860-1914, **International Journal of Middle East Studies** 17, nº 2, p. 175-209, May 1985.

KHALIDI, Rashid. **Palestinian Identity – The construction of modern national consciousness**. New York: Columbia University Press, 2010.

LESSER, Jeffrey. Um Brasil Melhor. **História, Ciência, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, p. 01-14, 2013.

LESSER, Jeffrey. **Negotiating national identity – Immigrants, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil**. London: Duke University Press, 1999.

LEVITT, Peggy. Roots and Routes: Understanding the lives of the second generation transnationally. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, vol. 35, nº 7, p. 1225-1242, August 2009.

MAALOUF, Amin. **O Mundo em Desajuste – Quando nossas civilizações se esgotam**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

MUSALLAN, Adnan A. Palestinian Immigrants to Latin America and their Quest for Return and Palestinian Citizenship. Disponível em: http://www.bethlehem-holyland.net/Adnan/publications/Immigrants_to_LatinAmerica.htm.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: La problemática de los lugares. Módulo virtual: **Memórias de la violencia**, disponível em: www.cholonautas.edu.pe.

PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo – A cidade na primeira metade do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

RAHEB, Viola (org.). **Latin Americans with Palestinians roots**. Bethlehem: Diyar Publicher, 2012.

SAID, Edward W. **A Questão da Palestina**. São Paulo: editora UNESP, 2012.

SAFRAN, William. Diasporas in modern societies: Myths of the Homeland and Return. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, 1, n. 1, p. 83-99, 1991.

SAFRAN, William. Democracy, Pluralism and Diaspora Identity: An Ambiguous Relationship. In. **Opportunity structure in a diaspora relations: Comparisons in contemporary multilevel politics of diaspora and transnational identity**. Ed. G. Totoricaguena, University of Nevada, p. 157-185, 2007.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: Um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 49, nº 2, p.157-177, 2006.

SANTOS, Norma Breda dos. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História**, São Paulo, v.33, nº 2, p. 189-216, 2015.

SANTOS, Norma Breda dos. **Brasil e Israel – Diplomacia e Sociedades**. Brasília: editora UNB, 2000.

SILVA, André Luiz Reis da e PILLA, Bruno. O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, nº 51, p. 111-133, jan\jun. 2012.

SINGH, Subhash. Black September: A turning point in the Palestinian National Movement. **International Journal of Applied Social Science**, volume 2, p. 135-145, May and June, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco – Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Gabriel Mathias. **Trajetórias migratórias e construções identitárias de palestinos em Santa Catarina**. 2012. 80f. Tese (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8159/tde-11062013-095527/en.php>.

VIDAL, Camila Feix. O protagonismo brasileiro diante da Declaração de Teerã. **Conjuntura Austral**, vol. 4, nº 18, p. 41-61, junho\julho 2013.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, p. 273-335, julho\dezembro 2007.

OUTRAS FONTES DE PESQUISA

AL-MUGHRABI, Nidal. Gaza Christians sense pressure to convert to Islam. **Reuters**, 26 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-palestinians-christians-conversion-idUSBRE86P0J420120726>.

AVELAR, Idelber. USP – Ariel: As minutas de uma afronta ao direito internacional. **Revista Fórum**, disponível em:

<http://www.revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/02/29/usp-ariel-as-minutas-de-uma-afronta-ao-direito-internacional/>.

BELLESA, Mauro. A política externa brasileira sob o olhar crítico de Bernardo Sorj. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP)**. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/bernardo-sorj>.

Blog “Sanaúd-Voltaremos”. Disponível em: <http://sanaud-voltaremos.blogspot.com/>.

BUZETTO, Marcelo. Sem terras contribuem na colheita de azeitonas por 30 dias na Palestina. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, dia 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/Brigada-de-Solidariedade-Internacional-fica-30-dias-na-Palestina>.

Campanha de boicotes à Israel ganha força. **Portal de notícias da Federação Nacional dos Petroleiros**, disponível em: <http://fnpetroleiros.org.br/?p=397>.

Cartas do cárcere. **Veja** edição nº 1456, dia 07 de agosto de 1996, p. 45.

CURTIUS, Mary. PLO rift resurfaces – violently Kawasmeh assassination is a warning to moderates. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/1984/1231/123109.html>.

CHIMANOVITCH, Mário. Israelenses protestam contra o Brasil. **O Estado de São Paulo**, dia 13 de novembro de 1975, p. 22.

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do debate geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. **Portal do Planalto – Presidência da República**, dia 21 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>.

GIRALDI, Renata. Brasil fecha embaixada na Síria. **Carta Capital**, dia 06 de junho de 2015, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/brasil-fecha-embaixada-na-siria>.

GIRARDI, Eduardo Paulo. Atlas da questão agrária brasileira. **UNESP**, disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>.

Holocaust deniers gather in Iran for “scientific” conference. **The Guardian**, 2006: <http://www.theguardian.com/world/2006/dec/12/iran.israel>.

HUGHES-FRAITEKH, Katherine. Nonviolent resistance in Palestine: Steadfastness, creativity and hope. **Open Democracy – Free Thinking for the World**, 14 July, 2015. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/civilresistance/katherine-hughesfraitekh/nonviolent-resistance-in-palestine-steadfastness-creativity-and-hope>.

LEON, Dan. Repudiating the Holocaust Denial. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture**, vol. 8, nº 1, 2001. Disponível em: <http://www.pij.org/details.php?id=168>.

KEATING, Joshua. Brazil recognizes Palestinian state. **Foreign Policy**, disponível em: <http://foreignpolicy.com/2010/12/03/brazil-recognizes-palestinian-state/>.

Lula assume com discurso de mudança e combate à fome. **BBC Brasil**, dia 01 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030101_possedi.shtml.

MANSFIELD, Laurie. Arafat visits Anne Frank Museum. **Associated Press**: <http://www.apnewsarchive.com/1998/Arafat-Visits-Anne-Frank-Museum/id-e638a5efa7798b6cbe4ca3db0562633e>.

MIRHAN. Lejeune. A FEPAL e os palestinos no Brasil. **Portal Vermelho**, disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2387.

MIRHAN, Lejeune. Ali El-Khatib, uma vida dedicada aos árabes. **Portal Vermelho**, disponível em:

http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=25&id_coluna_texto=2851.

O Encontro da Juventude Palestina em Piracicaba. **Declaração de Piracicaba**, 07 de fevereiro de 1985.

Os anos de cativoiro. **Veja** edição nº 1415, dia 25 de outubro de 1995, p. 44.

OTHMAN, Orouba. Hamas Law Threatens Christian Schools in Gaza. **Alakhbar English**, June 20, 2013. Disponível em: <http://english.al-akhbar.com/node/16186>.

Página do Movimento Palestina para Todos (MOPAT) no *Facebook*, disponível em: <https://www.facebook.com/movimentopalestinaparatodos/?fref=ts>.

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de encontro com representantes da comunidade libanesa no Clube Monte Líbano. **Ministério das Relações Exteriores**, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7883-palavras-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-por-ocasio-de-encontro-com-representantes-da-comunidade-libanesa-no-clube-monte-libano>.

Palestinian Civil War. **GlobalSecurity.org**, disponível em:

<http://www.globalsecurity.org/military/world/war/palestine-civilwar.htm>.

Para o resto da vida. **Veja**, edição nº 974, dia 06 de maio de 1987, p. 61.

RAATZ, Luiz. Leia as cartas de Lula e Abbas sobre o reconhecimento do Estado palestino. **Estadão**, dia 3 de dezembro de 2010, disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/leia-as-cartas-de-lula-e-abbas-sobre-o-reconhecimento-do-estado-palestino/>.

RAHMEH, Abdullah Abu. O decade of civil disobedience in my West Bank village. **Haaretz**, dia 26 de fevereiro de 2015, disponível em:

<http://www.haaretz.com/opinion/.premium-1.644196>.

Recepção no aeroporto tem tumulto e canto árabe. **Jornal Folha de São Paulo**, dia 14 de fevereiro de 1997, p. 13.

Relatório Final da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial de 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Luciana/Downloads/conapirI.pdf>.

Resenha de Política Exterior do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, número 104, 1º semestre de 2009.

SEVERO, Leonardo. CUT, centrais, movimentos sociais e partidos populares unidos pela Palestina livre e soberana. **Website da Central Única dos Trabalhadores (CUT)**, dia 20 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/cut-centrais-movimentos-sociais-e-partidos-populares-unidos-pela-palestina-livre-ffbb/>.

Silêncio Rompido. **Veja**, edição nº 919 do dia 16 de abril de 1986, p. 44.

The Charter of the *Hamas*, disponível em: http://www.mythsandfacts.org/conflict/statute-treaties/hamas_charter.htm.

Vídeo publicitário da campanha “Estado da Palestina Já”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5NPm9UR4FXw>.

ANEXO

TABELA DE ENTREVISTAS

Nome do entrevistado	Mês\ ano	Tempo do áudio
Hanna Yousef Emile Safieh	Dezembro\ 2014	45'34"
Amal Nasrallah	Outubro\ 2015	14'3"
Mary Hawileh Sawabine	Outubro\ 2015	20'32"
Emir Mourad	Outubro\ 2015	1h 46'
Fawzi El-Mashni	Outubro\ 2015	1h 5"
Salvador Khuryieh	Novembro\ 2015	37'34"
Nathaniel Braia	Janeiro\ 2016	1h 27' 44"
Samara Bonduki Sayegh	Fevereiro\ 2016	10'37"
Ali El-Khatib	Julho\ 2016	21'23"
Abdel Latif Hasan	Julho\ 2016	11'58"
Jamile Abdel Latif	Julho\ 2016	19'09"
Taisir Fattash	Agosto\ 2016	33'34"
Isam Ahmad Issa	Setembro\ 2016	27'37"
Nour Abdallah	Janeiro\ 2017	10'50"